



31 de março de 2018



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas em 31 de março de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Revisamos também a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentada como informação suplementar pelas International Financial Reporting Standards (IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a Março de 2018

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco ou Companhia) e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a março de 2018 seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), aprovadas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

A partir do dia 1º de janeiro de 2018, passou a vigorar a nova norma contábil IFRS 9 sobre instrumentos financeiros. A norma apresenta modificações relevantes em classificação e mensuração, redução do valor recuperável (*impairment*) e contabilização de hedge. Um dos pontos principais se refere à abordagem das perdas ocorridas. A partir da IFRS 9 serão tratadas como esperadas ao invés de incorridas, como anteriormente.

1 Destaques do Itaú Unibanco

1.1) Governança Corporativa

Mudança no Conselho de Administração

Ana Lúcia de Mattos Barreto Villela foi eleita em Assembleia Geral Ordinária

No dia 25 de abril de 2018, realizamos Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Em Assembleia Geral Ordinária nossos acionistas elegeram 12 membros para o Conselho de Administração: reeleição de 11 membros e eleição de Ana Lúcia de Mattos Barreto Villela, sendo 42% de conselheiros independentes e 100% de conselheiros não executivos.

Além disso, nossos acionistas votaram questões fundamentais para a organização. Os detentores das nossas ações ordinárias puderam votar, entre outros assuntos, sobre a eleição dos membros dos nossos Conselhos de Administração e Fiscal e a destinação do lucro líquido obtido em 2017. Os acionistas detentores das nossas ações preferenciais puderam votar na eleição dos membros do Conselho Fiscal indicados pelos acionistas preferencialistas.



No Manual da Assembleia, destacamos o item 13, relativo à remuneração dos administradores, que a partir das nossas interações com os acionistas, foi reformulado em comparação às edições anteriores, apresentando as informações de forma mais objetiva, de fácil entendimento e com linguagem simplificada, com a utilização de infográficos ilustrativos.

Importante ressaltar que nossos acionistas puderam participar da Assembleia fisicamente, por procuração ou por boletim de voto a distância, sendo 15% dos votos realizados nessa modalidade.

Relatório Anual Consolidado e Relato Integrado

Disponíveis na internet, os documentos trazem informações sobre o desempenho, governança e estratégia do Itaú Unibanco

Em abril de 2018, divulgamos nosso Relatório Anual Consolidado, documento que unifica o Formulário 20-F, o Relatório Anual e o Prospecto de Dívida (MTN – *Medium Term Notes*).

O documento é uma importante fonte de informações sobre a Companhia, descrevendo as nossas estratégias, desempenho, principais negócios, governança corporativa, gestão de riscos e práticas de sustentabilidade.



Nesta edição, o conteúdo foi reformulado, principalmente sobre os temas: (i) Remuneração dos Administradores; (ii) Estratégia; (iii) Fatores de Risco; (iv) Gestão de Risco; (v) Governança Corporativa; (vi) Pontos Fortes Competitivos; (vii) Negócios; e (viii) Análise Financeira da Operação.

No mesmo mês, publicamos o Relato Integrado, que trata de nossas estratégias, dos nossos negócios, produtos, serviços e, principalmente, da forma como geramos valor compartilhado e garantimos a perenidade dos negócios aos nossos clientes, acionistas, colaboradores e à sociedade.

1.2) Frentes Estratégicas

Buscando a excelência e a geração de valor diferenciado para nossos acionistas e demais públicos, foram definidas as seis prioridades estratégicas com perspectiva de médio e longo prazo, que têm pautado nossa gestão: centralidade no cliente, transformação digital, gestão de pessoas, gestão de riscos, rentabilidade sustentável e internacionalização. Sendo que, permeando todos esses desafios, estão a governança corporativa e a sustentabilidade.

Nesse trimestre destacamos iniciativas relevantes relacionadas à agenda estratégica:

Transformação Digital

Apple Pay

Uma maneira simples, segura e privativa de fazer pagamentos e compras em lojas, apps e internet



Em abril de 2018, nossos clientes passaram a poder usar o Apple Pay, uma nova forma de pagamento que permite realizar compras com iPhone, Apple Watch, iPad ou Macbook, de forma simples, segura e privativa sem precisar usar um cartão físico. O banco é a primeira instituição financeira brasileira a oferecer a seus clientes o Apple Pay. Para utilizar, nossos clientes devem cadastrar seus cartões de crédito Itaúcard ou Credicard ou seus cartões múltiplos Itaú, que tenham a função crédito habilitada, no aplicativo "Wallet" dos seus dispositivos Apple.

Utilização de Blockchain

Pioneirismo na aplicação da tecnologia

Em fevereiro de 2018, como parte de nossa transformação digital, adotamos a tecnologia blockchain para proporcionar mais agilidade e rastreabilidade ao processo de negociação das chamadas de margem, ou seja, garantias que os bancos recebem para reduzir risco de crédito relacionados às variações desfavoráveis no mercado de derivativos de balcão. Esses derivativos são produtos financeiros negociados fora do ambiente de bolsa e cujo valor deriva de outro ativo. Por exemplo: um derivativo de dólar terá seu valor baseado na variação cambial.

O uso dessa tecnologia reforça o pioneirismo do banco na busca por soluções inovadoras para o setor. Cabe ressaltar que fazemos parte do consórcio internacional R3, que reúne instituições do mundo todo para estudos de aplicabilidade de blockchain.

Internacionalização

Conselho Estratégico LatAm

Criado para liderar o processo de internacionalização

Em abril de 2018 divulgamos a criação do Conselho Estratégico LatAm, órgão consultivo criado com o objetivo de intensificar o processo de entendimento do Itaú Unibanco a respeito dos diferentes mercados e negócios para melhor atender a seus clientes regionais, identificando oportunidades de expansão de sua operação, integração entre unidades e criação de valor para seus acionistas.

1.3) Ambiente Regulatório

A regulação bancária é essencial para manter a solidez e eficiência do sistema financeiro, sendo que, quando alterada, pode impactar diretamente nos resultados do banco. Destacamos abaixo as principais alterações de 2018:

Depósito compulsório

Em março de 2018, o CMN reduziu o percentual dos depósitos compulsórios da seguinte forma: de 40% para 25% nos depósitos à vista; de 21% para 20% para depósitos de poupança rural e de 24,5% para 20,0% nas demais modalidades de poupança.

A redução do compulsório é uma medida adequada para aumentar a liquidez do sistema e liberar recursos para operações de crédito. Faz parte de uma agenda do BACEN que tem o objetivo de revisar questões estruturais e gerar benefícios sustentáveis para a sociedade brasileira.

Cartões de débito

Em março de 2018, o BACEN emitiu resolução, com aplicabilidade a partir de outubro de 2018, referente aos novos limites máximos para a tarifa de cartões de débito, definindo os limites de 0,5% para a média da tarifa de intercâmbio, ponderada trimestralmente pelo valor das transações, e 0,8% como valor máximo a ser aplicado em qualquer transação.

Essa alteração compõe a agenda do BACEN para fomentar o crescimento sustentável do Sistema Financeiro Nacional e visa: (i) aumentar o uso de instrumentos eletrônicos no país, aumentando escala e gerando potencial redução de custos para os usuários; (ii) ampliar a competitividade no setor bancário; (iii) reforçar a governança do mercado; e (iv) reforçar o uso do cartão de débito como instrumento para pagamento e do cartão de crédito como instrumento de crédito.

Cheque especial

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) aprovou novas diretrizes sobre o uso do cheque especial que terão validade a partir do dia 1º de julho de 2018. Entre elas, pode-se destacar a oferta automática de parcelamento mais barato para consumidores comprometidos com mais de 15% do limite disponível durante 30 dias consecutivos e ações de estímulo ao uso consciente do produto.

Além disso, os bancos, pelos seus canais de relacionamento, também alertarão o consumidor quando entrar no cheque especial, destacando que esse crédito deve ser utilizado em situações emergenciais e temporárias. A iniciativa é um marco importante no avanço do setor para estimular a população a ter uma gestão financeira mais saudável. É uma medida elaborada dentro do ambiente de autorregulação dos bancos, que deverá contribuir para dinamizar o crédito no país.

1.4) Demais Destaques

Acordo sobre Planos Econômicos

Após três décadas, bancos e poupadores firmaram um acordo

Conforme amplamente divulgado, o Itaú Unibanco é parte em ações específicas, ajuizadas por pessoas físicas, bem como em ações coletivas, referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90 como medida de combate à inflação, apesar de termos simplesmente observado as regras vigentes à época desses fatos. Constituímos provisões quando do recebimento da citação e no momento em que são exigidas as execuções das decisões proferidas pelo Judiciário.

Em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal homologou o acordo realizado entre poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO¹ e IDEC²) e a FEBRABAN, mediado pela Advocacia-Geral da União e supervisionado pelo BACEN com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos. O acordo estabelece que os bancos façam o pagamento à vista para clientes que tenham o direito de ressarcimento de até R\$ 5 mil e, no prazo de até quatro anos, para valores superiores.

Independentemente do valor, o Itaú Unibanco pagará à vista a correção dos planos econômicos para todos os poupadores relacionados às ações acima e que aderirem integralmente a todas as etapas do acordo, desde que sejam correntistas do Itaú Unibanco e que o indiquem para recebimento dos valores envolvidos.

¹ Frente Brasileira pelos Poupadores

² Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

XP Investimentos (XP)

CADE aprovou a aquisição minoritária, reafirmando a independência da gestão

Em março de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou a aquisição de 49,9% da XP anunciada pelo Itaú Unibanco no ano passado. A aprovação está condicionada, dentre outros, ao compromisso do Itaú Unibanco de não intervir na gestão dos negócios da XP, assim como evitar possíveis barreiras à entrada e ao desenvolvimento do segmento de plataformas abertas.

Esses compromissos estão alinhados ao acordo que firmamos com os acionistas da XP em maio de 2017, o qual prevê que o Itaú Unibanco atuará como sócio minoritário, sem influência nas políticas comerciais e operacionais de qualquer sociedade do grupo XP. A XP continuará atuando como plataforma aberta e independente, competindo livremente com as demais corretoras e distribuidoras do mercado de capitais, inclusive aquelas pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco.

A aquisição fortalece nosso modelo de negócios, ampliando nossa parcela de receitas de serviços, via participação minoritária. A operação da XP, voltada para a experiência do cliente, sua plataforma aberta, alto potencial de crescimento e seu pioneirismo acrescentará robustez aos nossos resultados.

Atualmente, a aquisição minoritária está sob avaliação do BACEN.

1.5) Prêmios e Reconhecimentos

No período de janeiro a março de 2018, recebemos reconhecimentos que contribuíram para o fortalecimento da nossa reputação. Abaixo, a lista dos principais prêmios recebidos durante o período:

Bloomberg Gender Equality Index (Bloomberg – Janeiro 2018)	Pela segunda vez o Itaú Unibanco foi uma das empresas selecionadas para o Índice.
World's Best Trade Finance Providers (Global Finance – Janeiro 2018)	O Itaú BBA recebeu o prêmio de 'Brazilian Best Trade Finance Provider'.
Prêmio CanalTech (CanalTech – Janeiro 2018)	O Itaú Unibanco foi o vencedor na categoria App de Mobile Banking do Ano.
Guia de Fundos (Revista Exame – janeiro de 2018)	O Itaú Unibanco ganhou como Melhor Gestor de Fundos. Além disso, o banco foi contemplado como Melhor gestor de fundos de ações; Melhor gestor de fundos de renda fixa; Melhor gestor de fundos de alta renda; e Melhor gestor de fundos de varejo seletivo.
The World's Best Private Banks 2018 (Global Finance – Fevereiro de 2018)	O Itaú Unibanco foi o vencedor em Best Private Bank in Emerging Markets e Country Awards Brazil (Itaú Private).
Empresas Notáveis (Grupo Padrão / Consumidor Moderno – Fevereiro de 2018)	O Itaú Unibanco venceu na categoria Bancos de Varejo.
World's Most Valuable Brands e World's Most Valuable Banking Brands (Brand Finance – Fevereiro de 2018)	O Itaú Unibanco possui a marca mais valiosa da América do Sul.
Prêmio Segurador Brasil 2018 (Segurador Brasil – Março de 2018)	A Itaú Seguros venceu nas categorias "Maior Crescimento de Vendas" e "Melhor Evolução do Market Share" – Previdência Privada; "Melhor Desempenho" – Garantia Estendida.
LinkedIn Top Companies 2018 (LinkedIn – Março de 2018)	O Itaú Unibanco foi o grande ganhador do LinkedIn Top Companies 2018.
Prêmio Bonds & Loans Latin America Deals of the Year 2018 (GFC Media Group – Março de 2018)	O Itaú Unibanco está entre os vencedores nas seguintes categorias: Investment Grade Corporate Bond Deal, Natural Resources Finance Deal e Sub - Investment Grade Corporate Bond Deal.
iF Design Award 2018 (iF Design – Março de 2018)	O Itaú Unibanco venceu na categoria Comunicação com o projeto Itaú Digital Ux Design. O Itaú App Light conquistou o reconhecimento na categoria Design de Serviço.

1.6) Informações Financeiras Selecionadas

Oferecemos ampla gama de serviços bancários para os mais diversos segmentos do mercado, incluindo pessoas físicas e jurídicas. Segmentamos nossa operação entre atacado e varejo e nos estruturamos para atender o cliente em todas as suas necessidades, sejam de crédito, investimento, seguros ou serviços financeiros em geral. Destacamos abaixo um sumário de nossas informações financeiras:

	31/mar/2018	31/mar/2017
Rentabilidade		
Lucro Líquido (R\$ bilhões)	6,6	6,0
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores (R\$ bilhões)	6,4	6,1
Retorno Recorrente sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado	21,3%	20,8%
Produto Bancário Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros (R\$ bilhões)	24,0	23,8
Capital e Liquidez		
Índice de Basileia Consolidado Prudencial	16,6%	18,1%
Índice de Imobilização	23,8%	24,6%
Total de Ativos de Alta Liquidez ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$ bilhões)	192,2	187,5
Índice de Liquidez (LCR) ⁽²⁾	173,5%	210,9%
Estrutura de Atendimento		
Colaboradores do Conglomerado (pessoas)	99.618	94.955
Brasil	85.843	81.219
Exterior	13.775	13.736
Agências e Postos de Atendimento (PABs) – unidades	4.976	5.005
Agências Digitais	160	144
Agências Brasil ⁽³⁾	3.587	3.553
PABs Brasil	704	757
Agências + PABs América Latina	525	551
Caixas Eletrônicos – unidades ⁽⁴⁾	47.086	46.407
	31/mar/2018	31/dez/2017
Patrimoniais		
Ativos Totais (R\$ bilhões)	1.441,4	1.436,2
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com Garantias Financeiras Prestadas	571,1	568,2
Índice de Operações de Crédito/Captações ⁽⁵⁾	74,5%	74,6%
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	123,0	131,4
Captações		
Depósitos à vista, de Poupança e à Prazo	404,6	400,8
Debêntures (Vinculadas a Op. Compromissadas e de Terceiros)	45,0	58,8
Recursos de Letras e Certificados de Operações Estruturadas	73,8	65,7

⁽¹⁾ Corresponde ao saldo em estoque, ponderado, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados mesmo durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são classificados como de baixo risco. Utilizado para cálculo do LCR.

⁽²⁾ Acompanhamos o indicador de liquidez de curto prazo (LCR – do inglês "Liquidity Coverage Ratio") relaciona os ativos livres e de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias e é calculado de acordo com metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.749, alinhada às diretrizes internacionais. Para 2018, o índice mínimo exigido pelo BACEN é de 90%.

⁽³⁾ Inclui escritórios de representação do IBBA no exterior.

⁽⁴⁾ Inclui PAEs (Pontos de Atendimento Eletrônico), pontos de estabelecimento de terceiros e Banco24horas.

⁽⁵⁾ O saldo das operações de crédito foi calculado em BRGAAP e não inclui garantias financeiras prestadas.

No período de janeiro a março de 2018, registramos Lucro Líquido de R\$ 6,6 bilhões, um aumento de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

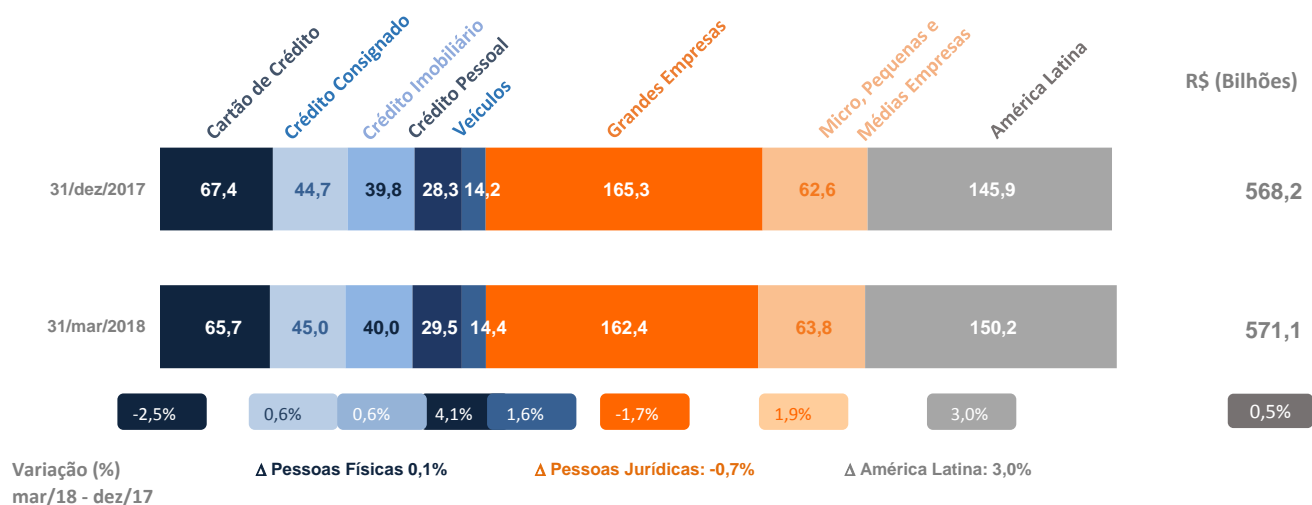
Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram 2,4% entre os 3 primeiros meses de 2017 e os de 2018, com acréscimo, principalmente, em remuneração e benefícios, sendo que o nosso índice de eficiência ajustado ao risco foi de 60,8%, 3,7 pontos percentuais menor que no mesmo período de 2017.

Destacamos no trimestre a evolução de nossas receitas de prestação de serviços, que cresceram 7,6% em relação ao primeiro trimestre de 2017, principalmente as relacionadas a serviços de conta corrente, administração de recursos e cartões de crédito.

Nossa carteira de crédito atingiu R\$ 571,1 bilhões ao final de março de 2018, representando aumento de 0,5% em relação a dezembro de 2017. No primeiro trimestre de 2018, assim como no trimestre anterior, observamos o crescimento de nossas carteiras operações com pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas.

O Itaú Unibanco está presente em 19 países, com um time que soma, em 31 de março de 2018, 99,6 mil colaboradores, que trabalham pela satisfação de nossos clientes. A remuneração fixa dos nossos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 4,1 bilhões nos 3 primeiros meses do ano.

Detalhamos abaixo nossa carteira de crédito com garantias financeiras prestadas ao final de março de 2018:



A gestão estratégica de nosso risco de crédito sustenta a qualidade de nossa carteira, que encerrou o primeiro trimestre de 2018 com índice de inadimplência de 90 dias de 3,1%, permanecendo estável em relação a dezembro de 2017.

1.6.1) Gestão de Capital e Distribuição de Resultados

Visando garantir a nossa solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia. Pretendemos manter o nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração de 13,5% de capital nível 1, sendo de, no mínimo, 12% de Capital Principal. Para mais informações, consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3” no nosso site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa.

O nível mínimo de capital, tanto regulatório quanto o estabelecido pelo Conselho de Administração está diretamente relacionado ao percentual de dividendos e JCP a ser distribuído aos acionistas, sendo que são fatores para definição sobre esse montante: a lucratividade no ano; as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado nos negócios; programas de recompra de ações fusões ou aquisições e alterações regulatórias que possam alterar a exigência de capital; e mudanças fiscais. Portanto, o percentual a ser distribuído poderá variar ano a ano em função da lucratividade e demandas de capital da Companhia, sempre considerando o mínimo previsto em seu Estatuto Social.

O Itaú Unibanco remunera seus acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares, sendo que esses últimos têm ocorrido, historicamente, duas vezes ao ano, e são igualmente distribuídos independentemente da espécie da ação. A Política de Remuneração aos Acionistas está disponível no nosso site de RI www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa > Regulamentos e Políticas.

Ao final de março de 2018, o Índice de Basileia atingiu 16,6%, sendo: (i) 14,5% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; e (ii) 2,1% referente ao Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a nossa capacidade efetiva de absorver perdas inesperadas. O montante de instrumentos elegíveis a capital regulatório de Nível II alcançou R\$ 15,8 bilhões em 31 de março de 2018.

- Notas Subordinadas Perpétuas – Em dezembro de 2017, voltamos a captar recursos no exterior, emitindo, pela primeira vez, notas subordinadas perpétuas/AT1¹, no montante de US\$ 1,25 bilhão, operação novamente efetuada em março de 2018, desta vez com um montante de US\$ 750 milhões.

O BACEN aprovou, em abril de 2018, que o valor emitido em dezembro de 2017 de US\$ 1,25 bilhão componha, desde a data de sua emissão, o Capital Complementar do Patrimônio de Referência do banco. Foi solicitada a mesma aprovação para as notas emitidas em março de 2018. O incremento total será de aproximadamente 0,9 p.p. no índice de capitalização Nível I do banco, tendo como base nosso objetivo de manter nosso índice CET1 em 13,5% e distribuindo o excedente.

1 As notas emitidas em dezembro de 2017 têm taxa fixa de 6,125% e as em março de 2018, têm taxa fixa de 6,5%, que serão válidas até o 5º aniversário. Após esta data, inclusive, a taxa de juros será recalculada a cada 5 anos com base na taxa de juros dos títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos para o mesmo período. No 5º ano ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente, o Itaú Unibanco poderá recomprar as notas, estando sujeita à aprovação prévia de autoridades brasileiras, incluindo o BACEN.

1.7) Mercado de Capitais

O Itaú Unibanco é o maior banco privado da América Latina, com valor de mercado de R\$ 333,6 bilhões, o que nos posiciona entre as 20 maiores instituições financeiras do mundo, de acordo com o *ranking* da Bloomberg. Somos considerados a marca brasileira mais valiosa por publicações como Interbrand, entre outros importantes reconhecimentos.

Ações	31/mar/2018	31/mar/2017	R\$	%
Lucro Líquido por ação - básico ⁽¹⁾				Varição
Ações Ordinárias	0,99	0,93		6,5
Ações Preferenciais	0,99	0,93		6,5
Lucro Líquido por ação - diluído ⁽²⁾				
Ações Ordinárias	0,98	0,93		5,4
Ações Preferenciais	0,98	0,93		5,4
Volume Médio Diário Negociado (milhões)	1.260,0	890,2		41,5
Volume B3 (milhões)	724,7	429,6		68,7
Volume NYSE (milhões)	535,3	460,6		16,2
Valor de Mercado (bilhões) ⁽³⁾⁽⁴⁾	333,6	249,6		33,6

⁽¹⁾ Calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista pelo número médio de ações, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa mantidas em tesouraria;

⁽²⁾ Calculado de forma similar ao (1), incluindo o denominador (média ponderada ajustada de ações) as ações referentes as Opções de Ações concedidas para o Plano de Outorga de Opções, assumindo o potencial de exercício de Opções de Ações desse plano (Nota 21a);

⁽³⁾ Calculado com base na cotação de média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período);

⁽⁴⁾ Considerando a cotação de fechamento das ações ON e PN multiplicada pelo total de ações em circulação de cada classe de ação, o valor de mercado atingiu R\$ 312,5 bilhões em 31 de março de 2018 e R\$ 233,7 bilhões em 31 de março de 2017, resultando em uma variação de 33,7%.

Ciclo APIMEC 2018

Compromisso com a transparência

Ao longo de 2018, realizamos 8 reuniões públicas APIMEC, que reuniram 1.133 participantes. Nos eventos foram realizadas apresentações sobre cenário macroeconômico e nossos resultados, estratégias e perspectivas. Todas as perguntas recebidas nos eventos foram respondidas, sendo os temas mais recorrentes: impacto da taxa de juros sobre nossos resultados, capital e dividendos e concorrência no meio digital.

Todas as apresentações estão disponíveis em nosso site de Relações com Investidores e foram apresentadas aos reguladores do mercado de capitais. Veja abaixo agenda das nossas próximas reuniões:

Evento	Data	Evento	Data
APIMEC-SP - Campinas	8/5/2018	APIMEC-SP - Santos	22/5/2018
APIMEC-SUL - Londrina	10/5/2018	APIMEC-MG - Uberlândia	6/6/2018
APIMEC-NE - Salvador	15/5/2018	APIMEC-DF - Goiânia	7/6/2018
APIMEC-NE - Recife	17/5/2018	APIMEC-SP - São Paulo	12/9/2018

Além disso, participamos de 6 conferências no Brasil e no exterior e promovemos teleconferências trimestrais em inglês e português.

2 Regulação

2.1) AUDITORIA INDEPENDENTE – Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A nossa política de atuação, incluindo empresas controladas e controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2018, não foram contratados, junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na Instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 11 de janeiro - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de fevereiro - revisão da Escrituração Contábil Fiscal; e
- 15 de fevereiro - aquisição de materiais técnicos.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

2.2) Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP)

Divulgamos as demonstrações contábeis completas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), na mesma data desta publicação, conforme Ofício Circular CVM/SEP 01/13. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores) > Informações Financeiras).

3 Informativos e Agradecimentos

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do Itaú Unibanco (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores) > Informações Financeiras) e nos sites da CVM e da Securities and Exchange Commission (SEC). Nossos resultados podem ser acessados também por dispositivos *mobile* e *tablet*, por meio de nosso site e aplicativo “Itaú RI” (APP), respectivamente.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas pela confiança que nos é depositada. (Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2018).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	01/01/2017
Disponibilidades	4	25.444	18.749	18.542
Ativos Financeiros		1.331.947	1.330.251	1.246.833
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	95.991	98.837	85.700
Ao Custo Amortizado		884.856	905.729	902.289
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	24.566	29.048	22.688
Aplicações no Mercado Aberto	6	241.517	244.707	265.050
Títulos e Valores Mobiliários	11	92.353	111.424	102.568
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12	500.224	497.719	494.851
Outros Ativos Financeiros	20a	62.740	59.568	53.895
(-) Provisão para Perda Esperada		(36.544)	(36.737)	(36.763)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		60.283	52.149	40.039
Títulos e Valores Mobiliários	10	60.283	52.149	40.039
Ao Valor Justo por meio do Resultado		290.817	273.536	218.805
Títulos e Valores Mobiliários	7	260.413	250.693	194.574
Derivativos	8	30.404	22.843	24.231
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	5.124	5.055	5.073
Ágio	3	10.870	10.716	9.675
Imobilizado, Líquido	15	7.172	7.359	8.042
Ativos Intangíveis, Líquidos	16	8.475	8.667	7.381
Ativos Fiscais		40.752	44.249	45.081
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.309	2.336	2.703
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	32.166	35.869	38.202
Outros		6.277	6.044	4.176
Bens Destinados à Venda	36.9	743	736	631
Outros Ativos	20a	10.880	10.457	10.056
Total do Ativo		1.441.407	1.436.239	1.351.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/03/2018	31/12/2017	01/01/2017
Passivos Financeiros		1.062.470	1.056.717	1.012.075
Ao Custo Amortizado		1.021.862	1.024.584	982.116
Depósitos	17	407.948	402.938	329.414
Captações no Mercado Aberto	19a	299.163	312.634	349.164
Recursos de Mercados Interbancários	19a	137.415	129.616	135.483
Recursos de Mercados Institucionais	19b	97.598	98.482	96.239
Planos de Capitalização		3.336	3.301	3.147
Outros Passivos Financeiros	20b	76.402	77.613	68.669
Ao Valor Justo por meio do Resultado		35.774	27.211	25.217
Derivativos	8 e 9	35.315	26.746	24.698
Outros	18	459	465	519
Provisão para Perda Esperada	12	4.834	4.922	4.742
Compromissos de Empréstimos		3.067	3.015	2.761
Garantias Financeiras		1.767	1.907	1.981
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	186.292	181.232	154.076
Provisões	32	19.524	19.736	20.909
Obrigações Fiscais		5.462	7.836	4.950
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.294	3.175	1.741
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	387	391	(289)
Outras		3.781	4.270	3.498
Outros Passivos	20b	31.270	26.362	26.920
Total do Passivo		1.305.018	1.291.883	1.218.930
Capital Social	21a	97.148	97.148	97.148
Ações em Tesouraria	21a	(1.496)	(2.743)	(1.882)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.656	1.930	1.785
Reservas Integralizadas	21d	1.437	11.681	6.466
Reservas a Integralizar	21e	26.866	25.994	20.370
Resultado Abrangente Acumulado		(2.580)	(2.632)	(3.792)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		123.031	131.378	120.095
Participações de Acionistas não Controladores	21f	13.358	12.978	12.289
Total do Patrimônio Líquido		136.389	144.356	132.384
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.441.407	1.436.239	1.351.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Produto Bancário		27.409	30.331
Receita de Juros e Rendimentos	23a	32.225	40.276
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(16.431)	(24.178)
Receita de Dividendos		34	5
Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros	23c	1.201	3.582
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		(145)	552
Receita de Prestação de Serviços	24	8.897	8.272
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.173	1.409
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	6.054	6.868
Resseguros de Prêmios	30b III	1	(14)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(5.003)	(5.591)
Receita de Operações de Capitalização		121	146
Outras Receitas	25	455	413
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros		(3.377)	(6.560)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12b	(2.885)	(5.082)
Perda Esperada com demais Ativos Financeiros		(213)	(1.157)
Despesas com Sinistros		(297)	(331)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		18	10
Produto Bancário Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros		24.032	23.771
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(14.469)	(14.262)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(12.804)	(12.499)
Despesas Tributárias		(1.792)	(1.911)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	127	148
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	9.563	9.509
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(1.579)	(1.130)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(1.427)	(2.373)
Lucro Líquido		6.557	6.006
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	6.389	6.063
(Prejuízo) Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	21f	168	(57)
Lucro por Ação - Básico	28		
Ordinárias		0,99	0,93
Preferenciais		0,99	0,93
Lucro por Ação - Diluído	28		
Ordinárias		0,98	0,93
Preferenciais		0,98	0,93
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28		
Ordinárias		3.305.526.906	3.351.741.143
Preferenciais		3.170.727.041	3.162.440.944
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28		
Ordinárias		3.305.526.906	3.351.741.143
Preferenciais		3.202.214.960	3.195.108.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente****Períodos Findos em***(Em milhões de Reais)*

	Nota	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Lucro Líquido		6.557	6.006
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		119	622
Variação de Valor Justo		183	961
Efeito Fiscal		(12)	(387)
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	23c	(95)	88
Efeito Fiscal		43	(40)
<i>Hedge</i>		(351)	(101)
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	9	(56)	(352)
Variação de Valor Justo		(91)	(615)
Efeito Fiscal		35	263
<i>Hedge</i> de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(295)	251
Variação de Valor Justo		(491)	414
Efeito Fiscal		196	(163)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		-	(64)
Remensurações	29	8	(25)
Efeito Fiscal		(8)	(39)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		284	(204)
Total do Resultado Abrangente		6.609	6.259
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		168	(57)
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		6.441	6.316

() Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.*

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
Períodos findos em 31 de Março de 2018 e 2017
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores												
	Outros Resultados Abrangentes												
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Ativos Financeiros Designados	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
							ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ⁽¹⁾						
Saldos em 01/01/2017	97.148	(1.882)	1.785	6.466	20.370	-	(1.249)	(815)	2.085	(3.813)	120.095	12.289	132.384
Transações com os Acionistas	-	265	(324)	1.290	-	(2.854)	-	-	-	-	(1.623)	(103)	(1.726)
Ações em Tesouraria	-	265	(85)	-	-	-	-	-	-	-	180	-	180
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	551	(6)	-	-	-	-	-	-	-	545	-	545
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(286)	-	-	-	-	-	-	-	-	(286)	-	(286)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	(79)	-	-	-	-	-	-	-	(79)	-	(79)
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	(239)	-	-	-	-	-	-	-	(239)	-	(239)
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(88)	(88)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	1.290	-	(2.854)	-	-	-	-	(1.564)	(15)	(1.579)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(5.048)	-	-	-	-	-	-	(5.048)	-	(5.048)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(224)	-	-	-	-	-	-	(224)	-	(224)
Outros	-	-	-	-	(16)	-	-	-	-	-	(16)	-	(16)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	6.063	622	(64)	(204)	(101)	6.316	(57)	6.259
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.063	-	-	-	-	6.063	(57)	6.006
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	622	(64)	(204)	(101)	253	-	253
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	289	-	(289)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	2.641	279	(2.920)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/03/2017	97.148	(1.617)	1.461	5.414	20.633	-	(627)	(879)	1.881	(3.914)	119.500	12.129	131.629
Mutação do Período	-	265	(324)	(1.052)	263	-	622	(64)	(204)	(101)	(595)	(160)	(755)
Saldos em 01/01/2018	97.148	(2.743)	1.930	11.681	25.994	-	(239)	(825)	2.816	(4.384)	131.378	12.978	144.356
Transações com os Acionistas	-	1.247	(274)	397	-	(2.350)	-	-	-	-	(980)	212	(768)
Ações em Tesouraria	-	1.247	(45)	(534)	-	-	-	-	-	-	668	-	668
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	713	356	-	-	-	-	-	-	-	1.069	-	1.069
Cancelamento de Ações - RCA de 22/02/2018	-	534	-	(534)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	(401)	-	-	-	-	-	-	-	(401)	-	(401)
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	(229)	-	-	-	-	-	-	-	(229)	-	(229)
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	309	309
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	931	-	(2.350)	-	-	-	-	(1.419)	(97)	(1.516)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018 - Exercício 2017 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(13.673)	-	-	-	-	-	-	(13.673)	-	(13.673)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(157)	-	-	-	-	-	-	(157)	-	(157)
Outros	-	-	-	-	22	-	-	-	-	-	22	-	22
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	6.389	119	-	284	(351)	6.441	168	6.609
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.389	-	-	-	-	6.389	168	6.557
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	119	-	284	(351)	52	-	52
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	277	-	(277)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	2.912	850	(3.762)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/03/2018	97.148	(1.496)	1.656	1.437	26.866	-	(120)	(825)	3.100	(4.735)	123.031	13.358	136.389
Mutação do Período	-	1.247	(274)	(10.244)	872	-	119	-	284	(351)	(8.347)	380	(7.967)

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

	Nota	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Lucro Líquido Ajustado		14.980	17.831
Lucro Líquido		6.557	6.006
Ajustes ao Lucro Líquido:		8.423	11.825
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		(630)	(318)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		71	(398)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12b	2.885	5.082
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		1.069	376
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		5.003	5.591
Resultado de Operações de Capitalização		(121)	(146)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	859	820
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		309	435
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		280	702
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(46)	(88)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	27b	1.846	1.072
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(127)	(148)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	23c	(95)	88
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(2.231)	(1.719)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(559)	340
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	71	58
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	(98)	(9)
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	(21)	4
Outros		(42)	83
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(111.377)	(21.857)
(Aumento) Redução em Ativos		(120.162)	(326)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(6.058)	678
Aplicações no Mercado Aberto		(102.116)	(4.072)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		2.846	1.028
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado		(9.942)	(36.470)
Derivativos (Ativos / Passivos)		1.369	(232)
Operações de Crédito		(1.526)	38.816
Outros Ativos Financeiros		(3.156)	3.964
Outros Ativos Fiscais		1.711	618
Outros Ativos		(3.290)	(4.656)
(Redução) Aumento em Passivos		8.785	(21.531)
Depósitos		2.950	(3.394)
Captações no Mercado Aberto		(13.573)	(19.182)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(6)	(37)
Recursos de Mercados Interbancários		7.411	(2.600)
Outros Passivos Financeiros		(1.245)	(2.734)
Provisão de Seguros e Previdência		57	2.155
Passivos de Planos de Capitalização		156	202
Provisões		(764)	(498)
Obrigações Fiscais		(657)	2.517
Outros Passivos		16.561	4.116
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.105)	(2.076)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(96.397)	(4.026)
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		91	159
Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		2.967	12.358
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		10.083	1.324
Alienação de Bens Destinados a Venda		41	13
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		98	9
Alienação de Imobilizado de Uso	15	74	8
Distrato de Contratos do Intangível	16	-	20
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(8.775)	(9.959)
Aquisição de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(532)	(5.010)
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	(8)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(213)	(168)
(Alienação) Aquisição de Intangível / Ágio	16	(437)	(93)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		3.389	(1.339)
Captação em Mercados Institucionais		2.493	3.502
Resgate em Mercados Institucionais		(5.307)	(4.570)
(Aquisição) / Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		212	(88)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		1.069	545
Aquisições de Ações para Tesouraria		-	(286)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		-	(15)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(14.560)	(7.274)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(16.093)	(8.186)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	(109.101)	(13.551)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	186.478	104.126
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(71)	398
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	77.306	90.973
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa			
Juros Recebidos		24.078	35.585
Juros Pagos		22.180	27.169
Transações não Monetárias			
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		1.467	1.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Receitas	40.742	48.270
Juros, Rendimentos e outras	33.315	44.415
Prestação de Serviços	8.897	8.272
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.173	1.409
Resultado de Perda de Crédito Esperada	(3.098)	(6.239)
Outras	455	413
Despesas	(18.405)	(26.610)
Juros, Rendimentos e outras	(16.431)	(24.178)
Outras	(1.974)	(2.432)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(4.096)	(3.764)
Materiais, Energia e Outros	(195)	(184)
Serviços de Terceiros	(995)	(991)
Outras	(2.906)	(2.589)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.008)	(981)
Propaganda, Promoções e Publicações	(249)	(223)
Instalações	(299)	(268)
Transportes	(84)	(85)
Segurança	(190)	(185)
Viagens	(46)	(43)
Outras	(1.030)	(804)
Valor Adicionado Bruto	18.241	17.896
Depreciação e Amortização	(802)	(746)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	17.439	17.150
Valor Adicionado Recebido em Transferência	127	148
Valor Adicionado Total a Distribuir	17.566	17.298
Distribuição do Valor Adicionado	17.566	17.298
Pessoal	5.141	4.953
Remuneração Direta	3.939	3.870
Benefícios	980	875
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	222	208
Impostos, Taxas e Contribuições	5.484	5.966
Federais	5.090	5.673
Municipais	394	293
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	384	373
Remuneração de Capitais Próprios	6.557	6.006
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.350	2.854
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período	4.039	3.209
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	168	(57)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 31 de Março de 2018, 31 de Dezembro de 2017 e 01 de Janeiro de 2017 para Contas Patrimoniais e De 01/01 a 31/03 de 2018 e 2017 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Abril de 2018.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados pelo método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

A Administração entende que as informações prestadas nessas Demonstrações Contábeis Consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de março de 2018

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

Transição para a IFRS 9

As principais mudanças identificadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em virtude da adoção da IFRS 9 estão relacionadas a classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39 e aplicou, retrospectivamente, os demais critérios da IFRS 9 a partir de 31 de dezembro de 2015. Os efeitos na data da transição serão apresentados nas demonstrações contábeis anuais, que compreendem os períodos completos afetados pela adoção da IFRS 9, proporcionando maior comparabilidade e clareza das informações. Maiores detalhes sobre os novos requerimentos de classificação e políticas contábeis adotadas constam na Nota 2.4.

(I) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A IFRS 9 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros.

- Modelo de Negócios: representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros;
- *SPPI Test*: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 são:

- As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.
- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:

- Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis, Mantidos até o Vencimento e Disponíveis para Venda foi contabilizada nesta categoria;
 - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e
 - Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os Derivativos e ativos financeiros Mantidos para Negociação.
- Na adoção inicial, houve designações de instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
 - As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações.
 - Os ativos financeiros cujos fluxos de caixa foram modificados (sem baixa) tiveram seu valor contábil bruto recalculado, de acordo com os requerimentos da IFRS 9, e os efeitos da modificação foram reconhecidos no resultado.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente.

(II) Redução ao Valor Recuperável (impairment)

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A alteração do modelo para cálculo da perda de crédito esperada gerou um incremento na provisão registrada nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING devido à mudança na mensuração de ativos financeiros, bem como à reavaliação da perda considerando critérios prospectivos.

Maiores informações sobre os novos requerimentos de classificação e políticas contábeis adotadas estão detalhadas na Nota 2.4.

(III) Contabilização de cobertura (hedge accounting)

Os requisitos para contabilização de cobertura (hedge accounting) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de hedge accounting previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9.

Reconciliação do Patrimônio Líquido entre IAS 39 e IFRS 9

Referência	31/03/2017		01/01/2017
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo Inicial de acordo com a IAS 39 (excluindo-se participações de não controladores)	122.163	6.001	122.582
Ajustes decorrentes de mudanças de política de baixa de ativos financeiros, líquido de efeitos tributários	a	2.539	2.462
Saldo Inicial de acordo com a IAS 39 (excluindo-se participações de não controladores)		124.702	125.044
Perda Esperada	b	(8.201)	(7.853)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(7.058)	(7.385)
Demais Ativos Financeiros		(1.143)	(468)
Modificação de Ativos Financeiros	c	35	36
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros	d	(881)	(787)
Impostos Diferidos sobre os Ajustes		3.966	3.712
Participação de Acionistas Não Controladores		(121)	(57)
Total dos Ajustes		(5.202)	(4.949)
De acordo com a IFRS 9 - atribuível aos acionistas controladores		119.500	120.095
De acordo com a IFRS 9 - atribuível aos acionistas não controladores		12.129	12.289
De acordo com a IFRS 9 - atribuível aos acionistas controladores e não controladores		131.629	132.384

(a) Mudança de política de baixa parcial de ativos financeiros, de acordo com IAS 8, que ocasionou a ativação proporcional alinhando o comportamento de recuperação dos ativos financeiros a sua realização econômica.

(b) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (IAS 39) para perda esperada, considerando informações prospectivas.

(c) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

(d) Alteração no modelo de mensuração de ativos financeiros devido às novas categorias introduzidas pela IFRS 9.

Ativo	IAS 39 01/01/2017		Reclassificações ^(a)	Remensurações / Modificações ^(b)	IFRS 9 01/01/2017	
	Categoria	Saldo			Categoria	Saldo
Disponibilidades		18.542	-	-		-
Depósitos Compulsórios no Banco Central		85.700	(85.700)	-		-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		22.692	(22.692)	-		-
Aplicações no Mercado Aberto		265.051	(265.051)	-		-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Mantidos para Negociação	204.648	(204.648)	-		-
Dados em Garantia		12.950	-	-		-
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		191.698	-	-		-
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo através do Resultado	Disponíveis para Venda	1.191	(1.191)	-		-
Derivativos		24.231	(24.231)	-		-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Disponíveis para Venda	88.277	(88.277)	-		-
Dados em Garantia		17.435	-	-		-
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		70.842	-	-		-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Mantidos até o Vencimento	40.495	(40.495)	-		-
Dados em Garantia		11.778	-	-		-
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		28.717	-	-		-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	Empréstimos e Recebíveis	463.394	(463.394)	-		-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		490.366	(490.366)	-		-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(26.972)	26.972	-		-
Outros Ativos Financeiros		53.917	(53.917)	-		-
Disponibilidades		18.542	-	-		18.542
Ativos Financeiros		-	1.252.330	(5.360)		1.246.833
Depósitos Compulsórios no Banco Central		-	85.700	-		85.700
Ao Custo Amortizado		-	906.850	(4.561)	Custo Amortizado	902.289
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	22.692	(4)		22.688
Aplicações no Mercado Aberto		-	265.051	(1)		265.050
Títulos e Valores Mobiliários		-	101.796	772		102.568
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		-	490.366	4.485		494.851
Outros Ativos Financeiros		-	53.917	(22)		53.895
(-) Provisão para Perda Esperada		-	(26.972)	(9.791)		(36.763)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	39.750	426	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangente	40.039
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais		-	39.750	426		40.039
Ao Valor Justo por meio do Resultado		-	220.030	(1.225)	Valor Justo por Meio do Resultado	218.805
Títulos e Valores Mobiliários		-	195.799	(1.225)		194.574
Derivativos		-	24.231	-		24.231
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		5.073	-	-		5.073
Ágio		9.675	-	-		9.675
Imobilizado, Líquido		8.042	-	-		8.042
Ativos Intangíveis, Líquido		7.381	-	-		7.381
Ativos Fiscais		44.274	-	807		45.081
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.703	-	-		2.703
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		37.395	-	807		38.202
Outros		4.176	-	-		4.176
Bens Destinados à Venda		631	-	-		631
Outros Ativos		10.027	-	29		10.056
Total do Ativo		1.353.241	2.734	(4.524)		1.351.314

Passivo e Patrimônio Líquido	IAS 39 01/01/2017		Reclassificações ^(a)	Remensurações ^(b)	IFRS 9 01/01/2017	
	Categoria	Saldo			Categoria	Saldo
Depósitos		329.414	(329.414)	-		-
Captações no Mercado Aberto		349.164	(349.164)	-		-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		519	(519)	-		-
Derivativos		24.698	(24.698)	-		-
Recursos de Mercados Interbancários		135.483	(135.483)	-		-
Recursos de Mercados Institucionais		96.239	(96.239)	-		-
Outros Passivos Financeiros		71.832	(71.832)	-		-
Provisão de Seguros e Previdência Privada		154.076	-	-		-
Passivos de Planos de Capitalização		3.147	(3.147)	-		-
Provisões		20.909	-	-		-
Obrigações Fiscais		5.836	-	-		-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.741	-	-		-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas		643	-	-		-
Outras		3.452	-	-		-
Outros Passivos		27.110	-	-		-
Total do Passivo		1.218.427	-	-		-
Passivos Financeiros		-	-	-		1.012.075
Ao Custo Amortizado		-	985.279	(3.163)		982.116
Depósitos		-	329.414	-		329.414
Captações no Mercado Aberto		-	349.164	-		349.164
Recursos de Mercados Interbancários		-	135.483	-		135.483
Recursos de Mercados Institucionais		-	96.239	-		96.239
Planos de Capitalização		-	3.147	-		3.147
Outros Passivos Financeiros		-	71.832	(3.163)		68.669
Ao Valor Justo por meio do Resultado		-	25.217	-	Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	25.217
Derivativos		-	24.698	-		24.698
Outros		-	519	-		519
Provisão para Perda Esperada		-	-	4.742		4.742
Compromissos de Empréstimos		-	-	2.761		2.761
Garantias Financeiras		-	-	1.981		1.981
Provisão de Seguros e Previdência Privada		154.076	-	-		154.076
Provisões		20.909	-	-		20.909
Obrigações Fiscais		5.836	-	(886)		4.950
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.741	-	-		1.741
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas		643	-	(932)		(289)
Outras		3.452	-	46		3.498
Outros Passivos		27.110	-	(190)		26.920
Total do Passivo		-	-	(1.076)		1.218.930
Capital Social		97.148	-	-		97.148
Ações em Tesouraria		(1.882)	-	-		(1.882)
Capital Adicional Integralizado		1.785	-	-		1.785
Reservas Integralizadas		3.443	-	3.023		6.466
Reservas a Integralizar		25.362	-	(4.992)		20.370
Resultado Abrangente Acumulado		(3.274)	-	(518)		(3.792)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		122.582	-	(2.487)		120.095
Participações de Acionistas não Controladores		12.232	-	57		12.289
Total do Patrimônio Líquido		134.814	-	(2.430)		132.384
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.353.241	-	(1.927)		1.351.314

(a) Reclassificações: referem-se às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração ao valor justo e ao custo amortizado.

(b) Remensurações / Modificações: referem-se às perdas de crédito esperadas e ao ajuste ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração; e ativos financeiros modificados e não baixados, os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

- IFRS 15 –Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 – Receita e IAS 11– Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9: A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17 – Contratos de Seguro, por meio de duas opções:
 - Isenção temporária: adoção da IFRS 9 em conjunto com a IFRS 17, ou seja, a partir de janeiro de 2021. Esta opção se aplica, apenas, às entidades com atividades relevantes de seguro (acima de 80% dos passivos totais) e que não tenham aplicado antecipadamente a IFRS 9;
 - Abordagem de Sobreposição: adoção da IFRS 9, contudo, para os ativos reclassificados para a categoria Valor Justo por meio do Resultado, transferir os efeitos da adoção da IFRS 9 do Resultado do Período para Outros Resultados Abrangentes até a vigência da IFRS 17.

Os passivos relacionados aos contratos de seguro não são representativos em comparação aos passivos totais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a IFRS 9 para todos os ativos financeiros, inclusive para os ativos financeiros das entidades seguradoras e, portanto, não utilizará as opções acima.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.
- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;

- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Perda de Crédito Esperada

São necessários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Prazo para avaliação da perda de crédito esperada: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada.
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada período das Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando triggers (indicadores) relativos e absolutos por produto e país.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4I, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pela IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. O valor justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão apresentados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbilidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 31 de março de 2018 e 2017 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

De acordo com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/03/2018 e 31/12/2017:

		Moeda Funcional	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
					31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
No País								
Banco Itaú BBA S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Consignado S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização			Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil			Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itauseg Seguradora S.A.			Brasil	Seguros	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.			Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.			Brasil		Seguros	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.			Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A.			Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
No Exterior								
Itaú CorpBanca Colombia S.A.	(Nota 3)	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	23,90%	23,90%	23,90%	23,90%
Banco Itaú Argentina S.A.		Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú (Suisse) SA		Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Peso Uruguaio	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.		Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera		Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc		Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.		Real	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú CorpBanca	(Nota 3)	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	36,06%	36,06%	36,06%	36,06%

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento (FIC) o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de Negócios, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos e, sua contabilização é aplicável quando um negócio for adquirido. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4i. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Com Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

e) Ativos e Passivos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

I - Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a aplicar a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 31.

Baseado nestes fatores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

- Custo Amortizado
 - Ativos administrados para obter fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*);
 - Inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
 - Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
 - Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*), quanto para a venda;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo
 - Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
 - Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado;
 - Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos. Dividendos sobre ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estabelecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado.

Perda de Crédito Esperada

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece a provisão para perdas na Demonstração Consolidada do Resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, sem efeito no valor contábil bruto do ativo financeiro.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

- **Ativos financeiros:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- **Compromissos de empréstimos:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber;
- **Garantias financeiras:** a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera recuperar.

A cada período reportado, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Os efeitos das modificações dos fluxos de caixa de ativos financeiros e outros detalhes sobre metodologias e premissas utilizadas pela Administração para mensuração da provisão para perda de crédito esperada, incluindo o uso de informações prospectivas, são detalhadas na Nota 36.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

De qualquer maneira, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa.

Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

II - Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada a derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.
- **Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras,** conforme detalhado na Nota 2.4e VIII;

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING remove um passivo financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

III – Aplicações no Mercado Aberto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

IV – Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A avaliação de contratos híbridos ativos que estejam sob o escopo da IFRS 9 é efetuada como um todo, incluindo todas as características embutidas. Já a contabilização de um contrato híbrido ativo é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Quando um contrato contém um componente principal fora do escopo da IFRS 9, por exemplo, um recebível de arrendamento mercantil ou um contrato de seguro, ou mesmo um passivo financeiro, os derivativos embutidos são tratados como instrumentos separados se suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do componente principal e este não é contabilizado ao valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente ao valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39, contudo, poderá vir a adotar os requerimentos da IFRS 9 conforme decisão da Administração. Segundo esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente.

Para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- No início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade;
- É esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- Quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* deve ser altamente provável e deve apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- A efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- O *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza derivativos como instrumento de *hedge* nas três estratégias existentes na IAS 39, conforme detalhado na Nota 9.

Para os derivativos que são designados e se qualificam como instrumentos de *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada diretamente em Resultado Abrangente Acumulado – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e é reclassificada para resultado no mesmo período ou nos períodos que a transação protegida afeta o resultado. A parcela dos ganhos e perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) A parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
- b) A parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado para o resultado do período

V – Operações de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VI – Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VII - Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador. Estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

VIII - Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação, na data de sua emissão, o valor justo dos compromissos de empréstimos e garantias financeiras. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente. Esse valor é amortizado pelo prazo do instrumento e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, com base na melhor estimativa, se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a perda de crédito esperada em relação à garantia emitida é maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, este valor é substituído por uma provisão para perda.

f) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING analisa a natureza de seus negócios em conjunto para avaliar se possui operações em conjunto ou negócios em conjunto. Os negócios em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial de acordo com os requerimentos da IFRS 11 – Negócios em Conjunto.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Resultados Abrangentes Acumulados será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

g) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

h) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

i) Ágio

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado semestralmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

j) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

k) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ^(*)	20,00%

() Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual, um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

m) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BRGAAP).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguros são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

n) Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (asset ceiling).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação atuarial, em relação ao efetivamente realizado, bem como dos efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Resultados Abrangentes Acumulados.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

De forma semelhante aos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Resultados Abrangentes Acumulados, no período em que ocorrem.

o) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

p) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

q) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

r) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

s) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

t) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

u) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas quando os serviços são prestados ao longo da vida dos respectivos contratos. Os custos incrementais são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

v) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

Negócios de Varejo do Citibank

Em 8 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas controladas Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) e Itaú Corretora de Valores S.A., assinou compromisso de compra e venda de ações com o Banco Citibank S.A. e outras sociedades de seu conglomerado (CITIBANK) para aquisição dos negócios de varejo conduzidos pelo Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo CITIBANK na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (representativas de 5,64% do seu capital social) e na CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização (representativas de 3,60% do seu capital social), pelo valor de R\$ 628.

A operação foi estruturada em três etapas:

- (i) aquisição das operações de varejo, cartões e corretagem de seguros em 31 de outubro de 2017;
- (ii) aquisição das operações de corretagem de valores em 1º de dezembro de 2017; e
- (iii) aquisição das participações societárias na TECBAN e na CIBRASEC, em 26 de dezembro de 2017.

A diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura na data de aquisição no montante de R\$ 631.

Gestora de Inteligência de Crédito

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito que desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas.

A Gestora de Inteligência de Crédito S.A., localizada na cidade de São Paulo, foi estruturada como uma sociedade anônima, sendo que cada um dos acionistas deterá 20% de seu capital social.

Após o cumprimento das condições precedentes, e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 14 de junho de 2017. A participação adquirida é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Itaú CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo de transação com o CorpBanca (CORPBANCA) e seus acionistas controladores (CORP GROUP), estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CORPBANCA no Chile e nas demais jurisdições em que o CORPBANCA atua.

As partes fecharam a operação em 1º de abril de 2016, quando apresentaram condições plenas para o processo de reorganização societária.

A operação foi concretizada por meio de:

- I- Aumento de capital do BIC no valor de R\$ 2.309 concluído em 22 de março de 2016;
- II- Incorporação do BIC pelo CORPBANCA, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CORPBANCA, na proporção de 80.240 ações do CORPBANCA para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o CORP GROUP.

O ITAÚ CORPBANCA passou a ser controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nessa mesma data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um acordo de acionistas com o CORP GROUP, o qual prevê, entre outros, o direito de o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o CORP GROUP indicarem membros do conselho de administração do ITAÚ CORPBANCA de acordo com suas participações no capital social, sendo que tais acionistas, em conjunto, terão o direito de indicar a maioria dos membros do conselho de administração do ITAÚ CORPBANCA e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá o direito de indicar a maioria dos membros eleitos por tal bloco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu indiretamente as seguintes participações adicionais no capital social do ITAÚ CORPBANCA que foram liquidadas nas datas abaixo:

- Em 26 de outubro de 2016 – 10.908.002.836 ações (2,13%) pelo valor de R\$ 288,1, passando a deter 35,71%; e
- Em 14 de setembro de 2017 – 1.800.000.000 ações (0,35%) pelo valor de R\$ 55,6, passando a deter 36,06%.

As referidas aquisições geraram uma opção de recompra ao CORP GROUP com prazo de 5 anos a contar de cada opção exercida, sendo para a primeira até 13 de junho de 2021 e para a segunda até 04 de agosto de 2022, conforme acordo de acionistas celebrado entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e CORP GROUP e afiliadas, em 1º de abril de 2016.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/03/2018	31/12/2017
Disponibilidades	25.444	18.749
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.606	15.327
Aplicações no Mercado Aberto	47.256	152.402
Total	77.306	186.478

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes a caixa são de R\$ 19.960 (R\$ 13.721 em 31/12/2017) e R\$ 194.258 (R\$ 92.297 em 31/12/2017), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais

Banco Central do Brasil	31/03/2018	31/12/2017
Não Remunerados	4.674	4.790
Remunerados	91.317	94.047
Total	95.991	98.837

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	23.721	845	24.566	28.034	1.014	29.048
Aplicações no Mercado Aberto ⁽²⁾	241.409	105	241.514	244.503	196	244.699
Total	265.130	950	266.080	272.537	1.210	273.747

(1) Inclui R\$ 11.796 (R\$ 7.220 em 31/12/2017) de Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países, sendo R\$ 10.093 (R\$ 6.171 em 31/12/2017) remunerados e R\$ 1.703 (R\$ 1.049 em 31/12/2017) não remunerados.

(2) O montante de R\$ 3.439 (R\$ 3.664 em 31/12/2017) está dado em garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e BACEN e R\$ 178.179 (R\$ 185.296 em 31/12/2017) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4d. Inclui perdas no montante de R\$ 3 (R\$ 8 em 31/12/2017).

Nota 7 - Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários

a) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Fundos de Investimento	3.219	(632)	2.587	4.135	(622)	3.513
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	215.177	543	215.720	204.270	364	204.634
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	3.384	44	3.428	3.148	62	3.210
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	1.216	5	1.221	3.917	32	3.949
Argentina	809	4	813	1.446	20	1.466
Chile	129	-	129	57	-	57
Colômbia	28	1	29	2.080	12	2.092
Estados Unidos	100	-	100	100	-	100
México	7	-	7	5	-	5
Paraguai	1	-	1	3	-	3
Uruguai	140	-	140	193	-	193
Outros	2	-	2	33	-	33
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	35.653	(221)	35.432	33.816	(175)	33.641
Ações Negociáveis	6.802	(87)	6.715	6.080	(121)	5.959
Certificado de Depósito Bancário	472	-	472	335	-	335
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.654	27	1.681	1.779	16	1.795
Debêntures	2.871	(152)	2.719	3.290	(74)	3.216
Eurobonds e Assemelhados	808	(8)	800	684	4	688
Letras Financeiras	22.548	(1)	22.547	21.170	-	21.170
Notas Promissórias	397	-	397	391	-	391
Outros	101	-	101	87	-	87
Total ⁽²⁾	258.649	(261)	258.388	249.286	(339)	248.947

(1) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 32.604 (R\$ 28.817 em 31/12/2017), b) R\$ 1.776 (R\$ 1.508 em 31/12/2017), c) R\$ 318 (R\$ 46 em 31/12/2017), d) R\$ 28 (R\$ 28 em 31/12/2017), totalizando R\$ 34.726 (R\$ 30.399 em 31/12/2017);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários foram os seguintes:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	41.239	40.581	50.174	49.512
Sem vencimento	10.022	9.302	10.214	9.469
Até um ano	31.217	31.279	39.960	40.043
Não Circulante	217.410	217.807	199.112	199.435
De um a cinco anos	171.412	171.618	147.700	147.805
De cinco a dez anos	33.181	33.292	41.279	41.499
Após dez anos	12.817	12.897	10.133	10.131
Total	258.649	258.388	249.286	248.947

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 141.471 (R\$ 169.178 em 31/12/2017). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGDL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2018		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.963	62	2.025
Total	1.963	62	2.025

	31/12/2017		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.670	76	1.746
Total	1.670	76	1.746

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários foram os seguintes:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	624	677	1.006	1.041
Até um ano	624	677	1.006	1.041
Não Circulante	1.339	1.348	664	705
De um a cinco anos	1.339	1.348	664	705

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swap* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 24.531 (R\$ 18.284 em 31/12/2017) e estava basicamente composto por títulos públicos.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/03/2018							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	10.564	34,8	153	194	417	1.103	1.633	7.064
Contratos de Opções	4.269	14,0	349	355	664	1.918	653	330
Contratos a Termo	12.946	42,6	12.362	337	68	179	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	120	0,4	-	1	1	5	14	99
NDF - Non Deliverable Forward	2.352	7,7	425	695	265	556	309	102
Verificação de Swap - Empresas	52	0,2	2	-	-	-	-	50
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	101	0,3	-	3	1	7	7	83
Total	30.404	100,0	13.291	1.585	1.416	3.768	2.616	7.728
% por prazo de vencimento			43,7	5,2	4,7	12,4	8,6	25,4
	31/03/2018							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(15.823)	44,8	(304)	(170)	(730)	(2.630)	(3.572)	(8.417)
Contratos de Opções	(3.774)	10,7	(240)	(246)	(476)	(1.844)	(672)	(296)
Contratos a Termo	(12.403)	35,1	(12.403)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(31)	0,1	-	-	-	(3)	(3)	(25)
NDF - Non Deliverable Forward	(2.937)	8,3	(446)	(662)	(393)	(608)	(326)	(502)
Verificação de Swap - Empresas	(117)	0,3	(72)	-	-	-	-	(45)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(230)	0,7	(151)	(3)	(3)	(7)	(13)	(53)
Total	(35.315)	100,0	(13.616)	(1.081)	(1.602)	(5.092)	(4.586)	(9.338)
% por prazo de vencimento			38,6	3,1	4,5	14,4	13,0	26,4

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2017							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros	158	0,7	153	11	(2)	(3)	38	(39)
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	9.190	40,2	189	187	327	744	1.661	6.082
Contratos de Opções	3.337	14,6	430	440	353	955	865	294
Contratos a Termo	6.911	30,3	6.529	293	46	43	-	-
Derivativos de Crédito	137	0,6	-	-	1	8	21	107
NDF - Non Deliverable Forward	2.950	12,9	677	717	624	610	166	156
Verificação de Swap	68	0,3	-	-	6	-	-	62
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	92	0,4	-	-	-	3	5	84
Total	22.843	100,0	7.978	1.648	1.355	2.360	2.756	6.746
% por prazo de vencimento			34,9	7,2	5,9	10,3	12,1	29,6

	31/12/2017							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de <i>Swaps</i> - Ajuste a Pagar	(13.692)	51,2	(65)	(202)	(451)	(1.711)	(3.747)	(7.516)
Contratos de Opções	(2.793)	10,4	(332)	(174)	(304)	(821)	(889)	(273)
Contratos a Termo	(6.272)	23,5	(6.272)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(58)	0,2	-	-	(1)	(2)	(7)	(48)
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	(3.745)	14,0	(927)	(735)	(547)	(785)	(225)	(526)
Verificação de <i>Swap</i>	(122)	0,5	-	-	(73)	-	-	(49)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(64)	0,2	-	(2)	(2)	(6)	(9)	(45)
Total	(26.746)	100,0	(7.596)	(1.113)	(1.378)	(3.325)	(4.877)	(8.457)
% por prazo de vencimento			28,4	4,2	5,2	12,4	18,2	31,6

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pagar	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/03/2018	31/03/2018	31/03/2018	31/03/2018
Contratos de Futuros	577.665	-	-	-
Compromissos de Compra	297.009	-	-	-
Ações	18.908	-	-	-
Commodities	162	-	-	-
Juros	251.917	-	-	-
Moeda Estrangeira	26.022	-	-	-
Compromissos de Venda	280.656	-	-	-
Ações	16.376	-	-	-
Commodities	291	-	-	-
Juros	251.609	-	-	-
Moeda Estrangeira	12.380	-	-	-
Contratos de Swaps	871.064	(4.822)	(437)	(5.259)
Posição Ativa	871.064	3.988	6.576	10.564
Ações	348	-	-	-
Juros	860.361	3.305	6.280	9.585
Moeda Estrangeira	10.355	683	296	979
Posição Passiva	871.064	(8.810)	(7.013)	(15.823)
Ações	417	(5)	(1)	(6)
Juros	847.811	(8.093)	(7.182)	(15.275)
Moeda Estrangeira	22.836	(712)	170	(542)
Contratos de Opções	2.059.995	439	56	495
De Compra - Posição Comprada	262.121	1.434	246	1.680
Ações	9.112	404	634	1.038
Commodities	1.070	23	20	43
Juros	212.150	194	(108)	86
Moeda Estrangeira	39.789	813	(300)	513
De Venda - Posição Comprada	819.843	1.603	986	2.589
Ações	10.640	338	168	506
Commodities	466	10	(2)	8
Juros	774.758	472	946	1.418
Moeda Estrangeira	33.979	783	(126)	657
De Compra - Posição Vendida	89.106	(1.105)	(73)	(1.178)
Ações	8.374	(128)	(512)	(640)
Commodities	340	(11)	(23)	(34)
Juros	46.769	(170)	107	(63)
Moeda Estrangeira	33.623	(796)	355	(441)
De Venda - Posição Vendida	888.925	(1.493)	(1.103)	(2.596)
Ações	10.279	(280)	(139)	(419)
Commodities	348	(9)	4	(5)
Juros	843.352	(511)	(1.093)	(1.604)
Moeda Estrangeira	34.946	(693)	125	(568)
Operações a Termo	15.992	546	(3)	543
Compras a Receber	6.569	7.272	(1)	7.271
Ações	145	143	-	143
Juros	6.424	7.129	(1)	7.128
Obrigações por Compra a Pagar - Juros	-	(6.422)	-	(6.422)
Vendas a Receber	4.072	5.674	1	5.675
Ações	4.072	648	1	649
Juros	-	5.026	-	5.026
Obrigações por Venda a Entregar	5.351	(5.978)	(3)	(5.981)
Ações	323	(1)	(3)	(4)
Juros	5.028	(5.977)	-	(5.977)
Derivativos de Crédito	6.680	(15)	104	89
Posição Ativa	4.529	21	99	120
Ações	2.056	20	73	93
Juros	2.141	(6)	27	21
Moeda Estrangeira	332	7	(1)	6
Posição Passiva	2.151	(36)	5	(31)
Ações	703	(21)	3	(18)
Juros	1.448	(15)	2	(13)
NDF - Non Deliverable Forward	228.256	(769)	184	(585)
Posição Ativa	109.679	2.021	331	2.352
Commodities	169	11	1	12
Moeda Estrangeira	109.510	2.010	330	2.340
Posição Passiva	118.577	(2.790)	(147)	(2.937)
Commodities	140	(10)	2	(8)
Moeda Estrangeira	118.437	(2.780)	(149)	(2.929)
Verificação de Swap	979	(74)	9	(65)
Posição Ativa	979	2	50	52
Juros	452	-	50	50
Moeda Estrangeira	527	2	-	2
Posição Passiva	-	(76)	(41)	(117)
Juros	-	(74)	2	(72)
Moeda Estrangeira	-	(2)	(43)	(45)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	17.364	89	(218)	(129)
Posição Ativa	11.343	94	7	101
Ações	105	(9)	6	(3)
Juros	2.140	103	(4)	99
Moeda Estrangeira	9.098	-	5	5
Posição Passiva	6.021	(5)	(225)	(230)
Ações	1.380	(1)	(55)	(56)
Juros	728	(4)	(13)	(17)
Moeda Estrangeira	3.913	-	(157)	(157)
ATIVO	22.109	8.295	30.404	30.404
PASSIVO	(26.715)	(8.600)	(35.315)	(35.315)
TOTAL	(4.606)	(305)	(4.911)	(4.911)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/03/2018
Contrato de Futuros	150.082	129.386	136.777	161.420	577.665
Contratos de Swaps	38.297	141.609	144.268	546.890	871.064
Contratos de Opções	290.794	293.049	1.435.884	40.268	2.059.995
Contratos a Termo	13.665	1.337	990	-	15.992
Derivativos de Crédito	-	896	886	4.898	6.680
NDF - Non Deliverable Forward	73.736	98.316	42.624	13.580	228.256
Verificação de Swap	294	22	-	663	979
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.692	6.740	3.052	3.880	17.364

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Contratos de Futuros	607.980	8	150	158
Compromissos de Compra	323.102	8	150	158
Ações	18.149	-	-	-
Commodities	187	-	-	-
Juros	275.155	7	(3)	4
Moeda Estrangeira	29.611	1	153	154
Compromissos de Venda	284.878	-	-	-
Ações	11.359	-	-	-
Commodities	168	-	-	-
Juros	245.230	-	-	-
Moeda Estrangeira	28.121	-	-	-
Contratos de Swaps	837.299	(4.770)	268	(4.502)
Posição Ativa	837.299	3.630	5.560	9.190
Ações	350	-	1	1
Juros	825.811	2.937	5.314	8.251
Moeda Estrangeira	11.138	693	245	938
Posição Passiva	837.299	(8.400)	(5.292)	(13.692)
Ações	1.088	(1)	-	(1)
Juros	814.141	(8.244)	(5.275)	(13.519)
Moeda Estrangeira	22.070	(155)	(17)	(172)
Contratos de Opções	1.847.829	452	92	544
De Compra - Posição Comprada	245.514	1.256	392	1.648
Ações	8.655	396	618	1.014
Commodities	367	11	18	29
Juros	204.674	202	(44)	158
Moeda Estrangeira	31.818	647	(200)	447
De Venda - Posição Comprada	736.856	1.457	232	1.689
Ações	11.795	358	34	392
Commodities	269	4	-	4
Juros	700.658	416	348	764
Moeda Estrangeira	24.134	679	(150)	529
De Compra - Posição Vendida	88.688	(1.008)	(229)	(1.237)
Ações	9.159	(128)	(527)	(655)
Commodities	278	(6)	(14)	(20)
Juros	51.477	(155)	65	(90)
Moeda Estrangeira	27.774	(719)	247	(472)
De Venda - Posição Vendida	776.771	(1.253)	(303)	(1.556)
Ações	10.241	(261)	(33)	(294)
Commodities	222	(8)	4	(4)
Juros	742.475	(435)	(378)	(813)
Moeda Estrangeira	23.833	(549)	104	(445)
Contratos a Termo	9.954	639	-	639
Compras a Receber	1.654	1.861	-	1.861
Ações	25	25	-	25
Juros	1.629	1.836	-	1.836
Obrigações por Compra a Pagar - Juros	-	(1.644)	-	(1.644)
Vendas a Receber	737	5.049	1	5.050
Ações	737	729	1	730
Juros	-	4.320	-	4.320
Obrigações por Venda a Entregar	7.563	(4.627)	(1)	(4.628)
Ações	3.261	1	-	1
Juros	4.302	(4.628)	(1)	(4.629)
Derivativos de Crédito	10.110	(30)	109	79
Posição Ativa	5.831	38	99	137
Ações	1.955	22	69	91
Juros	3.876	16	30	46
Posição Passiva	4.279	(68)	10	(58)
Ações	769	(21)	4	(17)
Juros	3.510	(47)	6	(41)
NDF - Non Deliverable Forward	252.628	(948)	153	(795)
Posição Ativa	119.312	2.781	169	2.950
Commodities	80	6	1	7
Moeda Estrangeira	119.232	2.775	168	2.943
Posição Passiva	133.316	(3.729)	(16)	(3.745)
Commodities	175	(14)	-	(14)
Moeda Estrangeira	133.141	(3.715)	(16)	(3.731)
Verificação de Swap	955	(73)	19	(54)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	514	-	68	68
Posição Passiva - Juros	441	(73)	(49)	(122)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.225	90	(62)	28
Posição Ativa	2.464	100	(8)	92
Ações	191	(9)	5	(4)
Juros	2.147	109	(15)	94
Moeda Estrangeira	126	-	2	2
Posição Passiva	1.761	(10)	(54)	(64)
Ações	1.404	(1)	(57)	(58)
Juros	327	(2)	(2)	(4)
Moeda Estrangeira	30	(7)	5	(2)
	Ativo	16.180	6.663	22.843
	Passivo	(20.812)	(5.934)	(26.746)
	Total	(4.632)	729	(3.903)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2017
Contrato de Futuros	187.771	152.660	87.819	179.730	607.980
Contratos de Swaps	37.526	135.791	115.296	548.686	837.299
Contratos de Opções	418.679	290.491	457.164	681.495	1.847.829
Contratos a Termo	6.997	1.933	1.024	-	9.954
Derivativos de Crédito	-	510	1.230	8.370	10.110
NDF - Non Deliverable Forward	63.446	136.650	39.109	13.423	252.628
Verificação de Swap	-	293	-	662	955
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	-	474	851	2.900	4.225

III - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes.

	31/03/2018							
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Verificação de Swap	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
B3	434.587	27.616	1.929.956	4.538	-	62.743	-	12.751
Balcão	143.078	843.448	130.039	11.454	6.680	165.513	979	4.613
Instituições Financeiras	143.078	611.105	99.431	2	6.680	106.821	-	1.942
Empresas	-	120.554	30.280	11.452	-	58.402	979	2.671
Pessoas Físicas	-	111.789	328	-	-	290	-	-
Total	577.665	871.064	2.059.995	15.992	6.680	228.256	979	17.364

	31/12/2017							
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Verificação de Swap	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
B3	476.031	24.339	1.746.729	4.023	-	76.838	-	-
Balcão	131.949	812.960	101.100	5.931	10.110	175.790	955	4.225
Instituições Financeiras	131.525	525.855	69.460	-	10.110	118.743	-	1.792
Empresas	424	173.129	31.340	5.931	-	56.905	955	2.433
Pessoas Físicas	-	113.976	300	-	-	142	-	-
Total	607.980	837.299	1.847.829	9.954	10.110	252.628	955	4.225

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

	31/03/2018				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	4.853	1.328	1.425	2.022	78
Total por Instrumento	4.853	1.328	1.425	2.022	78
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	857	267	191	381	18
Abaixo do grau de investimento	3.996	1.061	1.234	1.641	60
Total por Risco	4.853	1.328	1.425	2.022	78
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	1.994	502	788	704	-
Governo - outros países	316	161	74	78	3
Entidades Privadas	2.543	665	563	1.240	75
Total por Entidade	4.853	1.328	1.425	2.022	78

	31/12/2017				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Total por Instrumento	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.416	449	347	620	-
Abaixo do grau de investimento	5.000	751	2.065	2.184	-
Total por Risco	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	3.597	406	1.671	1.520	-
Governo - outros países	329	144	90	95	-
Entidades Privadas	2.490	650	651	1.189	-
Total por Entidade	6.416	1.200	2.412	2.804	-

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/03/2018			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(4.853)	1.827	(3.026)
Total	(4.853)	1.827	(3.026)

31/12/2017			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.416)	3.694	(2.722)
Total	(6.416)	3.694	(2.722)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/03/2018						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	241.514	-	241.514	(653)	-	240.861
Instrumentos Financeiros Derivativos	30.404	-	30.404	(2.712)	-	27.692
31/12/2017						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	244.699	-	244.699	(575)	-	244.124
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.843	-	22.843	(3.138)	-	19.705

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/03/2018						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	299.163	-	299.163	(19.102)	-	280.061
Instrumentos Financeiros Derivativos	35.315	-	35.315	(2.712)	(563)	32.040
31/12/2017						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	312.634	-	312.634	(14.489)	-	298.145
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.746	-	26.746	(3.138)	(452)	23.156

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

As relações de hedge são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Na contabilidade de *hedge*, os grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxa de Juros: Risco de perda nas operações sujeitas às variações de taxas de juros;
- Moedas: Risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de *hedge* compatíveis. Por decisão da administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de *hedge*.

Os demais fatores de risco protegidos pela instituição são apresentados na Nota 36.

Para proteger os fluxos de caixa e o valor justo dos instrumentos designados como objeto de *hedge*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros. Atualmente, são utilizados Contratos Futuros, Opções, NDF (non deliverable forward), Forward, Swap e Ativos Financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o gerenciamento de risco através da relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e objetos de *hedge*, onde se espera que esses instrumentos se movam em sentidos contrários, nas mesmas proporções, com o objetivo de neutralização dos fatores de riscos.

O índice de cobertura designado é sempre 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

Risco de Taxa de Juros:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na taxa DI, através de contratos futuros.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na *LIBOR*, através de contratos futuros.
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações na taxa DI, através de contratos futuros.
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF*: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na UF*, através de contratos de *swap*.
- *Hedge* de Captações: proteger alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes das variações da TPM*, através de contratos de *swap*.
- *Hedge* de Operações de Crédito: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações da TPM*, através de contratos de *swap*.
- *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na Selic, através de contratos futuros.

*UF – Unidade de Fomento / TPM – Taxa de Política Monetária

O IUH não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias. No caso de estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Objetos de <i>Hedge</i>	Rubrica	31/03/2018			
		Valor Contábil do Objeto de <i>Hedge</i>		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>	Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto	-	35.447	(3.483)	(3.483)
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin e TVM	8.136	-	404	404
<i>Hedge</i> de Compromissadas Ativas	Aplicações no Mercado Aberto	35.259	-	849	849
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin	1.155	-	20	20
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	Depósitos	-	6.660	(11)	(11)
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	Titulos e Valores Mobiliários	11.982	-	(26)	(26)
Risco Cambial					
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis		270	-	(6)	(6)
Total		56.802	42.107	(2.253)	(2.253)

Objetos de <i>Hedge</i>	Rubrica	31/12/2017			
		Valor Contábil do Objeto de <i>Hedge</i>		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>	Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto	-	62.667	(3.227)	(3.227)
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin e TVM	23.490	-	429	429
<i>Hedge</i> de Compromissadas Ativas	Aplicações no Mercado Aberto	31.099	-	672	672
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin	1.124	-	14	14
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	Depósitos	-	6.444	(16)	(16)
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	Titulos e Valores Mobiliários	15.227	-	(28)	(28)
Risco Cambial					
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis		219	-	(5)	(5)
Total		71.159	69.111	(2.161)	(2.161)

Para as estratégias de depósitos e operações compromissadas, operações ativas e compromissadas ativas frequentemente a entidade reestabelece a relação de cobertura, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfolio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/03/2018						
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>	Variação no Valor do Instrumento de <i>Hedge</i> Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros de Taxa de Juros	80.367	19	(31)	(2.443)	(2.230)	213	-
Swap de Taxa de Juros	19.797	20	(37)	(24)	(17)	9	-
Risco Cambial							
Futuros de DDI	136	-	(1)	2	2	-	-
Opções	141	-	(8)	(8)	(8)	-	-
Total	100.441	39	(77)	(2.473)	(2.253)	222	

(*) Valores registrados na rubrica Derivativos.

Instrumentos de Hedge	31/12/2017						
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de Hedge	Variação no Valor do Instrumento de Hedge Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros de Taxa de Juros	118.441	13	(32)	(2.278)	(2.126)	152	-
Swap de Taxa de Juros	22.795	14	(44)	(38)	(31)	7	-
Risco Cambial							
Futuros de DDI	78	-	-	1	1	-	-
Opções	154	9	-	(6)	(6)	-	-
Total	141.468	36	(76)	(2.321)	(2.162)	159	-

(*) Valores registrados na rubrica Derivativos.

Para as estratégias de depósitos e operações compromissadas, operações ativas e compromissadas ativas frequentemente a entidade reestabelece a relação de cobertura, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfolio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

b) Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz, através da contratação de futuros DDI, NDF e ativos financeiros.

O risco protegido nesse tipo de estratégia é o risco cambial.

O IUH não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Objetos de Hedge	31/03/2018			
	Valor Contábil do Objeto de Hedge ⁽²⁾		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de Hedge	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira
	Ativos	Passivos		
Risco Cambial				
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ⁽¹⁾	-	13.154	(5.998)	(5.998)
Total	-	13.154	(5.998)	(5.998)

(1) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65% referente a impostos;

(2) Valores registrados na rubrica de Hedge de Investimento no Exterior

Objetos de Hedge	31/12/2017			
	Valor Contábil do Objeto de Hedge ⁽²⁾		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de Hedge	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira
	Ativos	Passivos		
Risco Cambial				
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ⁽¹⁾	-	13.074	(4.038)	(4.038)
Total	-	13.074	(4.038)	(4.038)

(1) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65% referente a impostos;

(2) Valores registrados na rubrica de Hedge de Investimento no Exterior

Instrumentos de Hedge	31/03/2018						
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de Hedge	Variação no Valor do Instrumento de Hedge Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuro DDI	23.973	309	-	(7.768)	(7.809)	(41)	-
Forward	(1.143)	1.144	-	528	567	38	-
NDF	(11.752)	-	37	1.295	1.304	9	-
Ativos Financeiros	(538)	538	-	(58)	(60)	(2)	-
Total	10.540	1.991	37	(6.003)	(5.998)	4	-

(*) Valores registrados na rubrica de Instrumentos Financeiros Derivativos.

Instrumentos de Hedge	31/12/2017						
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de Hedge	Variação no Valor do Instrumento de Hedge Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuro DDI	23.641	49	-	(7.564)	(7.605)	(41)	-
Forward	(1.065)	1.050	-	585	623	38	-
NDF	(11.474)	-	357	1.507	1.516	9	-
Ativos Financeiros	(541)	541	-	(39)	(41)	(2)	-
Total	10.561	1.640	357	(5.511)	(5.507)	4	-

(*) Valores registrados na rubrica de Instrumentos Financeiros Derivativos.

c) Hedge de Valor Justo

As estratégias de hedge de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em proteger a exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

Risco de Taxa de Juros:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento e pagamento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas, através da contratação de contratos de *swap*.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

A seguir são apresentados os efeitos da contabilização de cobertura sobre a posição financeira e desempenho do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

Objetos de <i>Hedge</i>	31/03/2018				Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>
	Valor Contábil do Objeto de <i>Hedge</i> ^(*)		Ajuste ao Valor Justo do Objeto de <i>Hedge</i>		
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	
Risco de Taxa de Juros					
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	6.516	-	6.506	-	(10)
<i>Hedge</i> de Captações	-	10.950	-	11.028	78
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	-	794	-	793	(1)
<i>Hedge</i> de Títulos AFS	518	-	554	-	36
Total	7.034	11.744	7.060	11.821	103

(*) Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários, Recursos de Mercados Interbancários e Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

(*) Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários, Recursos de Mercados Interbancários e Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

Objetos de <i>Hedge</i>	31/12/2017				Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>
	Valor Contábil do Objeto de <i>Hedge</i> (*)		Ajuste ao Valor Justo do Objeto de <i>Hedge</i>		
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	
Risco de Taxa de Juros					
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	5.977	-	5.978	-	52
<i>Hedge</i> de Captações	-	12.157	-	9.562	(114)
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	-	794	-	779	-
<i>Hedge</i> de Títulos AFS	482	-	450	-	34
Total	6.459	12.951	6.428	10.341	(28)

(*) Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários, Recursos de Mercados Interbancários e Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

Para as estratégias de operações de crédito, a entidade reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

Instrumentos de Hedge	31/03/2018				
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de Hedge	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado ⁽¹⁾
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Swap de Taxa de Juros	18.778	22	125	(101)	2
Total	18.778	22	125	(101)	2

(*) Valores registrados na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos.

Instrumentos de Hedge	31/12/2017				
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de Hedge	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado ⁽¹⁾
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Swap de Taxa de Juros	19.410	86	114	(27)	(2)
Total	19.410	86	114	(27)	(2)

(*) Valores registrados na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o ajustes ao valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	31/03/2018			31/12/2017		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	35.447	(31)	35.447	62.667	(32)	62.667
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	277	(9)	270	232	9	219
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	10.540	1.954	13.154	10.561	1.283	13.074
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	6.516	13	6.516	5.977	52	5.977
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	1.155	20	1.155	1.124	14	1.124
<i>Hedge</i> de Captações (Risco de Mercado)	10.950	(75)	10.950	12.157	(114)	12.157
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	6.660	(11)	6.660	6.444	(16)	6.444
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados (Risco de Mercado)	794	1	794	794	-	794
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	8.540	2	8.136	23.919	2	23.490
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	36.380	16	35.259	31.855	11	31.099
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	11.982	(26)	11.982	15.227	(28)	15.227
<i>Hedge</i> de títulos AFS	518	(40)	518	482	34	482
Total		1.814			1.215	

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Estratégias	31/03/2018							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	13.230	6.296	14.012	226	1.679	4	-	35.447
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	235	42	-	-	-	-	-	277
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	10.540	-	-	-	-	-	-	10.540
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	149	157	553	1.614	1.178	1.365	1.500	6.516
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	-	28	22	187	28	890	-	1.155
<i>Hedge</i> de Captações (Risco de Mercado)	84	3.893	1.811	222	347	1.446	3.147	10.950
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	1.752	1.203	613	932	510	1.650	-	6.660
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados (Risco de Mercado)	794	-	-	-	-	-	-	794
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	7.224	-	1.316	-	-	-	-	8.540
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	23.857	7.548	1.545	-	3.430	-	-	36.380
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	10.236	1.692	-	54	-	-	-	11.982
<i>Hedge</i> de títulos AFS	-	-	239	-	-	279	-	518
Total	68.101	20.859	20.111	3.235	7.172	5.634	4.647	129.759

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2017							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	31.471	11.205	6.210	12.125	-	1.656	-	62.667
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	162	70	-	-	-	-	-	232
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	10.561	-	-	-	-	-	-	10.561
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	268	143	628	1.502	1.335	642	1.459	5.977
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	-	-	27	157	75	865	-	1.124
<i>Hedge</i> de Captações (Risco de Mercado)	2.399	3.669	799	218	348	2.099	2.625	12.157
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	1.646	749	1.026	884	525	1.614	-	6.444
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados (Risco de Mercado)	794	-	-	-	-	-	-	794
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	16.726	5.940	-	1.253	-	-	-	23.919
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	251	25.209	3.956	1.349	-	1.090	-	31.855
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	12.352	2.822	-	53	-	-	-	15.227
<i>Hedge</i> de títulos AFS	-	-	223	-	-	259	-	482
Total	76.630	49.807	12.869	17.541	2.283	8.225	4.084	171.439

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2018				31/12/2017			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	15.976	61	-	16.037	12.479	310	-	12.789
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	22.425	982	-	23.407	19.454	683	-	20.137
Outros Públicos	36	-	(36)	-	36	-	(36)	-
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	18.760	(88)	-	18.672	16.583	(41)	-	16.542
Colômbia	5.842	27	-	5.869	2.928	92	-	3.020
Chile	8.717	21	-	8.738	9.554	(4)	-	9.550
Estados Unidos	1.574	(21)	-	1.553	1.568	(18)	-	1.550
Paraguai	1.788	(116)	-	1.672	1.915	(115)	-	1.800
Uruguai	839	1	-	840	618	4	-	622
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	2.148	66	(47)	2.167	2.656	73	(48)	2.681
Ações Negociáveis	76	86	-	162	73	75	-	148
Certificado de Depósito Bancário	51	-	-	51	685	-	-	685
Debêntures	44	-	(42)	2	44	-	(43)	1
Eurobonds e Assemelhados	1.974	(20)	(2)	1.952	1.851	(2)	(2)	1.847
Outros	3	-	(3)	-	3	-	(3)	-
Total ⁽²⁾	59.345	1.021	(83)	60.283	51.208	1.025	(84)	52.149

(1) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 16.288 (R\$ 15.061 em 31/12/2017), b) R\$ 15.192 (R\$ 11.892 em 31/12/2017), c) R\$ 30 (R\$ 37 em 31/12/2017) e d) R\$ 910 (R\$ 479 em 31/12/2017) totalizando R\$ 32.420 (R\$ 27.469 em 31/12/2017);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	8.886	8.978	9.546	9.666
Sem Vencimento	76	163	73	148
Até um ano	8.810	8.815	9.473	9.518
Não Circulante	50.459	51.305	41.662	42.483
De um a cinco anos	31.075	31.497	23.138	23.415
De cinco a dez anos	14.164	14.218	11.368	11.680
Após dez anos	5.220	5.590	7.156	7.388
Total	59.345	60.283	51.208	52.149

Os Instrumentos Patrimoniais ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2018			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Ações Negociáveis	76	86	-	162
Total	76	86	-	162

	31/12/2017			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Ações Negociáveis	73	75	-	148
Total	73	75	-	148

No período não houve recebimento de dividendos e também não houve reclassificações no Patrimônio Líquido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

	31/03/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	76	162	73	148
Sem Vencimento	76	162	73	148

Reconciliação das perdas esperadas para os Demais Ativos Financeiros, segregadas por estágios:

Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 3	Perda Esperada 31/03/2018
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de						
Outros Resultados Abrangentes	(84)	1	(4)	4	-	(83)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(36)	-	-	-	-	(36)
Outros	(36)	-	-	-	-	(36)
Títulos de Dívida de Empresas	(48)	1	(4)	4	-	(47)
Debêntures	(43)	-	(3)	4	-	(42)
Eurobonds e Assemelhados	(2)	1	(1)	-	-	(2)
Outros	(3)	-	-	-	-	(3)

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de						
Outros Resultados Abrangentes	(93)	-	(2)	-	11	(84)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(36)	-	-	-	-	(36)
Outros	(36)	-	-	-	-	(36)
Títulos de Dívida de Empresas	(57)	-	(2)	-	11	(48)
Debêntures	(43)	-	-	-	-	(43)
Eurobonds e Assemelhados	(11)	-	(2)	-	11	(2)
Outros	(3)	-	-	-	-	(3)

Estágio 3	Perda Esperada 01/01/2017	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	10	(10)	-
Títulos de Dívida de Empresas	-	10	(10)	-
Eurobonds e Assemelhados	-	10	(10)	-

Nota 11 - Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor Justo	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	28.186	(64)	28.122	45.802	(66)	45.736
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	9.064	-	9.064	9.073	-	9.073
Títulos Públicos - Outros Países ^(1d)	7.972	(2)	7.970	8.414	(3)	8.411
Argentina	33	-	33	-	-	-
Colômbia	431	(2)	429	836	(3)	833
Chile	102	-	102	154	-	154
Coreia	1.943	-	1.943	1.944	-	1.944
Dinamarca	995	-	995	1.951	-	1.951
Espanha	3.081	-	3.081	2.937	-	2.937
Estados Unidos	16	-	16	16	-	16
México	1.354	-	1.354	559	-	559
Paraguai	4	-	4	4	-	4
Uruguai	13	-	13	13	-	13
Títulos de Dívida de Empresas ^(1c)	47.131	(5.331)	41.800	48.135	(5.113)	43.022
Cédula de Produtor Rural	3.393	(163)	3.230	2.899	(160)	2.739
Certificado de Depósito Bancário	107	-	107	130	-	130
Certificado de Recebíveis Imobiliários	13.599	(2.027)	11.572	13.839	(2.056)	11.783
Debêntures	23.788	(3.119)	20.669	23.397	(2.857)	20.540
Eurobonds e Assemelhados	3.606	(1)	3.605	3.660	(3)	3.657
Letras Financeiras	61	-	61	60	-	60
Notas Promissórias	1.128	(8)	1.120	3.246	(23)	3.223
Outros	1.449	(13)	1.436	904	(14)	890
Total ⁽²⁾	92.353	(5.397)	86.956	111.424	(5.182)	106.242

(1) Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram a) (R\$ 15.061 em 31/12/2017); b) R\$ 9.063 (R\$ 11.892 em 31/12/2017); c) (R\$ 37 em 31/12/2017); e d) R\$ 7.772 (R\$ 479 em 31/12/2017), totalizando R\$ 16.835 (R\$ 27.469 em 31/12/2017).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários foi de R\$ 501.

O valor justo dos Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	13.999	13.766	26.057	25.652
Sem vencimento	-	-	-	-
Até um ano	13.999	13.766	26.057	25.652
Não Circulante	78.354	73.190	85.367	80.590
De um a cinco anos	48.755	46.218	53.303	50.650
De cinco a dez anos	17.205	15.420	19.883	18.571
Após dez anos	12.394	11.552	12.181	11.369
Total	92.353	86.956	111.424	106.242

Reconciliação das perdas esperadas para os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários, segregadas por estágios:

Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/03/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(76)	(305)	(10)	10	-	(2)	(383)
Títulos Públicos - Outros Países - Colombia	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Títulos de Dívida de Empresas	(73)	(305)	(10)	10	-	(2)	(380)
Célula do Produtor Rural	(9)	4	(4)	4	-	-	(5)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(9)	4	-	1	-	-	(4)
Debêntures	(52)	(314)	(5)	4	-	(2)	(369)
Eurobonds e Assemelhados	(2)	1	(1)	1	-	-	(1)
Notas Promissórias	(1)	-	-	-	-	-	(1)

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(82)	(24)	(44)	48	26	-	(76)
Títulos Públicos - Outros Países - Colombia	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Títulos de Dívida de Empresas	(79)	(24)	(44)	48	26	-	(73)
Célula do Produtor Rural	(4)	(2)	(7)	4	-	-	(9)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(17)	(3)	-	-	11	-	(9)
Debêntures	(50)	(20)	(35)	39	14	-	(52)
Eurobonds e Assemelhados	(5)	1	(1)	3	-	-	(2)
Notas Promissórias	(1)	-	(1)	1	-	-	(1)
Outros	(2)	-	-	1	1	-	-

Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Perda Esperada 31/03/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(368)	(16)	(10)	1	2	-	-	(391)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(65)	3	-	-	-	-	-	(62)
Títulos de Dívida de Empresas	(303)	(19)	(10)	1	2	-	-	(329)
Célula do Produtor Rural	-	2	(10)	-	-	-	-	(8)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(5)	-	-	-	-	-	-	(5)
Debêntures	(284)	(22)	-	1	2	-	-	(303)
Outros	(14)	1	-	-	-	-	-	(13)

Estágio 2	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(438)	(73)	(281)	314	-	176	(66)	(368)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(72)	7	-	-	-	-	-	(65)
Títulos de Dívida de Empresas	(366)	(80)	(281)	314	-	176	(66)	(303)
Célula do Produtor Rural	(30)	(3)	-	33	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(50)	2	-	-	-	43	-	(5)
Debêntures	(286)	(79)	(267)	281	-	133	(66)	(284)
Outros	-	-	(14)	-	-	-	-	(14)

Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/03/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(4.738)	91	(182)	213	(7)	-	(4.623)
Títulos de Dívida de Empresas	(4.738)	91	(182)	213	(7)	-	(4.623)
Célula do Produtor Rural	(148)	(1)	(7)	10	-	-	(146)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(2.046)	26	-	-	-	-	(2.020)
Debêntures	(2.522)	66	(175)	188	-	-	(2.443)
Notas Promissórias	(22)	-	-	15	(7)	-	(14)

Estágio 3	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(3.298)	(528)	(1.276)	1.221	(115)	(742)	(4.738)
Títulos de Dívida de Empresas	(3.298)	(528)	(1.276)	1.221	(115)	(742)	(4.738)
Célula do Produtor Rural	(56)	(37)	(55)	-	-	-	(148)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(1.650)	(200)	-	125	(115)	(206)	(2.046)
Debêntures	(1.469)	(294)	(1.199)	976	-	(536)	(2.522)
Eurobonds e Assemelhados	(101)	3	-	98	-	-	-
Notas Promissórias	(22)	-	(22)	22	-	-	(22)

Nota 12 - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/03/2018	31/12/2017
Pessoas Físicas	193.628	193.385
Cartão de Crédito	65.708	67.413
Crédito Pessoal	28.495	27.295
Crédito Consignado	44.995	44.716
Veículos	14.386	14.165
Crédito Imobiliário	40.044	39.796
Grandes Empresas	104.253	107.647
Micro / Pequenas e Médias Empresas	61.517	60.290
Unidades Externas América Latina	140.826	136.397
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ^(*)	500.224	497.719
Perda de Crédito Esperada ^(**)	(35.978)	(36.469)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Perda de Crédito Esperada	464.246	461.250

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado no valor de R\$ 106 (R\$ 102 em 31/12/2017).

(**) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ 1.767 (R\$ 1.907 em 31/12/2017) e Compromissos a Liberar R\$ 3.067 (R\$ 3.015 em 31/12/2017).

Por vencimento	31/03/2018	31/12/2017
Vencidas a partir de 1 dia	20.914	21.974
A vencer até 3 meses	132.339	127.402
A vencer de 3 a 12 meses	112.571	116.089
A vencer acima de um ano	234.400	232.254
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	500.224	497.719

Por Concentração ^(*)	31/03/2018	31/12/2017
Principal Devedor	4.146	4.079
10 Maiores Devedores	29.455	28.958
20 Maiores Devedores	45.799	46.313
50 Maiores Devedores	73.138	74.772
100 Maiores Devedores	98.417	101.149

(*) Os valores incluem Garantias Financeiras Prestadas.

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36, item 8 - Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

b) Perda de Crédito Esperada

Reconciliação da perda de crédito esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 31/12/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/03/2018
Pessoas Físicas	3.834	(160)	(80)	110	-	-	200	3.904
Cartão de Crédito	2.135	(64)	(16)	68	-	-	48	2.171
Crédito Pessoal	759	(56)	(40)	11	-	-	147	821
Crédito Consignado	805	(27)	(22)	23	-	-	(12)	767
Veículos	123	(13)	(2)	5	-	-	25	138
Crédito Imobiliário	12	-	-	3	-	-	(8)	7
Grandes Empresas	451	(1)	-	70	77	-	(294)	303
Micro / Pequenas e Médias Empresas	1.149	(52)	(24)	47	-	-	50	1.170
Unidades Externas América Latina	1.013	(29)	(5)	34	7	-	28	1.048
Total	6.447	(242)	(109)	261	84	-	(16)	6.425

Estágio 2	Saldo inicial em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/03/2018
Pessoas Físicas	2.209	(110)	(767)	160	34	-	989	2.515
Cartão de Crédito	1.261	(68)	(313)	64	6	-	515	1.465
Crédito Pessoal	567	(11)	(278)	56	18	-	303	655
Crédito Consignado	262	(23)	(147)	27	3	-	133	255
Veículos	108	(5)	(26)	13	5	-	18	113
Crédito Imobiliário	11	(3)	(3)	-	2	-	20	27
Grandes Empresas	1.174	(70)	(27)	1	129	-	(107)	1.100
Micro / Pequenas e Médias Empresas	701	(47)	(90)	52	69	-	(10)	675
Unidades Externas América Latina	1.223	(34)	(78)	29	81	-	51	1.272
Total	5.307	(261)	(962)	242	313	-	923	5.562

Estágio 3	Saldo inicial em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/03/2018
Pessoas Físicas	8.787	-	(34)	80	767	(2.368)	1.065	8.297
Cartão de Crédito	3.288	-	(6)	16	313	(907)	294	2.998
Crédito Pessoal	3.812	-	(18)	40	278	(1.041)	586	3.657
Crédito Consignado	1.301	-	(3)	22	147	(333)	156	1.290
Veículos	316	-	(5)	2	26	(81)	24	282
Crédito Imobiliário	70	-	(2)	-	3	(6)	5	70
Grandes Empresas	9.827	(77)	(129)	-	27	(43)	(51)	9.554
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.554	-	(69)	24	90	(694)	503	3.408
Unidades Externas América Latina	2.547	(7)	(81)	5	78	(271)	461	2.732
Total	24.715	(84)	(313)	109	962	(3.376)	1.978	23.991

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo inicial em 31/12/2017	Write off	Constituição / (Reversão) ^(*)	Saldo final em 31/03/2018 ^(**)
Pessoas Físicas	14.830	(2.368)	2.254	14.716
Cartão de Crédito	6.684	(907)	857	6.634
Crédito Pessoal	5.138	(1.041)	1.036	5.133
Crédito Consignado	2.368	(333)	277	2.312
Veículos	547	(81)	67	533
Crédito Imobiliário	93	(6)	17	104
Grandes Empresas	11.452	(43)	(452)	10.957
Micro / Pequenas e Médias Empresas	5.404	(694)	543	5.253
Unidades Externas América Latina	4.783	(271)	540	5.052
Total	36.469	(3.376)	2.885	35.978

(*) A alteração dos cenários macroeconômicos utilizados gerou, no trimestre, uma reversão da provisão para Perda Esperada no montante de R\$ 157.

(**) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ 1.767 (R\$ 1.907 em 31/12/2017) e Compromissos a Liberar R\$ 3.067 (R\$ 3.015 em 31/12/2017).

Reconciliação da perda de crédito esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	3.352	(107)	(118)	220	22	465	3.834
Cartão de Crédito	1.685	(50)	(21)	135	6	380	2.135
Crédito Pessoal	733	(29)	(56)	24	9	78	759
Crédito Consignado	787	(12)	(33)	40	4	19	805
Veículos	135	(15)	(8)	16	2	(7)	123
Crédito Imobiliário	12	(1)	-	5	1	(5)	12
Grandes Empresas	616	(7)	(6)	104	23	(279)	451
Micro / Pequenas e Médias Empresas	1.016	(51)	(29)	79	6	128	1.149
Unidades Externas América Latina	702	(97)	(31)	66	50	323	1.013
Total	5.686	(262)	(184)	469	101	637	6.447

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	2.232	(220)	(721)	107	112	699	2.209
Cartão de Crédito	1.145	(135)	(293)	50	5	489	1.261
Crédito Pessoal	662	(24)	(261)	29	57	104	567
Crédito Consignado	251	(40)	(121)	12	27	133	262
Veículos	147	(16)	(43)	15	14	(9)	108
Crédito Imobiliário	27	(5)	(3)	1	9	(18)	11
Grandes Empresas	1.501	(104)	(89)	7	36	(177)	1.174
Micro / Pequenas e Médias Empresas	898	(79)	(182)	51	153	(140)	701
Unidades Externas América Latina	471	(66)	(124)	97	55	790	1.223
Total	5.102	(469)	(1.116)	262	356	1.172	5.307

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Constituição / (Reversão) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	9.206	(22)	(112)	118	721	(1.124)	8.787
Cartão de Crédito	2.863	(6)	(5)	21	293	122	3.288
Crédito Pessoal	4.643	(9)	(57)	56	261	(1.082)	3.812
Crédito Consignado	1.246	(4)	(27)	33	121	(68)	1.301
Veículos	393	(2)	(14)	8	43	(112)	316
Crédito Imobiliário	61	(1)	(9)	-	3	16	70
Grandes Empresas	8.972	(23)	(36)	6	89	819	9.827
Micro / Pequenas e Médias Empresas	4.452	(6)	(153)	29	182	(950)	3.554
Unidades Externas América Latina	1.107	(50)	(55)	31	124	1.390	2.547
Total	23.737	(101)	(356)	184	1.116	135	24.715

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo inicial em 01/01/2017	Constituição / (Reversão) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017 ^(*)
Pessoas Físicas	14.790	40	14.830
Cartão de Crédito	5.693	991	6.684
Crédito Pessoal	6.038	(900)	5.138
Crédito Consignado	2.284	84	2.368
Veículos	675	(128)	547
Crédito Imobiliário	100	(7)	93
Grandes Empresas	11.089	363	11.452
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.366	(962)	5.404
Unidades Externas América Latina	2.280	2.503	4.783
Total	34.525	1.944	36.469

(*) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ 1.907 (R\$ 1.580 em 01/01/2017) e Compromissos a Liberar R\$ 3.015 (R\$ 2.691 em 01/01/2017).

c) Valor Contábil Bruto

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo final em 31/12/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/03/2018
Pessoas Físicas	161.364	(3.368)	(463)	1.588	-	-	2.804	161.925
Cartão de Crédito	57.073	(1.260)	(97)	887	-	-	(971)	55.632
Crédito Pessoal	12.290	(961)	(232)	177	-	-	2.223	13.497
Crédito Consignado	42.115	(394)	(112)	162	-	-	640	42.411
Veículos	12.550	(358)	(20)	92	-	-	567	12.831
Crédito Imobiliário	37.336	(395)	(2)	270	-	-	345	37.554
Grandes Empresas	91.442	(116)	(16)	318	111	-	(3.052)	88.687
Micro / Pequenas e Médias Empresas	47.132	(1.276)	(218)	690	-	-	2.231	48.559
Unidades Externas América Latina	117.448	(1.808)	(388)	1.763	15	-	5.216	122.246
Total	417.386	(6.568)	(1.085)	4.359	126	-	7.199	421.417

Estágio 2	Saldo final em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/03/2018
Pessoas Físicas	13.032	(1.588)	(1.798)	3.368	253	-	(1)	13.266
Cartão de Crédito	6.027	(887)	(665)	1.260	15	-	220	5.970
Crédito Pessoal	3.108	(177)	(655)	961	145	-	(9)	3.373
Crédito Consignado	733	(162)	(262)	394	36	-	(16)	723
Veículos	987	(92)	(138)	358	20	-	(140)	995
Crédito Imobiliário	2.177	(270)	(78)	395	37	-	(56)	2.205
Grandes Empresas	3.833	(318)	(230)	116	33	-	(60)	3.374
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.001	(690)	(345)	1.276	156	-	(201)	6.197
Unidades Externas América Latina	13.028	(1.763)	(727)	1.808	155	-	(429)	12.072
Total	35.894	(4.359)	(3.100)	6.568	597	-	(691)	34.909

Estágio 3	Saldo final em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/03/2018
Pessoas Físicas	18.989	-	(253)	463	1.798	(3.113)	553	18.437
Cartão de Crédito	4.313	-	(15)	97	665	(1.129)	175	4.106
Crédito Pessoal	11.897	-	(145)	232	655	(1.498)	484	11.625
Crédito Consignado	1.868	-	(36)	112	262	(365)	20	1.861
Veículos	628	-	(20)	20	138	(109)	(97)	560
Crédito Imobiliário	283	-	(37)	2	78	(12)	(29)	285
Grandes Empresas	12.372	(111)	(33)	16	230	(350)	68	12.192
Micro / Pequenas e Médias Empresas	7.157	-	(156)	218	345	(848)	45	6.761
Unidades Externas América Latina	5.921	(15)	(155)	388	727	(404)	46	6.508
Total	44.439	(126)	(597)	1.085	3.100	(4.715)	712	43.898

Consolidado dos 3 Estágios ^(*)	Saldo final em 31/12/2017	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/03/2018
Pessoas Físicas	193.385	(3.113)	3.356	193.628
Cartão de Crédito	67.413	(1.129)	(576)	65.708
Crédito Pessoal	27.295	(1.498)	2.698	28.495
Crédito Consignado	44.716	(365)	644	44.995
Veículos	14.165	(109)	330	14.386
Crédito Imobiliário	39.796	(12)	260	40.044
Grandes Empresas	107.647	(350)	(3.044)	104.253
Micro / Pequenas e Médias Empresas	60.290	(848)	2.075	61.517
Unidades Externas América Latina	136.397	(404)	4.833	140.826
Total	497.719	(4.715)	7.220	500.224

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado no valor de R\$ 106 (R\$ 102 em 31/12/2017).

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	151.645	(3.925)	(2.346)	2.747	72	-	13.171	161.364
Cartão de Crédito	48.772	(1.191)	(176)	1.513	10	-	8.145	57.073
Crédito Pessoal	11.068	(621)	(907)	313	6	-	2.431	12.290
Crédito Consignado	42.360	(412)	(866)	225	33	-	775	42.115
Veículos	13.482	(733)	(338)	211	9	-	(81)	12.550
Crédito Imobiliário	35.963	(968)	(59)	485	14	-	1.901	37.336
Grandes Empresas	104.359	(884)	(731)	894	4	-	(12.200)	91.442
Micro / Pequenas e Médias Empresas	43.047	(1.599)	(701)	901	10	-	5.474	47.132
Unidades Externas América Latina	113.441	(5.913)	(1.589)	1.501	74	-	9.934	117.448
Total	412.492	(12.321)	(5.367)	6.043	160	-	16.379	417.386

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	14.248	(2.747)	(2.282)	3.925	665	-	(777)	13.032
Cartão de Crédito	6.634	(1.513)	(722)	1.191	12	-	425	6.027
Crédito Pessoal	3.534	(313)	(872)	621	515	-	(377)	3.108
Crédito Consignado	771	(225)	(241)	412	44	-	(28)	733
Veículos	1.269	(211)	(297)	733	39	-	(546)	987
Crédito Imobiliário	2.040	(485)	(150)	968	55	-	(251)	2.177
Grandes Empresas	5.877	(894)	(434)	884	90	-	(1.690)	3.833
Micro / Pequenas e Médias Empresas	7.815	(901)	(946)	1.599	428	-	(1.994)	6.001
Unidades Externas América Latina	8.964	(1.501)	(1.246)	5.913	134	-	764	13.028
Total	36.904	(6.043)	(4.908)	12.321	1.317	-	(3.697)	35.894

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Aquisição / (Liquidação) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	20.574	(72)	(665)	2.346	2.282	-	(5.476)	18.989
Cartão de Crédito	4.457	(10)	(12)	176	722	-	(1.020)	4.313
Crédito Pessoal	13.328	(6)	(515)	907	872	-	(2.689)	11.897
Crédito Consignado	1.729	(33)	(44)	866	241	-	(891)	1.868
Veículos	815	(9)	(39)	338	297	-	(774)	628
Crédito Imobiliário	245	(14)	(55)	59	150	-	(102)	283
Grandes Empresas	11.525	(4)	(90)	731	434	-	(224)	12.372
Micro / Pequenas e Médias Empresas	8.985	(10)	(428)	701	946	-	(3.037)	7.157
Unidades Externas América Latina	4.371	(74)	(134)	1.589	1.246	-	(1.077)	5.921
Total	45.455	(160)	(1.317)	5.367	4.908	-	(9.814)	44.439

Consolidado dos 3 Estágios (*)	Saldo inicial em 01/01/2017	Write Off	Aquisição / (Liquidação) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	186.467	-	6.918	193.385
Cartão de Crédito	59.863	-	7.550	67.413
Crédito Pessoal	27.930	-	(635)	27.295
Crédito Consignado	44.860	-	(144)	44.716
Veículos	15.566	-	(1.401)	14.165
Crédito Imobiliário	38.248	-	1.548	39.796
Grandes Empresas	121.761	-	(14.114)	107.647
Micro / Pequenas e Médias Empresas	59.847	-	443	60.290
Unidades Externas América Latina	126.776	-	9.621	136.397
Total	494.851	-	2.868	497.719

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 102 (R\$ 143 em 01/01/2017).

d) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento. A carteira é composta por arrendamentos de veículos, máquinas, equipamentos e imóveis contratados por pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no Exterior.

	31/03/2018		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.252	(1.908)	1.344
Até 1 ano	3.252	(1.908)	1.344
Não Circulante	9.373	(2.786)	6.587
Entre 1 e 5 anos	3.942	(1.905)	2.037
Acima de 5 anos	5.431	(881)	4.550
Total	12.625	(4.694)	7.931

	31/12/2017		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.292	(1.898)	1.394
Até 1 ano	3.292	(1.898)	1.394
Não Circulante	9.223	(2.859)	6.364
Entre 1 e 5 anos	5.334	(2.803)	2.531
Acima de 5 anos	3.889	(56)	3.833
Total	12.515	(4.757)	7.758

Os valores da Perda de Crédito Esperada, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 355 (R\$ 322 em 31/12/2017).

e) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados contabilmente e estão representados pelas seguintes informações:

Natureza da Operação	31/03/2018				31/12/2017			
	Ativo		Passivo ⁽¹⁾		Ativo		Passivo ⁽¹⁾	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.549	2.549	2.485	2.485	2.651	2.651	2.570	2.570
Pessoa Jurídica - Crédito ⁽²⁾	-	-	4	4	-	-	4	4
Pessoa Física - Veículos ⁽²⁾	-	-	2	2	-	-	2	2
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	2.327	2.316	2.320	2.303	2.460	2.405	2.453	2.390
Total	4.876	4.865	4.811	4.794	5.111	5.056	5.029	4.966

(1) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

(2) Cessão de operações que já estavam baixadas a prejuízo.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/03/2018		31/03/2018					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	4.921	10	196	2.856	81	4.773
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.923	(1)	106	1.524	52	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	11,20	11,20	3.261	(25)	241	370	27	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	167	(3)	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	207	(30)	-
Total	-	-	-	-	-	5.124	127	4.773

	% de participação em 31/12/2017		31/12/2017						31/03/2017
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b) (h)}	42,93	42,93	4.715	10	795	2.771	327	3.571	74
BSF Holding S.A. ^{(c) (h)}	49,00	49,00	1.884	(212)	233	1.506	109	-	34
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	11,20	11,20	3.550	(19)	987	402	130	-	50
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	172	10	-	1
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	204	(28)	-	(11)
Total	-	-	-	-	-	5.055	548	3.571	148

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/03/2018 a posição de 28/02/2018 e em 31/03/2017 a posição de 28/02/2017, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 743 em 31/03/2018 e R\$ 746 em 31/12/2017, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 582 em 31/03/2018 de ágio.

(d) Investimento parcialmente alienado em 28/07/2017 e 28/08/2017.

(e) Em 31/03/2018, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (20% capital total e votante; 20% em 31/12/2017), Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (35,83% capital total e votante; 35,83% em 31/12/2017); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 25% em 31/12/2017); Kinea Private Equity Investimentos S.A. (80% capital total e 49% votante; 80% capital total e 49% votante em 31/12/2017) e Tecnologia Bancária S.A. (28,95% capital total e votante; e 28,95% em 31/12/2017).

(f) Em 31/03/2018, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2017); ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2017) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Divulgado apenas para as Cias abertas.

(h) Apenas em 31/12/2017, as empresas Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A. contemplam no Resultado Abrangente, ajustes de adoção ao IFRS 9 no montante de R\$ (29) e R\$ (213), respectivamente.

Em 31/03/2018 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 56 (R\$ 87 em 31/12/2017), BSF Holding S.A. no montante de R\$ 32 (R\$ 281 em 31/12/2017) e Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 246 em 31/12/2017.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2017
Total de Ativos ^(*)	21.254	21.472	20.267
Total de Passivos ^(*)	11.149	11.081	10.308
Total de Receitas ^(*)	1.863	12.388	1.835
Total de Despesas ^(*)	(1.054)	(10.374)	(1.263)

(*) Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 14.343 (R\$ 14.631 em 31/12/2017) referente a Ativos, de R\$ 11.082 (R\$ 11.080 em 31/12/2017) referente a Passivos, de R\$ 1.294 (R\$ 11.340 em 31/12/2017) referente a Receitas e de R\$ (1.053) (R\$ (10.353) em 31/12/2017) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatária

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 5 (R\$ 4 em 31/12/2017).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	5	4
Até 1 ano	5	4
Total de Pagamento Mínimos Futuros	5	4
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	5	4

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 338 de 01/01 a 31/03/2018 (R\$ 329 de 01/01 a 31/03/2017).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	1.052	1.113
Até 1 ano	1.052	1.113
Não Circulante	4.159	4.310
De 1 a 5 anos	3.884	3.927
Mais de 5 anos	275	383
Total de Pagamento Mínimos Futuros	5.211	5.423

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2017	367	1.044	3.107	2.204	1.955	1.152	8.679	1.148	19.656
Aquisições	86	-	-	12	1	13	86	15	213
Baixas	-	-	(49)	-	(1)	(2)	(45)	(2)	(99)
Variação Cambial	2	4	5	2	5	14	8	2	42
Transferências	(54)	-	27	17	10	-	-	-	-
Outros	4	(1)	(1)	91	(6)	(26)	(32)	95	124
Saldo em 31/03/2018	405	1.047	3.089	2.326	1.964	1.151	8.696	1.258	19.936
Depreciação									
Saldo em 31/12/2017	-	-	(1.893)	(1.375)	(1.151)	(715)	(6.411)	(752)	(12.297)
Despesa de Depreciação	-	-	(20)	(48)	(38)	(23)	(225)	(32)	(386)
Baixas	-	-	-	-	-	2	42	2	46
Variação Cambial	-	-	11	2	2	(4)	(15)	(2)	(6)
Outros	-	-	1	(84)	1	5	27	(71)	(121)
Saldo em 31/03/2018	-	-	(1.901)	(1.505)	(1.186)	(735)	(6.582)	(855)	(12.764)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/03/2018	405	1.047	1.188	821	778	416	2.114	403	7.172

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 153 realizáveis até 2019 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 3 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾			Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 01/01/2017	387	1.047	3.099	1.857	1.901	1.205	8.543	1.075	19.114
Aquisições	302	-	-	147	7	111	294	82	943
Baixas	-	(1)	(69)	(46)	(1)	(14)	(313)	(20)	(464)
Variação Cambial	-	4	5	37	15	(12)	5	1	55
Transferências	(320)	-	86	122	26	-	86	-	-
Outros	(2)	(6)	(14)	87	7	(138)	64	10	8
Saldo em 31/12/2017	367	1.044	3.107	2.204	1.955	1.152	8.679	1.148	19.656
Depreciação									
Saldo em 01/01/2017	-	-	(1.840)	(1.114)	(986)	(674)	(5.804)	(654)	(11.072)
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(211)	(154)	(104)	(910)	(105)	(1.564)
Baixas	-	-	16	29	-	6	283	19	353
Variação Cambial	-	-	-	(12)	10	28	(16)	(4)	6
Outros	-	-	11	(67)	(21)	29	36	(8)	(20)
Saldo em 31/12/2017	-	-	(1.893)	(1.375)	(1.151)	(715)	(6.411)	(752)	(12.297)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 01/01/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2017	367	1.044	1.214	829	804	437	2.268	396	7.359

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 181 realizáveis até 2019 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 3 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2017	1.060	2.452	4.571	4.353	1.525	13.961
Aquisições	100	1	102	80	-	283
Distratos/ Baixas	(43)	(16)	(310)	-	-	(369)
Variação Cambial	-	46	186	-	163	395
Outros	1	29	(12)	47	(144)	(79)
Saldo em 31/03/2018	1.118	2.512	4.537	4.480	1.544	14.191
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2017	(471)	(647)	(1.998)	(1.267)	(514)	(4.897)
Despesa de Amortização	(54)	(54)	(146)	(152)	(67)	(473)
Distratos/ Baixas	43	16	310	-	-	369
Variação Cambial	-	(47)	(151)	-	(34)	(232)
Outros	(1)	34	17	(47)	82	85
Saldo em 31/03/2018	(483)	(698)	(1.968)	(1.466)	(533)	(5.148)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2017	-	-	(54)	(343)	-	(397)
Adições/reconhecimentos	-	-	(167)	-	-	(167)
Baixas	-	-	(4)	-	-	(4)
Saldo em 31/03/2018	-	-	(225)	(343)	-	(568)
Valor Contábil						
Saldo em 31/03/2018	635	1.814	2.344	2.671	1.011	8.475

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 899 realizáveis até 2020 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4j.

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros ⁽⁴⁾	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 01/01/2017	1.046	1.748	3.840	3.525	1.078	11.237
Aquisições	345	18	1.206	350	388	2.307
Distratos/ Baixas	(329)	(16)	-	(1)	(22)	(368)
Variação Cambial	-	25	(77)	-	685	633
Outros ⁽⁴⁾	(2)	677	(398)	479	(604)	152
Saldo em 31/12/2017	1.060	2.452	4.571	4.353	1.525	13.961
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 01/01/2017	(555)	(376)	(1.701)	(532)	(284)	(3.448)
Despesa de Amortização	(215)	(273)	(495)	(446)	(176)	(1.605)
Distratos/ Baixas	310	16	-	(6)	22	342
Variação Cambial	-	(17)	79	-	(134)	(72)
Outros ⁽⁴⁾	(11)	3	119	(283)	58	(114)
Saldo em 31/12/2017	(471)	(647)	(1.998)	(1.267)	(514)	(4.897)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 01/01/2017	(19)	-	(54)	(335)	-	(408)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(14)	-	(14)
Baixas	19	-	-	6	-	25
Saldo em 31/12/2017	-	-	(54)	(343)	-	(397)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2017	589	1.805	2.519	2.743	1.011	8.667

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 984 realizáveis até 2020 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4j.

(4) Foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31/12/2017 (relativos a carteira de depósitos adquiridos) visando permitir a adequada apresentação dos saldos das operações de acordo com a respectiva natureza contábil.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	209.095	132.420	341.515	204.363	129.599	333.962
Depósitos a Prazo	83.419	132.324	215.743	82.718	129.082	211.800
Depósitos Interfinanceiros	3.264	96	3.360	1.665	517	2.182
Depósito de Poupança	122.412	-	122.412	119.980	-	119.980
Depósitos não Remunerados	66.433	-	66.433	68.976	-	68.976
Depósitos à Vista	66.430	-	66.430	68.973	-	68.973
Outros Depósitos	3	-	3	3	-	3
Total	275.528	132.420	407.948	273.339	129.599	402.938

Nota 18 - Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado

Os Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo estão apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Notas Estruturadas		
Ações	204	58
Títulos de Dívida	255	407
Total	459	465

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/03/2018 e 31/12/2017.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por vencimento é o seguinte:

	31/03/2018	31/12/2017
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	49	55
Não Circulante	410	410
De um a cinco anos	315	319
De cinco a dez anos	51	50
Após dez anos	44	41
Total	459	465

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	227.389	71.774	299.163	240.808	71.826	312.634
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	94.203	71.774	165.977	93.955	71.826	165.781
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	133.186	-	133.186	146.853	-	146.853
Interbancário	73.229	64.186	137.415	73.414	56.202	129.616
Letras de Crédito Imobiliário	12.364	4.064	16.428	14.046	4.479	18.525
Letras de Crédito do Agronegócio	8.944	7.597	16.541	7.562	7.539	15.101
Letras Financeiras	12.052	24.398	36.450	13.234	14.457	27.691
Financiamento à Importação e à Exportação	32.623	8.670	41.293	30.548	8.541	39.089
Repasse no País	7.211	14.681	21.892	7.991	16.190	24.181
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	35	4.776	4.811	33	4.996	5.029

(*) Inclui R\$ 45.030 (R\$ 58.837 em 31/12/2017) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto ^(*)	30% do CDI a 16,93%	1,15% a 4,90%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 95% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113% do CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	77% a 98% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	1,4% a 6,0%	0,79% a 11,1%
Repasse no País	2,5% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,78% a 13,17%	-

(*) A Nota 2.4d apresenta as operações que compõem as Captações no Mercado Aberto. As datas finais de recompra vão até Dezembro de 2055.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	9.238	43.003	52.241	12.500	40.196	52.696
Obrigações por TVM no Exterior	8.671	32.283	40.954	11.764	29.636	41.400
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	2.240	2.163	4.403	1.762	2.624	4.386
Total	20.149	77.449	97.598	26.026	72.456	98.482

(1) Em 31/03/2018, R\$ 39.544 (R\$ 42.687 em 31/12/2017) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 31/03/2018, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 4.639.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 1,1% a IGPM + 7,60%	3,5% a 10,79%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,73%	1,45% a 28,1%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	IPCA a 15,82%	-

a) Outros Ativos

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾⁽³⁾	49.489	13.251	62.740	46.718	12.850	59.568
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	31.115	-	31.115	32.073	-	32.073
Operações de Seguros e Resseguros	877	330	1.207	1.225	10	1.235
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	1.508	11.953	13.461	1.519	11.892	13.411
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	775	-	775	639	-	639
Negociação e Intermediação de Valores	9.581	83	9.664	6.202	18	6.220
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	299	772	1.071	244	821	1.065
Serviços Prestados a Receber	3.022	1	3.023	2.842	1	2.843
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	1	105	106	1	105	106
Operações sem Características de Concessão de Crédito	2.311	7	2.318	1.973	3	1.976
Não Financeiros	9.163	1.717	10.880	8.637	1.820	10.457
Despesas Antecipadas	2.556	581	3.137	2.432	643	3.075
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	1.070	1.070	-	1.067	1.067
Diversos no País	2.145	2	2.147	2.642	-	2.642
Prêmio de Operações de Crédito	171	54	225	240	77	317
Diversos no Exterior	2.979	10	2.989	1.847	29	1.876
Outros	1.312	-	1.312	1.476	4	1.480

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

(3) Operações de crédito e arrendamento mercantil baixadas à prejuízo até 31/03/2017, sendo que foram mantidos todos os procedimentos de cobrança para a recuperação desses ativos.

b) Outros Passivos

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	76.328	74	76.402	77.598	15	77.613
Operações com Cartões de Crédito	68.238	-	68.238	71.892	-	71.892
Carteira de Câmbio	377	-	377	197	-	197
Negociação e Intermediação de Valores	6.498	74	6.572	4.606	15	4.621
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	5	-	5	4	-	4
Recursos de Consorciados	117	-	117	102	-	102
Outros	1.093	-	1.093	797	-	797
Não Financeiros	30.211	1.059	31.270	24.382	1.980	26.362
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.640	-	4.640	325	-	325
Diversos no País	1.678	173	1.851	2.009	143	2.152
Recursos em Trânsito	13.202	31	13.233	8.800	989	9.789
Provisão para Pagamentos Diversos	1.764	41	1.805	1.721	135	1.856
Sociais e Estatutárias	2.415	227	2.642	4.931	137	5.068
Relativas a Operações de Seguros	107	-	107	167	-	167
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	830	-	830	985	-	985
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	212	534	746	197	525	722
Provisão de Pessoal	1.601	53	1.654	1.496	51	1.547
Provisão para Seguro Saúde	846	-	846	842	-	842
Provisão para Gastos com a Integração do Citibank	504	-	504	504	-	504
Rendas Antecipadas	2.337	-	2.337	2.326	-	2.326
Outros	75	-	75	79	-	79

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em RCA de 15/12/2017 foi aprovado o cancelamento de 31.793.105 de ações ordinárias de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária. Em RCA de 22/02/2018 foi aprovado o cancelamento de 14.424.206 de ações ordinárias de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária.

Em decorrência desse último cancelamento, o capital social está representado por 6.536.090.232 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.305.526.906 ações ordinárias e 3.230.563.326 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 97.148 (R\$ 97.148 em 31/12/2017), sendo R\$ 64.990 (R\$ 65.482 em 31/12/2017) de acionistas domiciliados no país e R\$ 32.158 (R\$ 31.666 em 31/12/2017) de acionistas domiciliados no exterior. A consequente alteração estatutária, da quantidade de ações, será deliberada na próxima Assembléia Geral de Acionistas.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

31/03/2018				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2017	3.299.073.506	1.116.291.341	4.415.364.847	
Residentes no Exterior em 31/12/2017	20.877.606	2.114.271.985	2.135.149.591	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	3.319.951.112	3.230.563.326	6.550.514.438	
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 22/02/2018	(14.424.206)	-	(14.424.206)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2018	3.305.526.906	3.230.563.326	6.536.090.232	
Residentes no País em 31/03/2018	3.282.887.230	1.089.638.958	4.372.526.188	
Residentes no Exterior em 31/03/2018	22.639.676	2.140.924.368	2.163.564.044	
Ações em Tesouraria em 31/12/2017 ⁽¹⁾	14.424.206	71.459.714	85.883.920	(2.743)
Aquisições de Ações	-	-	-	-
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(22.059.858)	(22.059.858)	662
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(987.221)	(987.221)	51
(-) Cancelamento de Ações - RCA 22/02/2018	(14.424.206)	-	(14.424.206)	534
Ações em Tesouraria em 31/03/2018 ⁽¹⁾	-	48.412.635	48.412.635	(1.496)
Em Circulação em 31/03/2018	3.305.526.906	3.182.150.691	6.487.677.597	
Em Circulação em 31/12/2017	3.305.526.906	3.159.103.612	6.464.630.518	

31/12/2017				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 01/01/2017	3.335.350.311	1.104.963.731	4.440.314.042	
Residentes no Exterior em 01/01/2017	16.393.906	2.125.599.595	2.141.993.501	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2017	3.351.744.217	3.230.563.326	6.582.307.543	
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 15/12/2017	(31.793.105)	-	(31.793.105)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	3.319.951.112	3.230.563.326	6.550.514.438	
Residentes no País em 31/12/2017	3.299.073.506	1.116.291.341	4.415.364.847	
Residentes no Exterior em 31/12/2017	20.877.606	2.114.271.985	2.135.149.591	
Ações em Tesouraria em 01/01/2017 ⁽¹⁾	3.074	69.604.462	69.607.536	(1.882)
Aquisições de Ações	46.214.237	37.982.900	84.197.137	(3.089)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(28.008.923)	(28.008.923)	728
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(8.118.725)	(8.118.725)	322
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 15/12/2017	(31.793.105)	-	(31.793.105)	1.178
Ações em Tesouraria em 31/12/2017 ⁽¹⁾	14.424.206	71.459.714	85.883.920	(2.743)
Em Circulação em 31/12/2017	3.305.526.906	3.159.103.612	6.464.630.518	
Em Circulação em 01/01/2017	3.351.741.143	3.160.958.864	6.512.700.007	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/03/2018	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	-
Médio ponderado	-	-
Máximo	-	-
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	-	30,90
Valor de Mercado em 31/03/2018	45,13	51,31

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2017	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	37,06	33,48
Médio ponderado	37,06	36,25
Máximo	37,06	38,56
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	37,05	30,90
Valor de Mercado em 31/12/2017	37,69	42,58

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro Líquido Individual Estatutário	5.539	5.785
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(277)	(289)
Base de Cálculo do Dividendo	5.262	5.496
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	1.316	1.374
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	2.247	2.470

Pagamentos / Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/03/2018		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados	194	-	194
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a março de 2018	194	-	194
Declarados até 31/03/2018 (Registrados em Outros Passivos)	1.225	(103)	1.122
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/04/2018	97	-	97
Dividendos Provisionados - R\$ 0,0679 por ação.	441	-	441
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,1059 por ação.	687	(103)	584
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido - R\$ 0,1435 por ação	931	-	931
Total de 01/01 a 31/03/2018	2.350	(103)	2.247

	31/03/2017		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados	195	-	195
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a março de 2017	195	-	195
Declarados até 31/03/2017 (Registrados em Outros Passivos)	1.369	(191)	1.178
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 03/04/2017	97	-	97
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,1949 por ação.	1.272	(191)	1.081
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido - R\$ 0,1977 por ação	1.290	(193)	1.097
Total de 01/01 a 31/03/2017	2.854	(384)	2.470

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	31/03/2018	31/12/2017
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
Reservas de Lucros	1.152	11.396
Legal ⁽²⁾	9.170	8.893
Estatutárias	3.881	586
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	3.881	500
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁴⁾	-	86
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	(11.899)	(11.741)
Especiais de Lucros ⁽⁵⁾	-	13.658
Total das Reservas na Controladora	1.437	11.681

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(5) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio provisionado até 31/12/2017, em atendimento a Carta Circular nº 3.516 de 21/07/2011, do BACEN.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

f) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Itaú CorpBanca (Nota 3)	11.393	11.144	79	(15)
Banco CorpBanca Colômbia S.A. (Nota 3)	1.299	1.203	37	(83)
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	320	297	23	23
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	260	241	19	12
Outras	86	93	10	6
Total	13.358	12.978	168	(57)

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de Pagamentos Baseados em Ações para seus funcionários e administradores, visando engajá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 31/03/2018, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (152) (R\$ (142) de 01/01 a 31/03/2017).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxerem às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significativo.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3.
- b) Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da B3 na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela B3, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2017	16.342.906	37,81	
Opções exercíveis no final do período	16.342.906	37,81	
Opções em aberto não exercíveis	-	-	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	-	-	
Exercidas	(9.143.357)	38,82	50,08
Saldo em 31/03/2018	7.199.549	37,33	
Opções exercíveis no final do período	7.199.549	37,33	
Opções em aberto não exercíveis	-	-	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2010-2011		21,71 - 41,32	
Outorga 2012		30,90	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,14		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 01/01/2017	38.033.506	36,94	
Opções exercíveis no final do período	23.440.177	40,98	
Opções em aberto não exercíveis	14.593.329	30,45	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(3.894)	30,83	
Exercidas	(5.019.607)	30,50	39,94
Saldo em 31/03/2017	33.010.005	38,43	
Opções exercíveis no final do período	33.010.005	38,43	
Opções em aberto não exercíveis	-	0,00	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2010-2011		21,71 - 42,22	
Outorga 2012		30,83	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,75		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 39,33 por ação em 31/03/2018 (R\$ 32,33 por ação em 31/03/2017).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2017	34.049.627
Novas Outorgas	6.472.862
Cancelados	(230.826)
Exercidos	(6.961.248)
Saldo em 31/03/2018	33.330.415
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,89

	Quantidade
Saldo em 01/01/2017	35.462.379
Novas Outorgas	7.041.957
Cancelados	(262.914)
Exercidos	(6.669.822)
Saldo em 31/03/2017	35.571.600
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,04

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 51,08 por ação em 31/03/2018 (R\$ 38,31 por ação em 31/03/2017).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2018
	Quantidade
Saldo em 31/12/2017	20.819.982
Novos	5.810.681
Entregues	(10.767.924)
Cancelados	(70.703)
Saldo em 31/03/2018	15.792.036

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2017
	Quantidade
Saldo em 01/01/2017	24.539.406
Novos	7.127.366
Entregues	(11.824.327)
Cancelados	(97.516)
Saldo em 31/03/2017	19.744.929

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.355	1.875
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	298	201
Aplicações em Mercado Aberto	4.118	7.900
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	5.973	7.452
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2.048	2.419
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	501	837
Operações de Crédito	17.758	19.358
Outros Ativos Financeiros	174	234
Total	32.225	40.276

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Depósitos	(3.279)	(3.120)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(5.577)	(11.755)
Recursos de Mercados Interbancários	(2.365)	(2.447)
Recursos de Mercados Institucionais	(1.580)	(1.887)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(3.613)	(4.935)
Outros	(17)	(34)
Total	(16.431)	(24.178)

c) Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	659	1.874
Derivativos (*)	432	1.800
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	45	27
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	95	(88)
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo	(30)	(31)
Total	1.201	3.582

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 31/03/2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 214 de despesas por Perdas Esperadas sendo reversão de R\$ 1 para Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e perda de R\$ 215 para Ativos Financeiros - Custo Amortizado.

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Serviços de Contas Correntes	2.671	2.490
Taxas de Administração	1.160	979
Comissões de Cobrança	357	334
Comissões de Cartões de Crédito	3.505	3.384
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas	443	444
Comissão de Corretagem	158	99
Outros	603	542
Total	8.897	8.272

Nota 25 - Outras Receitas

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	141	30
Recuperação de Despesas	85	50
Reversão de Provisões	98	81
Outros	131	252
Total	455	413

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Despesas de Pessoal	(5.827)	(5.505)
Remuneração	(2.434)	(2.271)
Encargos	(755)	(701)
Benefícios Sociais	(907)	(809)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	(26)	(25)
Benefício Definido	(23)	(23)
Contribuição Definida	(3)	(2)
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(35)	(62)
Treinamento	(47)	(41)
Participações de Empregados nos Lucros	(1.044)	(843)
Desligamentos	(84)	(121)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(495)	(632)
Despesas Administrativas	(3.934)	(3.812)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.008)	(981)
Serviços de Terceiros	(995)	(991)
Instalações	(299)	(268)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(249)	(223)
Despesas de Aluguéis	(384)	(373)
Transportes	(84)	(85)
Materiais	(89)	(77)
Despesas com Serviços Financeiros	(192)	(203)
Segurança	(190)	(185)
Concessionárias de Serviços Públicos	(106)	(107)
Despesas de Viagem	(46)	(43)
Outros	(292)	(276)
Depreciação	(386)	(390)
Amortização	(416)	(356)
Despesas de Comercialização de Seguros	(49)	(104)
Outras Despesas	(2.192)	(2.332)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(981)	(946)
Perdas com fraudes com Terceiros	(148)	(175)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(93)	(83)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(15)	(323)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(153)	(203)
Ressarcimento de custos interbancários	(64)	(74)
Redução ao Valor Recuperável - Ativo Intangível	(167)	-
Outros	(571)	(528)
Total	(12.804)	(12.499)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.563	9.509
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 k)	(4.303)	(4.279)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	57	64
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	136	(733)
Juros sobre o Capital Próprio	932	967
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	157	157
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	68	69
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (*)	1.374	2.625
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.579)	(1.130)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Constituição (Reversão) do Período	(1.661)	(2.354)
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	234	(19)
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	(1.427)	(2.373)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.006)	(3.503)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados

	31/12/2017	Realização / (Reversão)	Constituição	31/03/2018
Refletido no Resultado	48.810	(12.735)	6.995	43.070
Provisão para Perda Esperada	24.686	(3.024)	1.574	23.236
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	7.595	(3.482)	967	5.080
Provisão para Participação nos Lucros	1.829	(1.829)	833	833
Provisões para Desvalorização de Títulos com Perda Permanente	2.228	(150)	455	2.533
Provisões para Passivos Contingentes	<u>5.194</u>	<u>(370)</u>	<u>302</u>	<u>5.126</u>
Ações Cíveis	1.974	(113)	-	1.861
Ações Trabalhistas	2.200	(204)	206	2.202
Fiscais e Previdenciárias	1.020	(53)	96	1.063
Ágio na Aquisição do Investimento	141	(16)	21	146
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	488	(15)	18	491
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	277	(277)	324	324
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	429	(429)	700	700
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	341	-	1	342
Outros	5.602	(3.143)	1.800	4.259
Refletido no Patrimônio Líquido	2.192	(320)	224	2.096
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	628	(157)	-	471
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros	327	(163)	167	331
Resultados Abrangentes				
Hedge de Fluxo de Caixa	983	-	57	1.040
Outros	254	-	-	254
Total ^{(1) (2)}	51.002	(13.055)	7.219	45.166

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 32.166 e R\$ 387.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaúcard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

	01/01/2017	Realização / (Reversão)	Constituição	31/12/2017
Refletido no Resultado	49.841	(16.347)	15.316	48.810
Provisão para Perda Esperada	27.510	(9.453)	6.629	24.686
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.981	(197)	811	7.595
Provisão para Participação nos Lucros	1.541	(1.541)	1.829	1.829
Provisões para Desvalorização de Títulos com Perda Permanente	1.727	-	501	2.228
Provisões para Passivos Contingentes	<u>5.704</u>	<u>(2.733)</u>	<u>2.223</u>	<u>5.194</u>
Ações Cíveis	1.955	(576)	595	1.974
Ações Trabalhistas	2.167	(1.233)	1.266	2.200
Fiscais e Previdenciárias	1.582	(924)	362	1.020
Ágio na Aquisição do Investimento	165	(758)	734	141
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	387	(557)	658	488
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	485	(239)	31	277
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	243	(243)	429	429
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	300	-	41	341
Outros	4.798	(626)	1.430	5.602
Refletido no Patrimônio Líquido	3.123	(1.072)	141	2.192
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	1.256	(628)	-	628
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros	771	(444)	-	327
Resultados Abrangentes				
Hedge de Fluxo de Caixa	843	-	140	983
Outros	253	-	1	254
Total ^(*)	52.964	(17.419)	15.457	51.002

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 35.869 e R\$ 391.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2018
Refletido no Resultado	14.569	(10.779)	8.699	12.489
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	613	(47)	-	566
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.280	(2)	36	1.314
Planos de Pensão	304	(10)	3	297
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.421	(1.421)	1.593	1.593
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	7.592	(7.592)	7.063	7.063
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	1.973	(1.222)	-	751
Outros	1.386	(485)	4	905
Refletido no Patrimônio Líquido	955	(167)	111	899
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	767	(167)	74	674
Hedge de Fluxo de Caixa	166	-	27	193
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	9	-	9	18
Outros	13	-	1	14
Total (*)	15.524	(10.946)	8.810	13.388

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 32.166 e R\$ 387.

	01/01/2017	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Refletido no Resultado	13.507	(8.716)	9.778	14.569
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	936	(323)	-	613
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.193	(179)	266	1.280
Planos de Pensão	233	-	71	304
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.095	-	326	1.421
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	7.293	(7.293)	7.592	7.592
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	1.502	-	471	1.973
Outros	1.255	(921)	1.052	1.386
Refletido no Patrimônio Líquido	968	(129)	116	955
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	836	(82)	13	767
Hedge de Fluxo de Caixa	63	-	103	166
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	35	(26)	-	9
Outros	34	(21)	-	13
Total (*)	14.475	(8.845)	9.894	15.524

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 35.869 e R\$ 391.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2018, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%		%		%
2018	19.143	48%	366	7%	19.509	43%	(1.444)	11%	18.065	57%
2019	9.174	23%	689	14%	9.863	22%	(4.568)	34%	5.295	17%
2020	2.853	7%	1.933	38%	4.786	11%	(1.828)	14%	2.958	9%
2021	966	2%	820	16%	1.786	4%	(1.912)	14%	(126)	0%
2022	778	2%	1.126	22%	1.904	4%	(845)	6%	1.059	3%
Acima de 2022	7.172	18%	146	3%	7.318	16%	(2.791)	21%	4.527	14%
Total	40.086	100%	5.080	100%	45.166	100%	(13.388)	100%	31.778	100%
Valor Presente (*)	36.767		4.507		41.274		(11.821)		29.453	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/03/2018 e 31/12/2017, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico ^(*)	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Lucro Líquido	6.389	6.063
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(70)	(70)
Subtotal	6.319	5.993
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(73)	(74)
Subtotal	6.246	5.919
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	3.188	3.045
Aos Detentores de Ações Preferenciais	3.058	2.874
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	3.261	3.119
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	3.128	2.944
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)		
Ações Ordinárias	3.305.526.906	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.170.727.041	3.162.440.944
Lucro por Ação - Básico - R\$		
Ações Ordinárias	0,99	0,93
Ações Preferenciais	0,99	0,93

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído ^(*)	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	3.128	2.944
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	16	15
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	3.144	2.959
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	3.261	3.119
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(16)	(15)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	3.245	3.104
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)		
Ações Ordinárias	3.305.526.906	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.202.214.960	3.195.108.352
Ações Preferenciais	3.170.727.041	3.162.440.944
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	31.487.919	32.667.408
Lucro por Ação Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,98	0,93
Ações Preferenciais	0,98	0,93

(*) O Lucro por Ação é calculado com base nos resultados apurados com as regras vigentes do Banco Central do Brasil.

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 2.009.258 ações preferenciais em 31/03/2017. No exercício de 2018 não há esse efeito.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Apresentamos a seguir as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING quanto aos benefícios a empregados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido		Contribuição Definida (*)		Outros Benefícios		Total	
	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Custo Serviço Corrente	(17)	(17)	-	-	-	-	(17)	(17)
Juros Líquidos	(2)	(3)	17	19	(6)	(6)	9	10
Aportes e Contribuições	-	-	(20)	(21)	-	-	(20)	(21)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	2	3	2	3
Total Valores Reconhecidos	(19)	(20)	(3)	(2)	(4)	(3)	(26)	(25)

(*) No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 88 (R\$ 112 de 01/01 a 31/03/2017), sendo R\$ 20 (R\$ 21 de 01/01 a 31/03/2017) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
No Início do Período	40	(70)	(1.370)	(1.322)	(77)	(48)	(1.407)	(1.440)
Efeito na Restrição do Ativo	7	97	10	(386)	-	-	17	(289)
Remensurações	(2)	11	(12)	339	-	(28)	(14)	322
Aquisição Carteira Citibank	(1)	(1)	-	-	-	-	(1)	(1)
	44	37	(1.372)	(1.369)	(77)	(76)	(1.405)	(1.408)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A..

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾
	Plano Itaubanco CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾
	Plano BD Itaú ⁽¹⁾
	Plano CD Itaú ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2018	31/03/2017
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	9,98% a.a.	10,24% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2017 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

No caso dos benefícios patrocinados pelas subsidiárias no exterior, são adotadas premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico do país.

As premissas biométricas/demográficas adotadas pelas EFPCs estão aderentes à massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	Meta 2018
Títulos de Renda Fixa	17.039	16.851	95,97%	95,81%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	20	19	0,11%	0,11%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	32	24	0,18%	0,14%	0% a 10%
Imóveis	584	615	3,29%	3,49%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	80	79	0,45%	0,45%	0% a 5%
Total	17.755	17.588	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 11 (R\$ 12 em 31/12/2017), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 501 (R\$ 531 em 31/12/2017).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2017, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/03/2018	31/12/2017
1- Ativos Líquidos dos Planos	17.755	17.588
2- Passivos Atuariais	(14.597)	(14.491)
3- Superveniência (1-2)	3.158	3.097
4- Restrição do Ativo ^(*)	(3.290)	(3.217)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(132)	(120)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	353	345
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(485)	(465)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2018				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	17.588	(14.491)	3.097	(3.217)	(120)
Custo Serviço Corrente	-	(17)	(17)	-	(17)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	425	(347)	78	(80)	(2)
Benefícios Pagos	(273)	273	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	12	-	12	-	12
Contribuições Participantes	3	-	3	-	3
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	7	7
Variação Cambial	-	(10)	(10)	-	(10)
Remensurações ^{(2) (3)}	-	(5)	(5)	-	(5)
Valor Final do Período	17.755	(14.597)	3.158	(3.290)	(132)

	31/12/2017				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	16.520	(13.723)	2.797	(3.008)	(211)
Custo Serviço Corrente	-	(69)	(69)	-	(69)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.639	(1.347)	292	(307)	(15)
Benefícios Pagos	(1.141)	1.141	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	71	-	71	-	71
Contribuições Participantes	12	-	12	-	12
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	97	97
Variação Cambial	2	(6)	(4)	-	(4)
Remensurações ^{(2) (3)}	485	(487)	(2)	1	(1)
Valor Final do Período	17.588	(14.491)	3.097	(3.217)	(120)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2018 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 9,98% a.a. (Em 01/01/2017 utilizou-se a taxa de desconto de 10,24% a.a.).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 425 (R\$ 2.124 em 31/12/2017).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 12 (R\$ 19 em 01/01 a 31/03/2017). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2018 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 56.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2018	1.103
2019	1.126
2020	1.157
2021	1.190
2022	1.220
2023 a 2027	6.563

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA ^(*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	740	5,11%	(269)
- Acréscimo em 0,5%	(677)	(4,67%)	153

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	1.634	(912)	722	1.287	(491)	796
Juros Líquidos	39	(22)	17	126	(50)	76
Aportes e Contribuições	(20)	-	(20)	(91)	-	(91)
Recebimento por Destinação de Recursos (*)	-	-	-	(12)	-	(12)
Efeito na Restrição do Ativo	-	10	10	(15)	(371)	(386)
Remensurações	(12)	-	(12)	339	-	339
Valor Final do Período (Nota 20a)	1.641	(924)	717	1.634	(912)	722

(*) Refere-se à destinação do excedente do fundo previdencial do Plano Itaúbanco CD.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2018	31/12/2017
No Início do Período	(257)	(221)
Custo de Juros	(6)	(22)
Benefícios Pagos	2	14
Remensurações	-	(28)
No Final do Período (Nota 20b)	(261)	(257)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2018	15
2019	16
2020	17
2021	18
2022	19
2023 a 2027	115

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	3	(3)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	32	(26)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Acidentes Pessoais Coletivo	7,2	6,5	34,3	39,4
Acidentes Pessoais Individual	17,4	24,4	11,7	11,1
Compreensivo Empresarial	36,9	39,6	21,1	21,0
Crédito Interno	155,5	107,1	0,8	1,0
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	-	86,2	-	1,2
Doença Grave ou Terminal	16,4	17,9	10,9	10,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	13,2	16,8	62,1	62,3
Prestamista	15,2	16,6	18,4	19,3
Renda de Eventos Aleatórios	19,6	-	18,2	-
Riscos Diversos	49,6	9,0	49,8	62,4
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	13,9	6,6	20,4	20,3
Vida em Grupo	29,5	35,5	11,4	11,1

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Acidentes Pessoais Coletivo	151	166	(1)	-	150	166
Acidentes Pessoais Individual	72	59	6	-	78	59
Compreensivo Empresarial	13	12	-	-	13	12
Crédito Interno	13	14	-	-	13	14
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	-	10	-	-	-	10
Doenças Graves ou Terminais	41	40	-	-	41	40
Pensão Pecúlio Invalidez	77	81	(1)	(1)	76	80
PGBL	494	446	-	-	494	446
Prestamista	210	141	-	-	210	141
Riscos Diversos	41	44	-	-	41	44
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	71	69	(5)	(4)	66	65
Tradicional	26	29	-	-	26	29
VGBL	4.444	5.303	-	-	4.444	5.303
Vida em Grupo	225	313	6	(3)	231	310
Demais Ramos	176	141	(4)	(6)	172	135
Total	6.054	6.868	1	(14)	6.055	6.854

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.

- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/03/2018				31/12/2017			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevida	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevida	Total
Saldo Inicial	3.464	43.888	133.880	181.232	3.926	37.679	112.471	154.076
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	1.011	597	4.444	6.052	4.059	2.536	20.318	26.913
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(833)	(78)	-	(911)	(4.225)	(323)	-	(4.548)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(301)	(125)	(8)	(434)	(1.228)	(402)	(70)	(1.700)
(+) Sinistros Avisados	338	-	-	338	1.291	-	-	1.291
(-) Resgates	-	(507)	(3.129)	(3.636)	(2)	(1.687)	(10.847)	(12.536)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	75	243	318	-	2.683	753	3.436
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	3	888	2.680	3.571	16	1.717	6.037	7.770
(+) Reorganização Societária	-	-	-	-	(282)	-	-	(282)
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(281)	48	(5)	(238)	(91)	1.685	5.218	6.812
Provisão de Seguros e Previdência Privada	3.401	44.786	138.105	186.292	3.464	43.888	133.880	181.232

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Prêmios não Ganhos	1.902	1.883	14	15	1.916	1.898
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	177	173	181.092	175.992	181.269	176.165
Resgates e Outros Valores a Regularizar	12	11	280	264	292	275
Excedente Financeiro	2	2	593	604	595	606
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	520	560	37	34	557	594
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	350	401	27	27	377	428
Despesas Relacionadas e Administrativas	28	28	97	95	125	123
Outras Provisões	410	406	751	737	1.161	1.143
Total ⁽²⁾	3.401	3.464	182.891	177.768	186.292	181.232

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2018	253
Constituições	201
Amortizações	(204)
Saldo em 31/03/2018	250
Saldo a amortizar até 12 meses	205
Saldo a amortizar após 12 meses	45
Saldo em 01/01/2017	429
Constituições	772
Amortizações	(948)
Saldo em 31/12/2017	253
Saldo a amortizar até 12 meses	209
Saldo a amortizar após 12 meses	44

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30l.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Os valores apresentados nas tabelas expressam a posição de 31/12/2017, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente:

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	594
(-) Operações DPVAT	11
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	181
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(32)
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	434

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2017.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	980	967	1.067	1.063	914	
1 ano depois	978	957	1.076	1.054		
2 anos depois	982	972	1.100			
3 anos depois	986	978				
4 anos depois	988					
Estimativa Corrente	988	978	1.100	1.054	914	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	984	972	1.084	1.024	739	4.803
Passivo Reconhecido no Balanço	4	6	16	30	175	231
Passivo em Relação a Anos Anteriores						18
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						249

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	28	31	32	32	32	
1 ano depois	42	41	43	39		
2 anos depois	48	49	50			
3 anos depois	56	54				
4 anos depois	60					
Estimativa Corrente	60	54	50	39	32	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	47	42	37	31	24	181
Passivo Reconhecido no Balanço	13	12	13	8	8	54
Passivo em Relação a Anos Anteriores						131
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						185

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	594
(-) Operações DPVAT	11
(-) IBNER	181
(-) Resseguros ⁽²⁾	27
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(32)
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	407

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2017.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2017.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	956	954	1.045	1.053	898	
1 ano depois	954	944	1.045	1.045		
2 anos depois	958	955	1.068			
3 anos depois	961	960				
4 anos depois	962					
Estimativa Corrente	962	960	1.068	1.045	898	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	958	954	1.052	1.015	728	4.707
Passivo Reconhecido no Balanço	4	6	16	30	170	226
Passivo em Relação a anos Anteriores						11
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						237

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	28	31	32	29	32	
1 ano depois	42	41	43	37		
2 anos depois	48	49	50			
3 anos depois	56	54				
4 anos depois	60					
Estimativa Corrente	60	54	50	37	32	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	47	42	37	28	24	178
Passivo Reconhecido no Balanço	13	12	13	8	8	54
Passivo em Relação a Anos Anteriores						116
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						170

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência nos períodos findos em 2017, 2016 e 2015.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* Ativos Financeiros ao Custo Amortizado da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apreçamento de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾					
	31/03/2018 ⁽²⁾			31/12/2017		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	24	-	-	24	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(25)	(1)	(1)	(25)	(1)	(1)
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	26	5	5	26	5	5
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(27)	(5)	(5)	(27)	(5)	(5)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(13)	-	-	(13)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	13	-	-	13	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(37)	(36)	-	(37)	(36)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	37	36	-	37	36

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

(2) Os valores apresentados na tabela expressam a posição de 31/12/2017, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

O produto garantia estendida é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

	01/01 a 31/03/2018			01/01 a 31/03/2017		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos						
DPVAT	-	-	0,0	10	10	100,0
Extensão de Garantia	-	-	0,0	-	-	100,0
Pessoas						
Acidentes Pessoais Coletivo	151	150	99,3	166	166	99,9
Acidentes Pessoais Individual	72	78	108,3	59	59	100,0
Prestamista	210	210	100,0	141	141	100,0
Vida em Grupo	225	231	102,7	313	310	99,2

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

l) Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	31/03/2018		31/12/2017	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	4.950	(2,87)	4.936	(2,87)
NTN-B	5.481	(7,13)	5.343	(6,78)
LTN	-	-	279	(0,09)
Futuro DI	-	-	-	-
Título Privado				
Indexado a IPCA	314	(0,09)	336	(0,10)
Indexado a PRE	147	-	31	(0,00)
Ações	-	-	0	0,00
Ativos Pós-Fixados	4.662	-	5.132	-
Compromissadas Over	5.783	-	6.856	-

II) Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	31/03/2018			31/12/2017		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾	Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	1.901	24,7	12,0	1.882	24,7	12,0
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	894	20,8	18,6	985	20,4	18,3
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	571	69,7	26,4	565	70,6	26,2
Subtotal	Subtotal	3.366			3.432		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	97	116,8	78,9	95	116,8	78,9
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	15	-	9,7	16	-	9,7
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	39	-	9,8	37	-	9,8
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	28	17,0	9,7	28	17,0	9,7
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	292	-	9,8	275	-	9,8
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures	2.511	116,8	79,1	2.404	116,8	79,1
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures (3)	174.074	181,1	38,9	169.149	197,2	38,9
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debêntures	4.524	197,1	95,1	4.454	-	95,1
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	751	197,1	95,1	737	116,8	95,1
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	595	196,8	95,0	605	116,8	95,0
Subtotal	Subtotal	182.926			177.800		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	186.292			181.232		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

III) Risco de Crédito

Discriminação dos Resseguradores

Apresentamos a seguir a divisão dos riscos cedidos aos resseguradores pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- **Operações de Seguros:** Os prêmios emitidos de resseguros estão representados basicamente por IRB Brasil Resseguros com 36,03% (45,07% em 31/12/2017) e Munich Re do Brasil com 65,47% (53,80% em 31/12/2017).
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referente aos prêmios emitidos de resseguros estão representadas em sua totalidade por Munich Re do Brasil com 70% (70% em 31/12/2017) e General Reinsurance AG com 30% (30% em 31/12/2017).

IV) Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/03/2018							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado - Designados a Valor Justo	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Baixo	8.749	31.436	-	1.264	-	27.924	69.373
Médio	-	13	-	-	-	3	16
Alto	-	144.027	-	-	-	-	144.027
Total	8.749	175.476	-	1.264	-	27.927	213.416
%	4,1	82,2	-	0,6	-	13,1	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2017							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado - Designados a Valor Justo	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Baixo	7.558	167.812	-	194	-	27.719	203.283
Médio	-	4	-	-	-	-	4
Alto	-	25	-	-	-	-	25
Total	7.558	167.841	-	194	-	27.719	203.312
%	3,7	82,6	-	0,1	-	13,6	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	27	46	49	74
Contratos Emitidos	-	-	(3)	30
Sinistros a Recuperar	7	-	-	-
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	(2)	(10)	(12)	(55)
Outras Constituições / Reversões	(23)	(9)	(19)	-
Saldo Final	9	27	15	49

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/03/2018	31/12/2017
Sinistros de Resseguros	43	57
Prêmios de Resseguros	9	10
Saldo Final	52	67

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	57	52
Sinistros Avisados	6	21
Sinistros Pagos	(13)	(22)
Outras Constituições / Reversões	(6)	2
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	(1)	4
Saldo Final (*)	43	57

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	10	15
Constituições	11	8
Reversões	(12)	(13)
Outras Constituições / Reversões	-	-
Saldo Final	9	10

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	-	-
Constituições	-	-
Reversões	-	-
Outras Constituições / Reversões	-	-
Saldo Final	-	-

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Disponibilidades	25.444	25.444	18.749	18.749
Ativos Financeiros	1.331.947	1.339.813	1.330.251	1.337.921
Depósitos Compulsórios no Banco Central	95.991	95.991	98.837	98.837
Ao Custo Amortizado	884.856	892.722	905.729	913.399
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.566	24.626	29.048	29.112
Aplicações no Mercado Aberto	241.517	241.517	244.707	244.707
Títulos e Valores Mobiliários ^(*)	92.353	93.556	111.424	112.656
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ^(**)	500.224	506.827	497.719	504.093
(-) Provisão para Perda Esperada	(36.544)	(36.544)	(36.737)	(36.737)
Outros Ativos Financeiros	62.740	62.740	59.568	59.568
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	60.283	60.283	52.149	52.149
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	60.283	60.283	52.149	52.149
Ao Valor Justo por meio do Resultado ^(*)	290.817	290.817	273.536	273.536
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	260.413	260.413	250.693	250.693
Derivativos ^(*)	30.404	30.404	22.843	22.843
Passivos Financeiros	1.062.470	1.061.183	1.056.717	1.054.981
Ao Custo Amortizado	1.021.862	1.020.575	1.024.584	1.022.848
Depósitos	407.948	407.914	402.938	402.911
Captação no Mercado Aberto	299.163	299.163	312.634	312.634
Recursos de Mercados Interbancários	137.415	137.113	129.616	129.286
Recursos de Mercados Institucionais	97.598	96.647	98.482	97.103
Planos de Capitalização	3.336	3.336	3.301	3.301
Outros Passivos Financeiros	76.402	76.402	77.613	77.613
Ao Valor Justo por meio do Resultado	35.774	35.774	27.211	27.211
Derivativos ^(*)	35.315	35.315	26.746	26.746
Outros ^(*)	459	459	465	465
Provisão para Perda Esperada	4.834	4.834	4.922	4.922
Compromissos a Liberar	3.067	3.067	3.015	3.015
Garantias Financeiras Prestadas	1.767	1.767	1.907	1.907

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(**) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por meio do Resultado, no valor de R\$ 106 (R\$ 102 em 31/12/2017).

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 81.056 (R\$ 79.703 em 31/12/2017) com o valor justo estimado de R\$ 1.191 (R\$ 935 em 31/12/2017).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) **Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** – O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- b) **Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAU UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- c) **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e Ativos Financeiros ao Custo Amortizado e Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).
 - **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
 - **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da *Black&Scholes*) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a *Bloomberg*).
 - **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.
- d) **Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro** - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.
- e) **Depósitos** - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos / Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apuração continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apuração não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apuração obtidas por meio dos serviços de apuração, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apuração em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2018.

	31/03/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	225.459	29.886	3.043	258.388	213.421	31.579	3.947	248.947
Fundos de Investimento	24	2.563	-	2.587	1.738	1.775	-	3.513
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	215.421	298	1	215.720	201.817	2.816	1	204.634
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	3.428	-	-	3.428	3.210	-	-	3.210
Títulos Públicos - Outros Países	997	224	1.221	1.643	1.643	2.306	-	3.949
Argentina	813	-	-	813	1.466	-	-	1.466
Chile	75	54	-	129	39	18	-	57
Colômbia	-	29	-	29	-	2.092	-	2.092
Estados Unidos	100	-	-	100	100	-	-	100
México	7	-	-	7	5	-	-	5
Paraguai	-	1	-	1	-	3	-	3
Uruguai	-	140	-	140	-	193	-	193
Outros	2	-	-	2	33	-	-	33
Títulos de Empresas	5.589	26.801	3.042	35.432	5.013	24.682	3.946	33.641
Ações Negociáveis	4.542	934	1.239	6.715	3.875	65	2.019	5.959
Certificado de Depósito Bancário	1	471	-	472	1	334	-	335
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.681	1.681	-	-	1.795	1.795
Debêntures	347	2.263	109	2.719	486	2.608	122	3.216
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	699	99	2	800	651	37	-	688
Letras Financeiras	-	22.547	-	22.547	-	21.170	-	21.170
Notas Promissórias	-	397	-	397	-	391	-	391
Outros	-	90	11	101	-	77	10	87
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	41.777	18.506	-	60.283	35.234	16.915	-	52.149
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	22.717	690	-	23.407	19.429	708	-	20.137
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	16.037	-	-	16.037	12.789	-	-	12.789
Títulos Públicos - Outros Países	1.553	17.119	-	18.672	1.550	14.992	-	16.542
Chile	-	8.738	-	8.738	-	9.550	-	9.550
Colômbia	-	5.869	-	5.869	-	3.020	-	3.020
Estados Unidos	1.553	-	-	1.553	1.550	-	-	1.550
Paraguai	-	1.672	-	1.672	-	1.800	-	1.800
Uruguai	-	840	-	840	-	622	-	622
Títulos de Empresas	1.470	697	-	2.167	1.466	1.215	-	2.681
Ações Negociáveis	162	-	-	162	148	-	-	148
Certificado de Depósito Bancário	-	51	-	51	-	685	-	685
Debêntures	-	2	-	2	-	1	-	1
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	1.308	644	-	1.952	1.318	529	-	1.847
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	2.025	-	-	2.025	1.746	-	-	1.746
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	2.025	-	-	2.025	1.746	-	-	1.746
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	-	459	-	459	-	465	-	465
Notas Estruturadas	-	459	-	459	-	465	-	465

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2018 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/03/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	2	30.043	359	30.404	158	22.249	436	22.843
Futuros	-	-	-	-	158	-	-	158
Swaps - Diferencial a Receber	-	10.236	328	10.564	-	8.821	369	9.190
Opções	-	4.239	30	4.269	-	3.271	66	3.337
Termo	-	12.946	-	12.946	-	6.911	-	6.911
Derivativos de Crédito	-	120	-	120	-	137	-	137
<i>Forwards</i>	-	2.352	-	2.352	-	2.950	-	2.950
Verificação de Swap	-	52	-	52	-	68	-	68
Outros Derivativos	2	98	1	101	-	91	1	92
Derivativos - Passivo	(11)	(35.226)	(78)	(35.315)	-	(26.643)	(103)	(26.746)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(15.748)	(75)	(15.823)	-	(13.590)	(102)	(13.692)
Opções	-	(3.771)	(3)	(3.774)	-	(2.792)	(1)	(2.793)
Termo	-	(12.403)	-	(12.403)	-	(6.272)	-	(6.272)
Derivativos de Crédito	-	(31)	-	(31)	-	(58)	-	(58)
<i>Forwards</i>	-	(2.937)	-	(2.937)	-	(3.745)	-	(3.745)
Verificação de Swap	-	(117)	-	(117)	-	(122)	-	(122)
Outros Derivativos	(11)	(219)	-	(230)	-	(64)	-	(64)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/03/2018. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 48.392 de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31/03/2018, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 20.351, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os outliers.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/03/2018	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/03/2018
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo	3.947	(91)	4	(239)	(578)	3.043	2.609
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	1	-	-	-	-	1	1
Títulos de Dívida de Empresas	3.946	(91)	4	(239)	(578)	3.042	2.608
Ações Negociáveis	2.019	5	-	(203)	(582)	1.239	966
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.795	(84)	4	(36)	2	1.681	1.676
Debêntures	122	(13)	-	-	-	109	(47)
Eurobonds e Assemelhados	-	-	-	-	2	2	2
Outros	10	1	-	-	-	11	11
	Valor justo em 31/12/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/03/2018	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/03/2018
Derivativos - Ativo	436	(19)	29	(87)	-	359	16
Swaps - Diferencial a Receber	369	(16)	-	(25)	-	328	24
Opções	66	(3)	29	(62)	-	30	(8)
Outros Derivativos	1	-	-	-	-	1	-
Derivativos - Passivo	(103)	(43)	(4)	72	-	(78)	(33)
Swaps - Diferencial a Pagar	(102)	(46)	-	73	-	(75)	(37)
Opções	(1)	3	(4)	(1)	-	(3)	4
	Valor Justo em 01/01/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2017	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	3.808	(232)	578	(146)	(61)	3.947	(412)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	1	-	-	-	-	1	(1)
Títulos de Empresas	3.807	(232)	578	(146)	(61)	3.946	(411)
Ações Negociáveis	1.662	122	400	-	(165)	2.019	(274)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.092	(355)	58	-	-	1.795	16
Debêntures	37	(1)	106	(124)	104	122	(153)
Eurobonds e Assemelhados	-	-	9	(9)	-	-	-
Outros	16	2	5	(13)	-	10	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	227	-	200	(427)	-	-	-
Títulos de Empresas	227	-	200	(427)	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6	-	-	(6)	-	-	-
Eurobonds e Assemelhados	221	-	200	(421)	-	-	-
	Valor Justo em 01/01/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2017	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2017
Derivativos - Ativo	521	(33)	101	(244)	91	436	17
Swaps - Diferencial a Receber	468	(41)	-	(100)	42	369	32
Opções	47	12	101	(143)	49	66	(14)
Outros Derivativos	6	(4)	-	(1)	-	1	(1)
Derivativos - Passivo	(60)	(117)	(15)	111	(22)	(103)	(57)
Swaps - Diferencial a Pagar	(56)	(122)	-	97	(21)	(102)	(60)
Opções	(4)	5	(15)	13	-	(1)	3
Derivativos de Crédito	-	-	-	1	(1)	-	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/03/2018	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(1,2)	(0,9)
	II	(30,3)	(22,8)
	III	(60,5)	(45,1)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	(65,8)	-
	II	(131,6)	-
Não Lineares	I	(13,9)	-
	II	(18,8)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Provisões	31/03/2018	31/12/2017
Cíveis	5.066	5.300
Trabalhistas	7.299	7.283
Fiscais e Previdenciárias	7.019	7.003
Outros	140	150
Total	19.524	19.736
Circulante	5.210	4.974
Não Circulante	14.314	14.762

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

- a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

- **Ações Cíveis**

As contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Cumprir mencionar que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90 como medida de combate à inflação.

Apesar do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ter observado as regras vigentes à época, a empresa figura como ré em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre esse tema, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. No que concerne à essas ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do Banco Central do Brasil (BCB), poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o Itaú já aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e, em 90 dias, os poupadores poderão aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses, com o consequente encerramento das ações judiciais.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 3.695 (R\$ 3.494 em 31/12/2017), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

As contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 59 (R\$ 122 em 31/12/2017).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/03/2018			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.300	7.283	150	12.733
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(243)	(998)	-	(1.241)
Subtotal	5.057	6.285	150	11.492
Atualização / Encargos (Nota 26)	24	149	-	173
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	(9)	346	(10)	327
Constituição (*)	110	388	-	498
Reversão	(119)	(42)	(10)	(171)
Pagamento	(253)	(464)	-	(717)
Subtotal	4.819	6.316	140	11.275
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	247	983	-	1.230
Saldo Final	5.066	7.299	140	12.505
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2018 (Nota 20a)	1.498	2.184	-	3.682

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 176.

	01/01 a 31/03/2017			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.172	7.232	259	12.663
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(256)	(1.066)	-	(1.322)
Subtotal	4.916	6.166	259	11.341
Atualização / Encargos (Nota 26)	40	162	-	202
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	283	470	(117)	636
Constituição (*)	375	518	(117)	776
Reversão	(92)	(48)	-	(140)
Pagamento	(263)	(486)	-	(749)
Subtotal	4.976	6.312	142	11.430
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	274	1.027	-	1.301
Saldo Final	5.250	7.339	142	12.731
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2017 (Nota 20a)	1.546	2.277	-	3.823

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 32.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial	7.003	8.246
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(66)	(69)
Subtotal	6.937	8.177
Atualização / Encargos ^(*)	136	613
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(47)	(27)
Constituição ^(*)	160	452
Reversão ^(*)	(207)	(479)
Pagamento	(74)	(1.826)
Subtotal	6.952	6.937
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	67	66
Saldo Final	7.019	7.003

^(*) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial	5.170	4.847
Apropriação de Rendas	46	344
Movimentação do Período	16	(3)
Novos Depósitos	61	240
Levantamentos Efetuados	(7)	(202)
Conversão em Renda	(38)	(41)
Saldo Final (Nota 20a)	5.232	5.188
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	(1)	(18)
Saldo Final após a Reclassificação	5.231	5.170

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.302: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 1.286;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 663: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 601;
- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 647: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros.

Contingências não Provisionadas no Balanço

Não são provisionados os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível. Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 21.391 estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 5.165: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas, não remuneratórias, dentre as quais, destacam-se: participação nos lucros, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- PIS e COFINS - Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação – R\$ 3.526: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento mercantil;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 2.605: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.685: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – R\$ 1.473: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 1.020: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68;
- IRPJ e CSLL - Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito – R\$ 743 - autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos;

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 1.071 (R\$ 1.065 em 31/12/2017) (Nota 20a). Este valor deriva, basicamente, da garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrido em 1997, quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com o quadro abaixo:

	31/03/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	756	962
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.547	4.585

As provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo de tramitação dessas ações no sistema judiciário brasileiro. Devido a isso, não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

e) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

As empresas do conglomerado ITAÚ UNIBANCO aderiram aos Programas de Parcelamentos Incentivados – PPI, instituídos por diversas Prefeituras, entre as quais estão São Paulo e Rio de Janeiro (Leis n. 16.680/17 e n. 6.156/17, respectivamente).

Os programas permitiram a regularização de débitos tributários ou não tributários, com descontos sobre os valores de multa e juros.

f) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

No âmbito federal, as empresas do conglomerado ITAÚ UNIBANCO aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, em relação a débitos tributários e previdenciários, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O BACEN também determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

a) Requerimentos de Capital Vigentes e em Implantação

Os requerimentos mínimos de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Os índices de Capital Total, de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING retenha substancialmente riscos e benefícios.

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o BACEN autorizou o ITAÚ UNIBANCO HOLDING a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulatório (RWA_{MINT}), em substituição à parcela RWA_{MPAD} , conforme previsto na Circular BACEN 3.646.

Para as unidades externas, utiliza-se a abordagem padronizada. Desta forma, não fazem parte do uso de modelos internos as unidades da Argentina, Chile, Itaú BBA *International*, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

De 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, o índice mínimo de capital requerido é de 8,625%, e, seguindo cronograma de redução gradual, chegará a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além dos mínimos regulatórios, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas $ACP_{Conservação}$, $ACP_{Contracíclico}$ e $ACP_{Sistêmico}$ que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. O valor de cada uma das parcelas e os mínimos regulatórios, conforme definido na Resolução CMN 4.193, estão descritos na tabela a seguir.

Basileia III também redefiniu os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II, regulamentados no Brasil pela Resolução CMN 4.192. Essa reforma inclui um cronograma de *phase-out* para os instrumentos já considerados no capital, emitidos anteriormente à vigência da norma, que não atendam integralmente as novas exigências.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN, sendo que os números referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro		
	2017	2018	2019 ⁽²⁾
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	1,50%	2,375%	3,5%
de Conservação	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico ⁽¹⁾	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica	0,25%	0,5%	1,0%
Capital Principal + ACP	6,0%	6,875%	8,0%
Capital Total + ACP	10,75%	11,0%	11,5%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	80%	100%	100%

(1) ACP *Contracíclico* é acionado durante a fase de expansão do ciclo de crédito e, atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido de sua parcela é igual a zero. Além disso, na hipótese de elevação do adicional contracíclico, o novo percentual vigorará apenas doze meses após seu anúncio.

(2) Requerimentos válidos de 1º de janeiro de 2019 em diante.

Ademais, em Março de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.751, de 19/03/2015, do BACEN, que dispõe sobre a apuração dos indicadores relevantes para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras do Brasil. As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizadas no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa”, “Índice de Importância Sistêmica Global”.

Em março de 2017, entrou em vigor o adicional de capital principal de importância sistêmica (ACP_{Sistêmico}), regulamentado pela Circular BACEN 3.768, de 29 de outubro de 2015. O ACP_{Sistêmico} visa a reduzir a probabilidade de insolvência de uma instituição sistemicamente importante no âmbito doméstico (D-SIB, do inglês “*Domestic Systemically Important Bank*”) e o impacto na estabilidade do sistema financeiro e na economia. O cálculo do ACP_{Sistêmico} associa a importância sistêmica, representada pela exposição total da instituição, ao Produto Interno Bruto (PIB).

Maiores detalhes sobre o ACP_{Sistêmico}, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa” / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

O Índice de Alavancagem é definido como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo do índice é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular BACEN 3.706, desde outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING envia mensalmente ao BACEN o Índice de Alavancagem, porém o requerimento mínimo para Índice de Alavancagem deverá ser exigido em 2018, de acordo com as recomendações de Basileia, sendo definido com base no período de observação do comportamento do Índice desde sua implementação em 2011 até 2017.

Maiores detalhes sobre a composição do Índice de Alavancagem, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa” / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

b) Governança do Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), processo que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

No nível executivo, existem órgãos colegiados responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital.

De forma a prover informações necessárias ao Conselho de Administração, elabora-se relatórios gerenciais que informam a adequação de capital da instituição, bem como as projeções de níveis de capital, em situações normais e de estresse. Há uma estrutura que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital”, que não faz parte das demonstrações contábeis, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

c) **Apetite de risco**

Em 2016 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisou sua política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo Conselho de Administração, que direciona a sua estratégia de negócios. O apetite de risco da instituição é fundamentado na seguinte declaração do Conselho de Administração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir da declaração, foram definidas cinco dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em situação normal e em estresse e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição.
- Dimensão de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez.
- Dimensão de composição dos resultados: define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.
- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas.
- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos clientes, da exposição nas mídias, além da observância da conduta da instituição.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e do *Chief Risk Officer* (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado às comissões de riscos e ao Conselho de Administração e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

d) **Composição do Capital**

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I.
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II, considerando seus respectivos ajustes prudenciais, conforme estabelecido pelas normas vigentes.

Composição do Patrimônio de Referência	31/03/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	118.511	126.924
Participações de Não Controladores	12.155	11.942
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	1.146	1.482
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	131.812	140.348
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(21.477)	(17.952)
Capital Principal	110.335	122.396
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	75	57
Capital Complementar	75	57
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	110.410	122.453
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	15.778	19.723
Ajustes Prudenciais do Nível II	90	76
Nível II	15.868	19.799
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	126.278	142.252

Os Ajustes Prudenciais mais relevantes para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING são apresentados na tabela a seguir. Juntos, eles correspondem a mais de 90% dos ajustes prudenciais em 31 de março de 2018.

Composição dos Ajustes Prudenciais	31/03/2018	31/12/2017
Ágios pagos na aquisição de investimentos	9.473	8.123
Ativos Intangíveis	7.775	5.456
Créditos tributários	5.231	5.208
Excedente de capital principal de não controladores	319	286
Ajuste relativo ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	(1.497)	(1.399)
Outros	176	278
Total	21.477	17.952

Durante o exercício de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não recomprou ações de emissão própria. As ações que foram recompradas em exercícios anteriores ficam registradas na rubrica “Ações em Tesouraria”, que alcançou R\$ 1.496 milhões em 31 de março de 2018. As ações em tesouraria reduzem o Patrimônio Líquido da instituição, causando a redução de sua base de capital.

Nesse período, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos / provisionados, que afeta a base de capital da instituição, atingiu R\$ 15.092. Os dividendos são deduzidos do Patrimônio Líquido da instituição, reduzindo assim sua base de capital. Já o JCP que é contabilizado como despesa diretamente no resultado, reduz o Lucro Líquido da instituição, reduzindo também, consequentemente, sua base de capital.

Maiores detalhes sobre o requerimento de capital, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itaubr.com/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de março de 2018, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 51.134.

Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil 31/03/2018
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	30	2011	2018	IPCA + 7,53% a 7,7%	52
	5.630	2012	2018	108% a 113% do CDI	6.382
	35			IPCA + 4,4% a 6,58%	63
	2.343			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	2.430
	22			9,95% a 11,95%	42
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	4
	1	2012	2019	110% do CDI	2
	12			11,96%	24
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	178
	1	2012	2020	111% do CDI	2
	20			IPCA + 6% a 6,17%	41
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	12
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	4.297
	20			IGPM + 4,63%	27
	10.530			Total	13.556
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.382
	1.000	2010	2021	5,75%	3.353
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.477
	550	2012	2021	6,20%	1.828
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	8.688
	1.851	2012	2023	5,13%	6.260
	7.721			Total	25.988
Total					39.544

O ITAÚ UNIBANCO emitiu em 12 de dezembro de 2017, notas subordinadas perpétuas/AT1, no montante total de R\$ 4,135. As Notas foram emitidas à taxa fixa de 6,125%, que será válida até o 5º aniversário da data da emissão. A partir dessa data, inclusive, a taxa de juros será recalculada a cada 5 anos com base na taxa de juros dos títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos da América para o mesmo período. O preço de oferta das Notas foi de 100%, o que resultará aos investidores o retorno de 6,125% até o 5º aniversário da data da Emissão. A Emissão não está sujeita às regras de registro junto à Securities Exchange Commission norte-americana - SEC, de acordo com a lei federal norte-americana "Securities Act de 1933" e alterações posteriores, bem como não está sujeita ao registro, no Brasil, junto à CVM, conforme legislação e regulamentação aplicáveis. As notas estão sujeitas a aprovação do BACEN para composição do Capital Complementar do seu Patrimônio de Referência, incrementando, assim, em aproximadamente 0,6 p.p. o índice de capitalização Nível I da Companhia de acordo com a Resolução CMN 4.192/13.

e) Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN nº 3.646 e 3.674;

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Abertura dos ativos ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})

	31/03/2018 ⁽¹⁾	31/12/2017 ⁽¹⁾
Exposições ao Risco		
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	665.358	660.516
a) Por Fator de Ponderação de Risco (FPR):		
FPR de 2%	119	180
FPR de 4%	127	-
FPR de 10%	629	-
FPR de 20%	7.685	7.717
FPR de 35%	16.118	15.900
FPR de 50%	49.517	44.741
FPR de 75%	145.307	145.376
FPR de 85%	71.328	76.033
FPR de 100%	319.257	324.097
FPR de 250%	35.482	34.053
FPR de 300%	-	3.906
FPR até 1250% ⁽²⁾	1.564	2.096
Derivativos - Variação da qualidade creditícia da contraparte	7.954	6.417
Default Funds ⁽³⁾	1	-
Securitização ⁽⁴⁾	10.268	-
b) Por Tipo:	665.358	660.516
Títulos e Valores Mobiliários	37.265	45.629
Operações de Crédito - Varejo	113.582	114.141
Operações de Crédito - Não Varejo	243.449	240.815
Coobrigações - Varejo	161	172
Coobrigações - Não Varejo	45.145	45.405
Compromissos de Crédito - Varejo	31.534	31.058
Compromissos de Crédito - Não Varejo	9.406	9.017
Derivativos - Ganho Potencial Futuro ⁽⁵⁾	4.601	5.457
Operações de Intermediação	2.255	-
Outras Exposições	177.961	168.821

(1) A partir do 4º trimestre de 2017, os negócios de varejo no Brasil do Citibank passaram a ser consolidados integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

(2) Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

(3) A partir do 1º trimestre de 2018, os saldos referentes a Default Funds estão sendo ponderados de acordo com o cálculo definido no Art. 20-A da Circular 3.644 (alterada pela Circular 3.849), substituindo o FPR de 1250%.

(4) A partir do 1º trimestre de 2018, parte dos saldos referentes a Securitização estão sendo ponderados de acordo com o cálculo definido na Circular 3.848.

(5) Os saldos de Derivativos - Ganho Potencial Futuro estão distribuídos em seus respectivos FPRs.

A composição da parcela de risco de mercado está apresentada na tabela abaixo:

	31/03/2018 ⁽¹⁾	31/12/2017 ⁽¹⁾
Ativos Ponderados de Risco de Mercado Padronizado (RWA_{MPAD})	30.391	32.893
Operações sujeitas à variação de taxas de juros	28.113	31.076
Prefixadas denominadas em real	4.118	6.119
Cupons de moedas estrangeiras	14.619	17.153
Cupom de índices de preços	9.375	7.804
Cupons de taxas de juros	0,00	0,00
Operações sujeitas à variação do preço de commodities	736	361
Operações sujeitas à variação do preço de ações	572	239
Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial	970	1.217
Piso de Ativos Ponderados de Risco de Mercado com Base no Modelo Padronizado	24.313	26.314
Ativos Ponderados de Risco de Mercado calculados através de modelos internos (b)	22.277	32.915
Redução de Ativos Ponderados de Risco de Mercado devido aos modelos internos	(6.078)	-
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT}) - máximo entre (a) e (b)	24.313	32.915

(1) Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos, com possibilidade máxima de economia de 20% do modelo padrão.

Em 31 de março de 2018, o RWA_{MINT} totalizou R\$ 24.313, que corresponde ao capital apurado através de 80% do RWA_{MPAD} superior à necessidade de capital apurada por modelos internos, que totalizou R\$ 22.277.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco de operacional (RWA_{OPAD}):

	31/03/2018	31/12/2017
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	70.467	63.277
Varejo	12.789	11.870
Comercial	26.375	24.857
Finanças Corporativas	2.799	2.663
Negociação e Vendas	10.014	7.434
Pagamentos e Liquidações	8.196	7.532
Serviços de Agente Financeiro	4.279	3.892
Administração de Ativos	5.994	5.010
Corretagem de Varejo	21	18

f) Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o fluxo apresentado a seguir:

- Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para os riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- Plano de Capital e Contingência;
- Envio de relatório de adequação de capital ao BACEN.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e à Carta-Circular BACEN 3.841.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base Dezembro de 2017 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

g) Suficiência de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Composição do Patrimônio de Referência (PR)	31/03/2018	31/12/2017
Nível I	110.410	122.453
Capital Principal	110.335	122.396
Capital Complementar	75	57
Nível II	15.868	19.799
Exclusões	-	-
Patrimônio de Referência	126.278	142.252
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	65.562	69.995
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	60.716	72.257
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP_{Requerido})	18.053	11.351
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	3.044	2.470

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização:

	31/03/2018	31/12/2017
Índice de Basileia	16,6%	18,8%
Nível I	14,5%	16,2%
Capital Principal	14,5%	16,2%
Capital Complementar	0,0%	0,0%
Nível II	2,1%	2,6%
Índice de Imobilização	23,8%	23,9%
Folga de Imobilização	33.032	37.101

h) Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição. A instituição realiza este teste desde 2010 com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise sistêmica, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

Para a realização do teste, a estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco, e a probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração.

As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, *spread* e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Estas projeções então sensibilizam o resultado e o balanço orçados, que então alteram os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez.

O teste de estresse também é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital, não impactando o desenvolvimento de suas atividades.

Essas informações permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, o processo orçamentário e o processo de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

• Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira.

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável da IFRS 9 são baseados em um modelo de perda de crédito esperada, substituindo o modelo de perda incorrida da IAS 39;
- Ajuste a valor justo devido às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração ao valor justo e ao custo amortizado em decorrência do novo conceito de modelos de negócios adotado para classificação de ativos financeiros, conforme determinações da IFRS 9;
- Modificações, referem-se a ativos financeiros modificados e não baixados, os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações;
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de impairment.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31/03/2018
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	17.692	6.821	2.913	27.426	(17)	27.409
Margem Financeira ⁽¹⁾	9.716	4.432	2.852	17.000	(116)	16.884
Receita de Prestação de Serviços	6.234	2.273	21	8.528	369	8.897
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.742	116	40	1.898	(725)	1.173
Outras Receitas	-	-	-	-	455	455
Custo do Crédito e Sinistros	(3.040)	(1.026)	-	(4.066)	689	(3.377)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(3.164)	(947)	-	(4.111)	1.013	(3.098)
Impairment	-	(187)	-	(187)	187	-
Descontos Concedidos	(275)	(9)	-	(284)	284	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	659	136	-	795	(795)	-
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(260)	(19)	-	(279)	-	(279)
Margem Operacional	14.652	5.795	2.913	23.360	672	24.032
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(9.513)	(3.656)	(213)	(13.382)	(1.087)	(14.469)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(8.321)	(3.340)	(32)	(11.693)	(1.111)	(12.804)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.192)	(316)	(181)	(1.689)	(103)	(1.792)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	127	127
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.139	2.139	2.700	9.978	(415)	9.563
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.922)	(589)	(952)	(3.463)	457	(3.006)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(44)	(43)	(9)	(96)	(72)	(168)
Lucro Líquido	3.173	1.507	1.739	6.419	(30)	6.389

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 15.794, receita de dividendos R\$ 34, ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros R\$ 1.201 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (145).

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 386, de amortização de R\$ 416 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 49.

Ativo Total (1) - 31/03/2018	973.546	612.582	111.950	1.524.354	(82.947)	1.441.407
Passivo Total - 31/03/2018	935.073	550.610	81.665	1.393.624	(88.606)	1.305.018
⁽¹⁾ Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.167	-	4.022	5.189	(65)	5.124
Ágio	1.404	6.667	-	8.071	2.799	10.870
Imobilizado, Líquido	4.984	1.291	-	6.275	897	7.172
Intangível, Líquido	6.585	1.415	-	8.000	475	8.475

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31/03/2017
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	17.489	7.225	2.553	27.267	3.064	30.331
Margem Financeira ⁽¹⁾	9.846	5.046	2.524	17.416	2.821	20.237
Receita de Prestação de Serviços	5.746	2.085	13	7.844	428	8.272
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.897	94	16	2.007	(598)	1.409
Outras Receitas	-	-	-	-	413	413
Custo do Crédito e Sinistros	(3.374)	(2.227)	(1)	(5.602)	(958)	(6.560)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro e demais Ativos Financeiros	(3.549)	(1.842)	(1)	(5.392)	(847)	(6.239)
Impairment	-	(444)	-	(444)	444	-
Descontos Concedidos	(209)	(85)	-	(294)	294	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	691	158	-	849	(849)	-
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(307)	(14)	-	(321)	-	(321)
Margem Operacional	14.115	4.998	2.552	21.665	2.106	23.771
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(8.802)	(3.473)	(420)	(12.695)	(1.567)	(14.262)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(7.717)	(3.154)	(219)	(11.090)	(1.409)	(12.499)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.085)	(319)	(201)	(1.605)	(306)	(1.911)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	148	148
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.313	1.525	2.132	8.970	539	9.509
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.979)	(345)	(443)	(2.767)	(736)	(3.503)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(51)	28	(4)	(27)	84	57
Lucro Líquido	3.283	1.208	1.685	6.176	(113)	6.063

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 16.098, receita de dividendos R\$ 5, ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros R\$ 3,582 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 552.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 390, de amortização de R\$ 356 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 104.

Ativo Total (1) - 01/01/2017	909.779	585.088	116.401	1.427.084	(75.770)	1.351.314
Passivo Total - 01/01/2017	877.792	525.390	80.810	1.299.869	(80.939)	1.218.930

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.325	-	3.106	4.431	642	5.073
Ágio	1.398	6.171	-	7.569	2.106	9.675
Imobilizado, Líquido	5.635	1.177	-	6.812	1.230	8.042
Intangível, Líquido	6.559	1.105	-	7.664	(283)	7.381

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/03/2018			01/01 a 31/03/2017		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	29.800	3.515	33.315	40.036	4.379	44.415
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.137	36	1.173	1.381	28	1.409
Receita de Prestação de Serviços	8.043	854	8.897	7.533	739	8.272
Ativos não Correntes ⁽³⁾	12.232	3.415	15.647	13.299	2.124	15.423

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 01/01/2017.

Nota 35 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR), Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd, Itaúsa Empreendimentos S.A. e Alpargatas S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Unibanco de Cinema, Associação Itaú Viver Mais e a Associação Cubo Coworking Itaú, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

		ITAÚ UNIBANCO HOLDING			
		Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	Taxa Anual	31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Operações de Crédito					
Alpargatas S.A.		58	96	1	-
		58	96	1	-
Captações no Mercado Aberto					
Duratex S.A.	95,5% a 98% do CDI	(40)	(48)	-	(2)
Elekeiroz S.A.		(19)	(22)	-	(1)
Elekeiroz S.A.	97,5% do CDI	(5)	(5)	-	-
Itautec S.A.		-	(2)	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% Selic	(2)	(7)	-	-
Alpargatas S.A.	95% a 97,5% do CDI	(7)	-	-	-
Outras	60% a 100,14% do CDI	(7)	(12)	-	(1)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) Prestação de Serviços		(110)	(108)	11	11
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	1	1
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	(2)	(5)	(5)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(108)	(106)	12	12
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	2	2
Outras		-	-	1	1
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(12)	(16)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(1)	(1)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(9)	(12)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(2)	(3)
Despesas com Doações		-	-	(44)	(38)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(25)	(28)
Associação Cubo Coworking Itaú		-	-	(19)	(10)

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores e membros do Comitê de Auditoria do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Remuneração	140	113
Conselho de Administração	12	5
Administradores	128	108
Participações no Lucro	44	39
Conselho de Administração	3	1
Administradores	41	38
Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores	3	5
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	32	55
Total	219	212

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já tem uma relação).

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Atendendo a Resolução CMN 3.721, o documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes das IFRS. Desse modo, as provisões para perdas esperadas são constituídas considerando o risco esperado atrelado a contratos com características similares e antecipando-se a sinais de deterioração, tendo em vista um horizonte de perda adequado ao período restante da conclusão do contrato. Para contratos de produtos sem data de conclusão determinada, utiliza-se resultados médios de deterioração e inadimplência para determinação do horizonte de perda.

Considera-se a classificação entre estágios para determinar qualquer limitação ao horizonte de perda a ser avaliado.

As baixas a prejuízo ocorrem de acordo com a expectativa de recuperação de cada contrato.

5. Classificação dos Estágios de Deterioração de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera informações internas de clientes para fins de determinação de situação de crédito para os contratos da carteira. Além disso, modelos estatísticos, dias de atraso e análises qualitativas são utilizadas para a carteira de negócios.

A determinação de deterioração de crédito ocorre via utilização de *ratings* internos derivados das informações acima, sendo que as regras de mudança de estágio consideram limites inferiores e superiores de *ratings* (critérios quantitativos), além de variação relativa de notas de *rating* desde o reconhecimento inicial. Além disso, dias de atraso são fatores importantes para a classificação e são utilizados de forma absoluta.

Após determinada a situação de crédito do contrato, estabelece-se sua classificação em um dos três estágios de deterioração de crédito. A partir dessa classificação, são utilizadas regras de mensuração de perda esperada de crédito determinadas para cada estágio, conforme descrito na Nota 2.4e.

Para as carteiras de negócios Varejo e *middle* são classificados no estágio 2 os contratos com atraso superior a 30 dias, exceto o produto consignado para órgãos públicos, cujo reconhecimento é efetuado após 45 dias de atraso. Isto ocorre devido à dinâmica do produto. Para a carteira de negócios do Atacado, a informação de atraso é considerada na avaliação do *rating*.

São considerados parâmetros de inadimplência: (i) 90 dias sem observação de pagamento⁽¹⁾; (ii) reestruturação de dívida; (iii) declaração de falência; (iv) prejuízo; e (v) recuperação judicial.

⁽¹⁾ Para a carteira de crédito imobiliário são considerados 180 dias sem observação de pagamento.

6. Cenários Econômicos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de informações internas e externas que indiquem o nível de risco de clientes para que, por meio de modelos estatísticos, determinar a perda de crédito esperada para o contrato em horizonte de observação adequado, relacionado ao número de meses restantes para o fim do contrato e ao estágio em que é classificado. Além disso, informações de cenários econômicos e

informações públicas com projeções construídas internamente, são utilizadas para determinar e afetar a perda de crédito esperada, adequando patamares de perda às realidades macroeconômicas esperadas.

7. Exposição ao Risco de Crédito

	31/03/2018			31/12/2017		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Ativos Financeiros	966.597	269.359	1.235.956	967.703	263.711	1.231.414
Ao Custo Amortizado	678.262	206.594	884.856	702.672	203.057	905.729
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.638	17.928	24.566	6.367	22.681	29.048
Aplicações no Mercado Aberto	240.137	1.380	241.517	243.917	790	244.707
(-) Provisão para Perda Esperada Aplicações Interfinanceiras	(3)	-	(3)	(8)	-	(8)
Títulos e Valores Mobiliários	81.789	10.564	92.353	101.365	10.059	111.424
(-) Provisão para Perda Esperada Títulos	(5.394)	(3)	(5.397)	(5.176)	(6)	(5.182)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ^(*)	324.493	175.731	500.224	327.501	170.218	497.719
(-) Provisão para Perda Esperada Crédito	(24.151)	(6.993)	(31.144)	(25.081)	(6.466)	(31.547)
Outros Ativos Financeiros	54.753	7.987	62.740	53.787	5.781	59.568
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	18.662	41.621	60.283	14.722	37.427	52.149
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	18.662	41.621	60.283	14.722	37.427	52.149
Ao Valor Justo por meio do Resultado	269.673	19.119	288.792	250.309	21.481	271.790
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	250.707	7.681	258.388	238.200	10.747	248.947
Derivativos	18.966	11.438	30.404	12.109	10.734	22.843
Ao Valor Justo Designado por meio do Resultado	-	2.025	2.025	-	1.746	1.746
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	-	2.025	2.025	-	1.746	1.746
Off Balance	286.989	44.240	331.229	280.032	43.797	323.829
Garantias Financeiras Prestadas	60.561	10.324	70.885	60.062	10.427	70.489
Cartas de Crédito a Liberar	10.171	-	10.171	9.214	-	9.214
Compromissos a Liberar	216.257	33.916	250.173	210.756	33.370	244.126
Crédito Imobiliário	2.823	-	2.823	3.218	-	3.218
Cheque Especial	94.400	-	94.400	93.284	-	93.284
Cartão de Crédito	113.717	2.833	116.550	109.196	2.679	111.875
Outros Limites Pré-Aprovados	5.317	31.083	36.400	5.058	30.691	35.749
Provisão para Perda Esperada do Passivo Financeiro	4.442	392	4.834	4.513	409	4.922
Compromissos a Liberar	2.756	311	3.067	2.681	334	3.015
Garantias Financeiras Prestadas	1.686	81	1.767	1.832	75	1.907
Total	1.249.144	313.207	1.562.351	1.243.222	307.099	1.550.321

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 106 (R\$ 102 em 31/12/2017).

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/03/2018 e 31/12/2017, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de garantias financeiras e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos de empréstimos (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Conseqüentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, Aplicações no Mercado Aberto, além de Garantias Financeiras e Outros compromissos assumidos.

8 - Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/03/2018	%	31/12/2017	%
Setor Público	2.556	0,5	2.372	0,5
Indústria e Comércio	108.072	21,6	107.201	21,5
Serviços	113.026	22,6	114.332	23,0
Setor Primário	22.660	4,6	23.032	4,6
Outros Setores	4.132	0,8	3.643	0,7
Pessoa Física	249.778	49,9	247.139	49,7
Total	500.224	100,0	497.719	100,0

b) Demais Ativos Financeiros ^(*)

	31/03/2018	%	31/12/2017	%
Setor Primário	2.981	0,4	2.751	0,4
Setor Público	201.505	28,6	327.932	46,5
Indústria e Comércio	159.590	22,7	11.212	1,6
Serviços	67.911	9,6	84.191	11,9
Outros Setores	5.310	0,8	5.287	0,7
Pessoa Física	759	0,1	554	0,1
Financeiras	266.080	37,8	273.747	38,8
Total	704.136	100,0	705.674	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros ao valor Justo por meio do Resultado, Derivativos, Ativos Designados ao Valor Justo por meio do Resultado, Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, Ativos Financeiros ao Custo Amortizado, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Garantias Financeiras Prestadas, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

8.1 Exposição ao Risco de Crédito

a) Exposição máxima das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima dos ativos financeiros segregados por tipo e pela classificação de risco de crédito.

31/03/2018																
Estágio 1					Estágio 2				Estágio 3				Total Consolidado dos 3 Estágios			
	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito (*)	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total
Pessoas Físicas	161.925	164.406	986	327.317	13.266	5.070	-	18.336	18.437	774	-	19.211	193.628	170.250	986	364.864
Cartão de Crédito	55.632	106.733	-	162.365	5.970	3.411	-	9.381	4.106	699	-	4.805	65.708	110.843	-	176.551
Crédito Pessoal	13.497	57.662	986	72.145	3.373	1.657	-	5.030	11.625	75	-	11.700	28.495	59.394	986	88.875
Crédito Consignado	42.411	-	-	42.411	723	-	-	723	1.861	-	-	1.861	44.995	-	-	44.995
Veículos	12.831	-	-	12.831	995	-	-	995	560	-	-	560	14.386	-	-	14.386
Crédito Imobiliário	37.554	11	-	37.565	2.205	2	-	2.207	285	-	-	285	40.044	13	-	40.057
Grandes Empresas	88.687	14.201	51.615	154.503	3.374	129	1.537	5.040	12.192	354	5.027	17.573	104.253	14.684	58.179	177.116
Micro / Pequenas e Médias Empresas	48.559	33.379	2.181	84.119	6.197	1.544	72	7.813	6.761	226	55	7.042	61.517	35.149	2.308	98.974
Unidades Externas América Latina	122.246	26.550	8.943	157.739	12.072	3.452	436	15.960	6.508	88	33	6.629	140.826	30.090	9.412	180.328
Total	421.417	238.536	63.725	723.678	34.909	10.195	2.045	47.149	43.898	1.442	5.115	50.455	500.224	250.173	70.885	821.282
%	58,2%	33,0%	8,8%	100,0%	74,0%	21,6%	4,3%	100,0%	87,0%	2,9%	10,1%	100,0%	60,9%	30,5%	8,6%	100,0%

31/12/2017																
Estágio 1					Estágio 2				Estágio 3				Total Consolidado dos 3 Estágios			
	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito (*)	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total
Pessoas Físicas	161.364	159.533	1.016	321.913	13.032	4.420	-	17.452	18.989	776	-	19.765	193.385	164.729	1.016	359.130
Cartão de Crédito	57.073	102.180	-	159.253	6.027	3.353	-	9.380	4.313	697	-	5.010	67.413	106.230	-	173.643
Crédito Pessoal	12.290	57.339	1.016	70.645	3.108	1.065	-	4.173	11.897	79	-	11.976	27.295	58.483	1.016	86.794
Crédito Consignado	42.115	-	-	42.115	733	-	-	733	1.868	-	-	1.868	44.716	-	-	44.716
Veículos	12.550	-	-	12.550	987	-	-	987	628	-	-	628	14.165	-	-	14.165
Crédito Imobiliário	37.336	14	-	37.350	2.177	2	-	2.179	283	-	-	283	39.796	16	-	39.812
Grandes Empresas	91.442	14.100	50.811	156.353	3.833	278	1.299	5.410	12.372	390	5.538	18.300	107.647	14.768	57.648	180.063
Micro / Pequenas e Médias Empresas	47.132	33.203	2.229	82.564	6.001	1.638	74	7.713	7.157	254	54	7.465	60.290	35.095	2.357	97.742
Unidades Externas América Latina	117.448	25.867	9.069	152.384	13.028	3.527	371	16.926	5.921	140	28	6.089	136.397	29.534	9.468	175.399
Total	417.386	232.703	63.125	713.214	35.894	9.863	1.744	47.501	44.439	1.560	5.620	51.619	497.719	244.126	70.489	812.334
%	58,5%	32,6%	8,9%	100,0%	75,6%	20,8%	3,7%	100,0%	86,1%	3,0%	10,9%	100,0%	61,3%	30,1%	8,7%	100,0%

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 106 (R\$ 102 em 31/12/2017).

b) Exposição máxima dos demais ativos financeiros

31/03/2018							
	Valor Justo	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
		Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Fundos de investimento	2.587	2.431	2.418	-	-	788	169
Títulos públicos do governo brasileiro	267.249	265.534	267.058	254	191	-	-
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	30.554	30.387	30.554	-	-	-	-
Outros Públicos	-	36	-	-	-	-	-
Títulos públicos - outros países	27.863	27.948	27.863	-	-	-	-
Argentina	846	842	846	-	-	-	-
Estados Unidos	1.669	1.690	1.669	-	-	-	-
México	1.361	1.361	1.361	-	-	-	-
Dinamarca	995	995	995	-	-	-	-
Espanha	3.081	3.081	3.081	-	-	-	-
Coréia	1.943	1.943	1.943	-	-	-	-
Chile	8.969	8.948	8.969	-	-	-	-
Paraguai	1.677	1.793	1.677	-	-	-	-
Uruguai	993	992	993	-	-	-	-
Colombia	6.327	6.301	6.327	-	-	-	-
Outros	2	2	2	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	79.399	75.817	75.711	1.633	1.209	7.482	2.479
Ações Negociáveis	6.877	6.271	6.592	112	13	495	272
Cédula de Produtor Rural	3.230	2.953	2.949	62	55	378	226
Certificado de Recebíveis Imobiliários	13.253	12.101	12.124	125	121	3.027	1.008
Certificado de Depósito Bancário	630	630	630	-	-	-	-
Debêntures	23.390	21.886	21.476	1.259	958	3.558	956
Eurobonds e Assemelhados	6.357	6.388	6.357	-	-	-	-
Letras Financeiras	22.608	22.609	22.608	-	-	-	-
Notas Promissórias	1.517	1.500	1.500	-	-	24	17
Outros	1.537	1.479	1.475	75	62	-	-
Total	407.652	402.153	403.604	1.887	1.400	8.270	2.648

8.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/03/2018							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado - Designados a Valor Justo	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros – Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros – Custo Amortizado	Total
Baixo	266.080	109.765	2.025	27.616	59.394	85.226	550.106
Médio	-	26	-	2.408	-	496	2.930
Alto	-	148.597	-	380	889	1.234	151.100
Total	266.080	258.388	2.025	30.404	60.283	86.956	704.136
%	37,8	36,7	0,3	4,3	8,6	12,3	100,0
31/12/2017							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado - Designados a Valor Justo	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros – Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros – Custo Amortizado	Total
Baixo	273.747	248.904	1.746	21.209	52.149	104.610	702.365
Médio	-	15	-	1.263	-	338	1.616
Alto	-	28	-	371	-	1.294	1.693
Total	273.747	248.947	1.746	22.843	52.149	106.242	705.674
%	38,8	35,3	0,2	3,2	7,4	15,1	100,0

8.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/03/2018				31/12/2017			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	52.732	132.075	1.095	1.044	52.608	132.007	1.079	1.028
Crédito Pessoal	383	1.447	898	862	370	1.398	901	864
Veículos	13.484	33.232	195	181	13.618	34.368	177	163
Crédito Imobiliário	38.865	97.396	2	1	38.620	96.241	1	1
Micros / Pequenas, Médias e Grandes Empresas	113.905	329.334	9.841	7.233	115.731	339.892	11.032	8.537
Unidades Externas América Latina	108.681	183.448	10.041	3.423	105.425	175.476	10.262	3.598
Total	275.318	644.857	20.977	11.700	273.764	647.375	22.373	13.163

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 203.929 (R\$ 201.582 em 31/12/2017).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, garantias financeiras prestadas.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros / Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval / devedor solidário, hipoteca e outras).

9. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Imóveis Não de Uso	17	73
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	69	52
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	-	1
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	20	106
Total	106	232

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN nº 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para uma visão detalhada do tema *hedge* contábil, consultar a Nota 9 – *Hedge* Contábil.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O documento "Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado" que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O *VaR* Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado por Simulação Histórica, isto é, a distribuição esperada para os ganhos e perdas (*P&L's - Profit and loss statement*) de uma carteira ao longo de tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado desta carteira. O *VaR* é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*holding period*) que varia de acordo com a liquidez de mercado da carteira, considerando um horizonte mínimo de 10 dias úteis. Ainda, em uma abordagem conservadora, o *VaR* é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o *VaR* final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

De 01/01 a 31/03/2018, o *VaR* Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 432,7 ou 0,32% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2017 foi de R\$ 409,9 ou 0,28% do patrimônio líquido total).

(em milhões de R\$)								
VaR Total (Simulação Histórica)								
	31/03/2018 ⁽¹⁾				31/12/2017			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
VaR por Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	834,3	744,1	949,5	882,6	721,0	583,6	1.311,9	764,7
Moedas	17,6	12,7	33,0	17,3	20,4	6,5	50,2	11,9
Ações	44,7	32,1	58,5	32,1	45,4	38,5	54,9	46,4
Commodities	1,6	0,7	3,1	1,8	1,5	0,7	4,0	0,8
Efeito de Diversificação				(549,9)				(451,5)
Risco Total	432,7	369,2	525,0	383,9	409,9	304,8	874,0	372,3

(1) O *VaR* por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	31/03/2018						31/12/2017					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	268.248	342.339	92.818	421.942	170.330	1.295.677	268.059	354.885	103.785	392.119	178.592	1.297.440
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.240	5.109	2.372	845	-	24.566	21.644	3.510	2.880	1.011	3	29.048
Aplicações no Mercado Aberto	48.728	192.681	-	25	80	241.514	42.612	201.889	2	28	168	244.699
Depósitos Compulsórios no Banco Central	91.317	-	-	-	-	91.317	94.047	-	-	-	-	94.047
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	15.163	17.688	7.730	171.618	46.189	258.388	16.554	15.855	17.103	147.805	51.630	248.947
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo	-	-	677	1.348	-	2.025	-	-	1.041	705	-	1.746
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	837	3.598	4.543	31.497	19.808	60.283	1.088	2.476	6.102	23.415	19.068	52.149
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.357	6.061	6.348	46.218	26.972	86.956	10.897	7.921	6.834	50.650	29.940	106.242
Derivativos	13.291	3.001	3.768	7.129	3.215	30.404	7.978	3.003	2.360	6.681	2.821	22.843
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽²⁾	81.315	114.201	67.380	163.262	74.066	500.224	73.239	120.231	67.463	161.824	74.962	497.719
Passivos Remunerados	385.176	96.016	70.110	298.348	65.151	914.801	376.492	93.736	87.850	290.677	56.451	905.206
Depósitos de Poupança	122.412	-	-	-	-	122.412	119.980	-	-	-	-	119.980
Depósitos a Prazo	30.808	31.502	21.109	129.024	3.300	215.743	27.798	32.350	22.570	126.435	2.647	211.800
Depósitos Interfinanceiros	897	1.662	705	69	27	3.360	88	908	669	451	66	2.182
Mercado Aberto	202.033	9.599	15.757	54.486	17.288	299.163	208.261	7.362	25.185	57.146	14.680	312.634
Mercado Interbancário	10.956	37.713	24.560	56.154	8.032	137.415	8.570	34.108	30.736	48.005	8.197	129.616
Mercado Institucional	4.439	12.835	2.875	43.672	33.777	97.598	4.188	16.495	5.343	43.911	28.545	98.482
Derivativos	13.616	2.683	5.092	11.292	2.632	35.315	7.596	2.491	3.325	11.109	2.225	26.746
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	15	22	12	315	95	459	11	22	22	319	91	465
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.336	-	3.336	-	-	-	3.301	-	3.301
Diferença Ativo / Passivo ⁽³⁾	(116.928)	246.323	22.708	123.594	105.179	380.876	(108.433)	261.149	15.935	101.442	122.141	392.234
Diferença Acumulada	(116.928)	129.395	152.103	275.697	380.876		(108.433)	152.716	168.651	270.093	392.234	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	(9,0%)	10,0%	11,7%	21,3%	29,4%		(8,4%)	11,8%	13,0%	20,8%	30,2%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 106 (R\$ 102 em 31/12/2017).

(3) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/03/2018			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	5.164	2.236	6.445	13.845
Ativos Financeiros	97.811	98.784	64.777	261.372
Ao Custo Amortizado	61.306	83.364	53.937	198.607
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.734	876	9.318	17.928
Aplicações no Mercado Aberto	105	612	663	1.380
Títulos e Valores Mobiliários	10.128	-	436	10.564
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	46.004	84.228	45.499	175.731
(-) Provisão para Perda Esperada	(2.665)	(2.352)	(1.979)	(6.996)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	23.085	9.337	9.199	41.621
Títulos e Valores Mobiliários	23.085	9.337	9.199	41.621
Ao Valor Justo por meio do Resultado	11.395	6.083	1.641	19.119
Títulos e Valores Mobiliários	6.528	146	1.007	7.681
Derivativos	4.867	5.937	634	11.438
Ao Valor Justo Designado por meio do Resultado	2.025	-	-	2.025
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	2.025	-	-	2.025
Total do Ativo	102.975	101.020	71.222	275.217

Passivo	31/03/2018			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	41.123	52.824	49.770	143.717
Captações do Mercado Aberto	19.102	590	3.011	22.703
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	459	-	-	459
Derivativos	6.732	5.254	579	12.565
Recursos de Mercados Interbancários	26.817	6.242	4.759	37.818
Recursos de Mercados Institucionais	44.222	29.178	3.098	76.498
Total do Passivo	138.455	94.088	61.217	293.760

Posição Líquida	(35.480)	6.932	10.005	(18.543)
------------------------	-----------------	--------------	---------------	-----------------

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2017			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	4.958	2.527	2.990	10.475
Ativos Financeiros	92.768	98.027	67.135	257.930
Ao Custo Amortizado	60.143	80.785	56.348	197.276
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.473	469	13.739	22.681
Aplicações no Mercado Aberto	196	-	594	790
Títulos e Valores Mobiliários	9.605	-	454	10.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	44.320	82.510	43.388	170.218
(-) Provisão para Perda Esperada	(2.451)	(2.194)	(1.827)	(6.472)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	19.963	10.881	6.583	37.427
Títulos e Valores Mobiliários	19.963	10.881	6.583	37.427
Ao Valor Justo por meio do Resultado	10.916	6.361	4.204	21.481
Títulos e Valores Mobiliários	6.869	158	3.720	10.747
Derivativos	4.047	6.203	484	10.734
Ao Valor Justo Designado por meio do Resultado	1.746	-	-	1.746
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	1.746	-	-	1.746
Total do Ativo	97.726	100.554	70.125	268.405

Passivo	31/12/2017			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	42.890	52.393	47.358	142.641
Captações do Mercado Aberto	14.488	63	2.110	16.661
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	465	-	-	465
Derivativos	5.441	5.538	306	11.285
Recursos de Mercados Interbancários	19.446	5.836	4.072	29.354
Recursos de Mercados Institucionais	30.906	29.565	3.047	63.518
Total do Passivo	113.636	93.395	56.893	263.924

Posição Líquida	(15.910)	7.159	13.232	4.481
------------------------	-----------------	--------------	---------------	--------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros – Custo Amortizado, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Políticas e Procedimentos

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações, bem como reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Este processo é realizado por meio de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos e administrados internamente.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O Itaú Unibanco efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e também por metodologia regulatória.

Adicionalmente, e em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Conforme instruções dadas pela Carta-Circular 3.775, de 14/07/2016, do BACEN, bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões passaram, desde outubro de 2015, a enviar mensalmente ao BACEN um indicador padronizado de Liquidez de Curto Prazo (LCR, do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”), sendo este reportado de forma consolidada para instituições integrantes do Conglomerado Prudencial. O cálculo deste indicador segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, e está alinhado às diretrizes internacionais de Basileia.

O cálculo resumido do indicador é apresentado na tabela abaixo. Em 2018, a exigência mínima para o indicador é de 90%. Maiores detalhes sobre o LCR do período, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		1º trimestre 2018
		Valor Total Ajustado ⁽¹⁾
Total Ativos de Alta Liquidez ⁽²⁾		192.158
Total de saídas potenciais de caixa ⁽³⁾		110.756
LCR (%)		173,5%

(1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

(2) Ativos de alta liquidez (HQLA - High quality liquid assets): saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são de baixo risco.

(3) Potenciais saídas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 (Saídas_e), subtraídas do menor valor entre (i) as potenciais entradas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 e (ii) 75% x Saídas_e.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 620,5 bilhões (R\$ 622,1 bilhões 31/12/2017), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 37,2% do total, ou R\$ 231,0 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/03/2018			31/12/2017		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	220.550	407.948	-	216.842	402.938	
Recursos à Vista	66.430	66.430	10,7	68.973	68.973	11,1
Recursos de Poupança	122.412	122.412	19,7	119.980	119.980	19,3
Recursos a Prazo	30.808	215.743	34,8	27.798	211.800	34,0
Outros Recursos	900	3.363	0,5	91	2.185	0,4
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	3.353	115.237	18,6	6.820	107.581	17,3
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	3.042	45.030	7,3	2.570	58.837	9,5
Dívida Subordinada	4.036	52.241	8,4	1.315	52.696	8,5
Total	230.981	620.456	100,0	227.547	622.052	100,0

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 153,4 bilhões e representavam 66,4% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 24,7% do total de recursos e 16,6% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/03/2018	31/12/2017
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	66,4	72,2
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	24,7	26,4
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	16,6	17,6

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros;

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias);

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes);

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 923.854 (933.686 em 31/12/2017).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/03/2018					31/12/2017				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾										
Disponibilidades	25.444	-	-	-	25.444	18.749	-	-	-	18.749
Aplicações em Instituições Financeiras	100.868	158.770	485	503	260.626	93.218	173.663	673	508	268.062
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	45.177	-	-	-	45.177	38.833	-	-	-	38.833
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	39.479	151.057	-	-	190.536	31.238	167.061	-	-	198.299
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽⁴⁾	16.212	7.713	485	503	24.913	23.147	6.602	673	508	30.930
Títulos e Valores Mobiliários	86.648	18.687	12.032	87.751	205.118	110.667	24.960	16.717	76.923	229.267
Títulos Públicos - Livres	79.473	158	242	4.821	84.694	103.447	152	232	5.052	108.883
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	304	11.659	4.555	30.052	46.570	203	15.677	9.107	19.270	44.257
Títulos Privados - Livres	6.868	6.122	5.464	45.360	63.814	7.007	8.577	5.541	45.885	67.010
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	3	748	1.771	7.518	10.040	10	554	1.837	6.716	9.117
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.291	6.769	2.616	7.728	30.404	7.978	5.363	2.756	6.746	22.843
Posição Líquida	13.291	6.769	2.616	7.728	30.404	7.978	5.363	2.756	6.746	22.843
Swaps	153	1.714	1.633	7.064	10.564	189	1.258	1.661	6.082	9.190
Opções	349	2.937	653	330	4.269	430	1.748	865	294	3.337
Contratos a Termo	12.362	584	-	-	12.946	6.529	382	-	-	6.911
Demais Derivativos	427	1.534	330	334	2.625	830	1.975	230	370	3.405
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	58.839	158.139	74.809	226.900	518.687	57.505	152.660	71.107	201.881	483.153
Total de Ativos Financeiros	285.090	342.365	89.942	322.882	1.040.279	288.117	356.646	91.253	286.058	1.022.074

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 95.991 (R\$ 98.837 em 31/12/2017) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 3.439 (R\$ 3.664 em 31/12/2017), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 50.704 (R\$ 53.687 em 31/12/2017) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 4.718 (R\$ 4.931 em 31/12/2017).

(4) Inclui R\$ 11.796 (R\$ 6.689 em 31/12/2017) referente a Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/03/2018					31/12/2017				
Passivos Financeiros	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos	225.830	58.785	17.706	160.812	463.133	222.782	61.672	16.500	152.961	453.915
Depósito a Vista	66.430	-	-	-	66.430	68.973	-	-	-	68.973
Depósito Poupança	122.412	-	-	-	122.412	119.980	-	-	-	119.980
Depósito a Prazo	35.620	56.521	17.676	160.758	270.575	33.114	60.272	16.445	152.903	262.734
Depósito Interfinanceiros	1.365	2.264	30	54	3.713	712	1.400	55	58	2.225
Outros Depósitos	3	-	-	-	3	3	-	-	-	3
Depósitos Compulsórios	(41.902)	(15.829)	(4.801)	(33.459)	(95.991)	(40.538)	(18.197)	(4.644)	(35.458)	(98.837)
Depósito a Vista	(4.674)	-	-	-	(4.674)	(4.790)	-	-	-	(4.790)
Depósito Poupança	(26.988)	-	-	-	(26.988)	(26.008)	-	-	-	(26.008)
Depósito a Prazo	(10.240)	(15.829)	(4.801)	(33.459)	(64.329)	(9.740)	(18.197)	(4.644)	(35.458)	(68.039)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	221.894	27.405	28.173	47.020	324.492	232.970	35.234	30.404	39.444	338.052
Títulos Públicos	191.084	2.004	7.132	35.367	235.587	202.545	3.197	8.260	27.680	241.682
Títulos Privados	9.316	25.226	21.041	11.653	67.236	8.020	31.348	22.144	11.764	73.276
Exterior	21.494	175	-	-	21.669	22.405	689	-	-	23.094
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	3.164	42.955	28.677	56.698	131.494	7.093	43.463	21.325	52.837	124.718
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	6.210	35.248	9.357	18.715	69.530	3.975	37.132	9.839	19.807	70.753
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	2.357	8.645	2.004	50.532	63.538	1.061	13.402	2.054	49.454	65.971
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.616	7.775	4.586	9.338	35.315	7.596	5.816	4.877	8.457	26.746
Posição Líquida	13.616	7.775	4.586	9.338	35.315	7.596	5.816	4.877	8.457	26.746
Swaps	304	3.530	3.572	8.417	15.823	65	2.364	3.747	7.516	13.692
Opções	240	2.566	672	296	3.774	332	1.299	889	273	2.793
Contratos a Termo	12.403	-	-	-	12.403	6.272	-	-	-	6.272
Demais Derivativos	669	1.679	342	625	3.315	927	2.153	241	668	3.989
Total Passivos Financeiros	431.169	164.984	85.702	309.656	991.511	434.939	178.522	80.355	287.502	981.318

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos <i>Off Balance</i>	31/03/2018					31/12/2017				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Garantias Financeiras Prestadas	3.531	14.321	6.660	46.373	70.885	1.749	17.563	5.451	45.726	70.489
Compromissos a Liberar	107.150	18.830	6.348	117.845	250.173	98.310	27.857	7.307	110.652	244.126
Cartas de Crédito a Liberar	10.171	-	-	-	10.171	9.214	-	-	-	9.214
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	318	734	-	1.052	-	432	460	273	1.165
Total	120.852	33.469	13.742	164.218	332.281	109.273	45.852	13.218	156.651	324.994

Aquisição de participação minoritária na XP Investimentos S.A.

Em 11 de maio de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou contrato de compra e venda de ações com a XP Controle Participações S.A. (XP CONTROLE), o G.A. Brasil IV Fundo de Investimento em Participações, o Dyna III Fundo de Investimento em Participações, entre outras partes (VENDEDORES), para aquisição de 49,9% do capital social total (sendo 30,1% das ações ordinárias) da XP Investimentos S.A. (XP HOLDING), por meio de aporte de capital no valor de R\$ 600 e aquisição de ações de emissão da XP HOLDING detidas pelos VENDEDORES no valor de R\$ 5.700, estando tais valores sujeitos a ajustes contratualmente previstos (PRIMEIRA AQUISIÇÃO).

Além da PRIMEIRA AQUISIÇÃO, o ITAÚ UNIBANCO comprometeu-se a adquirir (i) em 2020, percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 62,4% do capital social total da XP HOLDING (sendo 40,0% das ações ordinárias), com base em um múltiplo de resultado (19 vezes) da XP HOLDING, e (ii) em 2022, percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 74,9% do capital social total da XP HOLDING (sendo 49,9% das ações ordinárias), com base no valor justo de mercado da XP HOLDING à época, sendo certo que o controle do Grupo XP, permanecerá com os acionistas da XP CONTROLE, que serão titulares da maioria das ações com direito a voto.

O ITAÚ UNIBANCO atuará como sócio minoritário e não terá influência nas políticas comerciais e operacionais da XP HOLDING ou de qualquer outra sociedade do Grupo XP.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.